



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Volvida, sensivelmente, uma década sobre a Carta Educativa do Concelho de Vila Flor, elaborada e aprovada no âmbito do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro (alterado pela Lei nº 41/2003 de 22 de Agosto - Declaração da Retificação nº 13/2003 de 11 de Outubro-, pela Lei nº 6/2012 de 10 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei nº 72/2015 de 11 de Maio), é chegado o momento em que se impõe uma revisão daquele primordial instrumento de ordenamento e planeamento da rede de ofertas de educação e ensino do Município de Vila Flor, de modo a adequar-se e a acompanhar as dinâmicas do sistema educativo servindo, assim, de suporte à tomada de decisão do Município e à (re)qualificação dos territórios educativos.

O processo de revisão da Carta Educativa, previsto no artigo 20º do Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro, decorre das alterações da mesma, que se reflitam, significativamente, no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado.

O trabalho entretanto produzido integra a revisão do diagnóstico e um conjunto de propostas e linhas de orientação estratégica dirigidas às questões educativas do Concelho, em particular aquelas que decorrem da competência direta das autarquias, de acordo com a Lei 159/99 de 14 de Setembro.

Sendo a Escola a unidade de análise central do sistema educativo local e nacional e constituindo o centro privilegiado das políticas educativas, ao apostar na dignificação do papel dos professores e dos educadores, na descentralização, no diálogo na formação dos jovens para a cidadania, esta instituição passou a ser vista, nas últimas décadas, como uma entidade mais abrangente e potenciadora de múltiplas valências sociais e culturais, com importância e protagonismo reconhecido no contexto territorial e na comunidade em que esta se localiza.

Com efeito, na problemática da educação e particularmente da rede escolar/educativa, é, hoje, redutor associar a escola ao mero edifício onde professores e alunos se encontram durante algumas horas do dia. O conceito de edifício escolar isolado corresponde a uma conceção ultrapassada e cada vez mais dissociada de uma realidade que tem na Escola um espaço central ou um ponto de encontro de uma rede de locais de educação e formação, para além do lugar de onde e para onde convergem múltiplas e diversas atividades de cariz comunitário. Como tal, precisa de se enraizar, trocar influências e enriquecer



comportamentos, valores e vivências dentro da sociedade em que está inserida e indo ao encontro das atuais exigências impostas pelos modelos de desenvolvimento característicos das sociedades contemporâneas, onde a educação e a formação, constituem dois dos pilares centrais para a compreensão das mesmas.

Decorrente desta renovada conceção acerca da Escola e do seu papel não só educativo, mas também, e cada vez mais, social e cultural, nos territórios em que se inserem, os processos de planeamento, designadamente da rede escolar/educativa ao nível local/municipal, pressupõem necessariamente uma visão integrada e integradora, tanto no respetivo plano interno da Escola como organização - por exemplo na gestão de recursos e práticas pedagógicas - como no plano das relações com o exterior, isto é com a comunidade envolvente.

Não obstante, a conceção de uma Escola em estreita articulação com outras unidades de educação, formação e outros tipos de apoios com interesse acrescido para a educação, conduziu, também, à mudança do conceito da Carta Escolar, fazendo-a evoluir para o conceito de Carta Educativa, abarcando, desta feita, não só os equipamentos escolares, mas todos os equipamentos sociais e culturais coletivos relacionados com as problemáticas da educação, formação e outros temas afins.

Mais do que uma listagem de indicadores consistentes e articulados sobre a realidade concelhia, nas dimensões territorial, demográfica, socioeconómica, oferta e procura escolares, culminando depois num leque de propostas exclusivamente de cunho físico-construtivo, reduzidas a possíveis sugestões de melhoramento, aumento ou ampliação do número de edifícios escolares, a Carta Educativa do Concelho de Vila Flor deve ser entendida como um documento estratégico para a educação no Concelho, em particular no que diz respeito aos graus de ensino diretamente dependentes da intervenção municipal: o Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.



1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA CARTA EDUCATIVA E METODOLOGIA

A descentralização administrativa constituiu um dos objetivos principais definidos no programa do XV governo constitucional. Assim, várias competências da Administração Central foram transferidas para as autarquias locais.

A Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, estabelece um quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, e define que a sua concretização se efetive através de diplomas específicos. O artigo 19º da lei atrás referida elencou quais as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior. Nesta sequência, surgiram o artigo 13º da Lei nº 30-3/2000, de 29 de Dezembro, e o artigo 12º da Lei nº 109-B/2001, de 27 de Dezembro, que tentaram concretizar as referidas competências. Mas, foi o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pelas Leis n.ºs 41/2003, de 22 de agosto e 6/2012, de 10 de fevereiro, que transferiu efetivamente as competências relativamente aos Conselhos Municipais de Educação, órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do Concelho, que são designadamente:

- Elaboração da Carta Educativa do Município, a integrar no Plano Diretor Municipal;
- Construção, manutenção e apetrechamento de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Básica;
- Gestão dos transportes escolares;
- Gestão do alojamento de alunos do Ensino Básico em alternativa ao transporte;
- Gestão da ação social escolar para os alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Gestão dos refeitórios ao serviço destes níveis de ensino;
- Implementação e apoio a atividades culturais e recreativas de carácter extra-escolar, no âmbito da educação Pré-Escolar e Básica;
- Gestão do pessoal não docente da educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB).

Ao abrigo do artigo 12º do Decreto-Lei nº 7/2003, *“a Carta Educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação Pré-Escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação,*



e de educação extra-escolar”. Por outro lado, a Carta Educativa inclui “uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas referidas no número anterior, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar”. De facto, “a Carta Educativa incide sobre os estabelecimentos de educação” e “sobre a concretização da ação social escolar no município e deve prever os termos de contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar”.

A Carta Educativa deverá ser instruída com os seguintes elementos:

- **Diagnóstico**, que mencione as principais medidas a adotar e a sua justificação;
- **Eixos de Intervenção / Estratégias de Execução**, onde conste a calendarização da concretização das medidas constantes do relatório;
- **Plano de Financiamento**, com a estimativa do custo das realizações propostas e com a menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução.

Depois de aprovada e ratificada, a Carta Educativa deverá estar em condições de sustentar a definição de uma Política Educativa para o Concelho de Vila Flor, bem como monitorizar a execução de algumas competências, a colocação de recursos humanos, materiais e financeiros por parte do Ministério da Educação ou outras entidades públicas, integrando progressivamente e adaptando em função do contexto local, as necessidades municipais no domínio da educação, contribuindo de forma clara para um reordenamento fundamentado da rede educativa com vista à melhoria da qualidade das infraestruturas e dos serviços prestados nesta área.

A fim de evitar ruturas e desadequações da rede educativa em função do desenvolvimento económico, sociocultural e urbanístico do território de pertença, a Carta Educativa leva à tomada de decisões relativamente à construção de novos estabelecimentos de ensino, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação de estabelecimentos de ensino. Pretende-se assim assegurar a adequação atual e futuro do ordenamento da rede de estabelecimentos de ensino não superior, para que as ofertas educativas disponíveis a nível municipal possam responder à procura efetiva, o mesmo se passando com o refletir, a nível



municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas. De igual modo, deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município (artigo 11º do Decreto-lei.º 7/2003).

Neste contexto, e nos termos do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Carta Educativa é assumida, desde a sua génese, como um instrumento de planeamento territorial, parte integrante do Plano Diretor Municipal (PDM), em que intervieram, além da Câmara Municipal, organismo executor, outros organismos e com diferentes níveis de competência, nomeadamente: Assembleia Municipal (AM); Conselho Municipal de Educação (CME); serviços locais, regionais e centrais do Ministério da Educação - Direções Regionais de Educação (DRE's); Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE); Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's); e Associação de Municípios.

O processo da *Carta Educativa* passa por cinco (5) fases: *elaboração, aprovação; homologação; concretização e monitorização*. Ao longo de todo o processo, a competência para a tomada das decisões é, quase sempre, da Câmara Municipal: durante a 1ª e 2ª fases foi a entidade a quem competiu elaborar a *Carta Educativa* e que, após discussão e parecer do CME, é aprovada pela AM respetiva. Posteriormente, e ultrapassadas as duas primeiras fases, a *Carta Educativa* fica sujeita à homologação governamental (3ª fase) para poder passar às fases de concretização e monitorização (4ª e 5ª fases), assumidas, em termos de competência, pelos municípios.

1.2 REDE EDUCATIVA

Entende-se por «rede educativa» a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações e objetivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização



mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação Pré-Escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.

O ordenamento da rede educativa deverá contribuir para:

- Garantir o direito de acesso de todas as crianças aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário;
- Prevenir a exclusão social, através da supressão das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos;
- Garantir uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- Garantir a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de Ensino Básico e Secundário;
- Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de Ensino Básico e Secundário mais eficazes;
- Adequar a oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza devam ser comuns a uma determinada área geográfica.

1.3 CONTEXTO DE TRABALHO DE MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE VILA FLOR

No contexto da educação, o objetivo central da monitorização da Carta Educativa é o de promover o acompanhamento sistemático das dinâmicas do sistema educativo do Concelho de Vila Flor, no sentido de informar e apoiar a tomada de decisão ao nível da política educativa municipal. De um modo geral, o processo de monitorização resulta de uma atualização integrada e coerente da Carta Educativa Municipal, em função das suas necessidades de adequação às realidades socioeducativas presentes.

O Município de Vila Flor prevê a monitorização da Carta Educativa, assegurando uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções adequadas.

De facto, a monitorização é a continuidade natural da Carta educativa, a sustentação ao longo dos anos subsequentes dos conteúdos da mesma.



No processo de monitorização distinguem-se três fases:

- Recolha, organização e disponibilização de informação: nesta fase é efetuada a recolha de toda a informação necessária e a respetiva disponibilização centralizada.
- Modelos de transformação da informação em instrumentos de ação: a informação criada, organizada e disponibilizada, deve permitir um conhecimento da situação, para que cada um dos intervenientes possa, racional e informadamente, interpretar a realidade e construir os seus próprios juízos de valor.
- Avaliação dos resultados: a avaliação de resultados processa-se a dois níveis: o da conceção da ação, resultado que se obtém na fase anteriormente referida, e o dos resultados da ação.

Em suma, importa referir que a Carta Educativa deve ser entendida, enquanto produto, não como um documento acabado, mas como uma (re)configuração da Rede Educativa, projetada num determinado horizonte temporal como expressão de uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, socioeconómicas, de alterações da política educativa e do desenvolvimento local.

Neste contexto, a Carta Educativa deve mobilizar toda a comunidade na promoção e procura constantes da qualidade e adequabilidade do sistema educativo local aos desafios colocados por uma sociedade cada vez mais exigente com os seus cidadãos.

Para a revisão da Carta Educativa do Concelho de Vila Flor, a Câmara Municipal de Vila Flor contou com a colaboração do Agrupamento de Escolas, na cedência de dados e informações, e constituiu uma parceria com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, no sentido da criação de um grupo de trabalho, integrando técnicos das duas entidades, coordenado pela Vereadora da Educação do Município de Vila Flor, para a elaboração da mesma.

A monitorização visará a verificação do estado da educação escolar no Concelho de Vila Flor, através da:

- Verificação do nível de implementação dos projetos infraestruturais previstos na Carta Educativa (Eixo I);



- Atualização dos dados das frequências escolares por nível de ensino, sobretudo nas escolas públicas do Agrupamento de Escolas;
- Levantamento e análise dos projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal e pelas escolas do município com enquadramento nas tipologias e objetivos da Carta Educativa (Eixos II e III).

2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO CONCELHO

“... Trepá-se a Vila Flor por estrada retorcida de caracol «...» faz tonturas. Ao enfrentarmos o povoado, porém, que sensação de conforto! Aquilo não é um burgo alpestre – é um ramalhete de cravelinas e bem-me-queres no decote da serra.” (Cabral Adão, 1954:17)¹

O Concelho de Vila Flor situa-se a Sul do Distrito de Bragança, numa zona de transição entre o Rio Douro e o Nordeste Transmontano. Trata-se de um Concelho com 265,8 Km², onde se distribuem 14 freguesias, situando-se a sede do Concelho aproximadamente ao centro, como se pode observar na Figura nº 2.

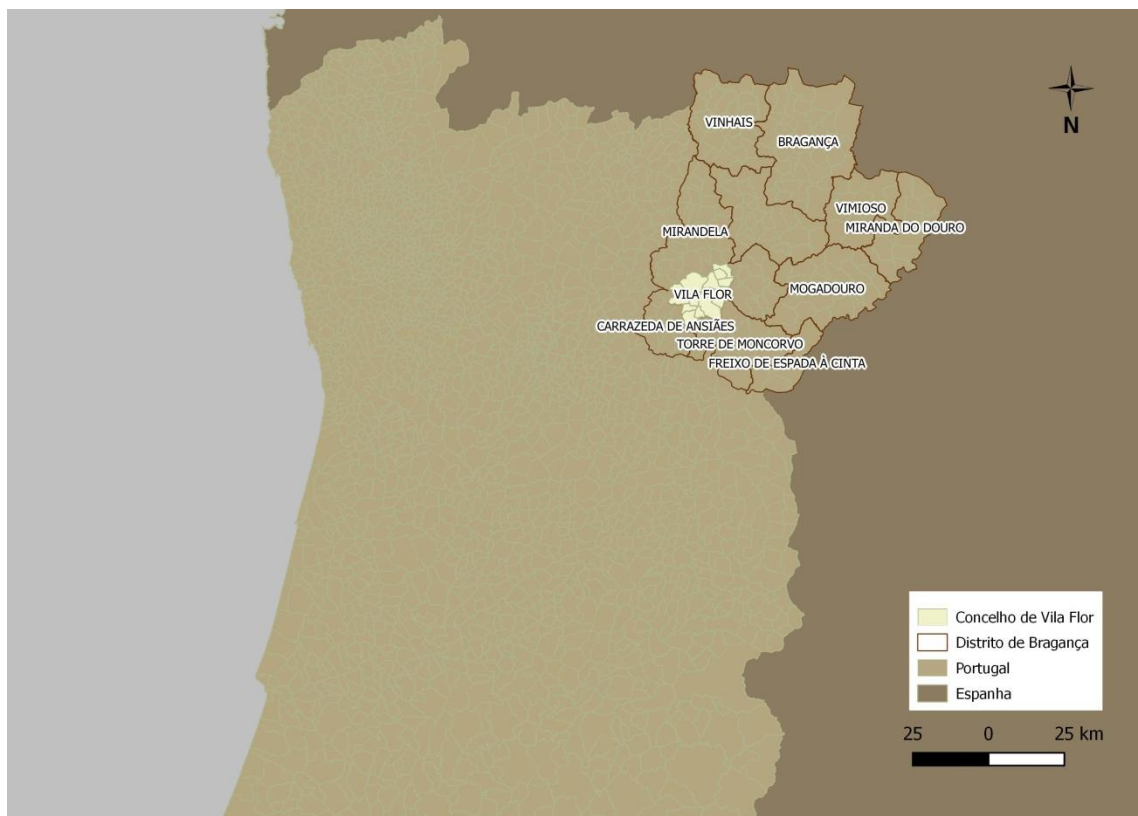


Figura nº 1 – Mapa de Localização do Concelho de Vila Flor

¹ Cabral Adão, Luís (1954); In “Paisagens do Norte” – Edição do Autor.



Figura nº 2 – Freguesias do Concelho de Vila Flor

Numa posição interior, estende-se por um vasto retalho planáltico, em torno dos 600-700m, descendo bruscamente para o vale do Tua até aos 200m (a NW) e lentamente para a depressão da Ribeira da Vilarça até 200m (a E).

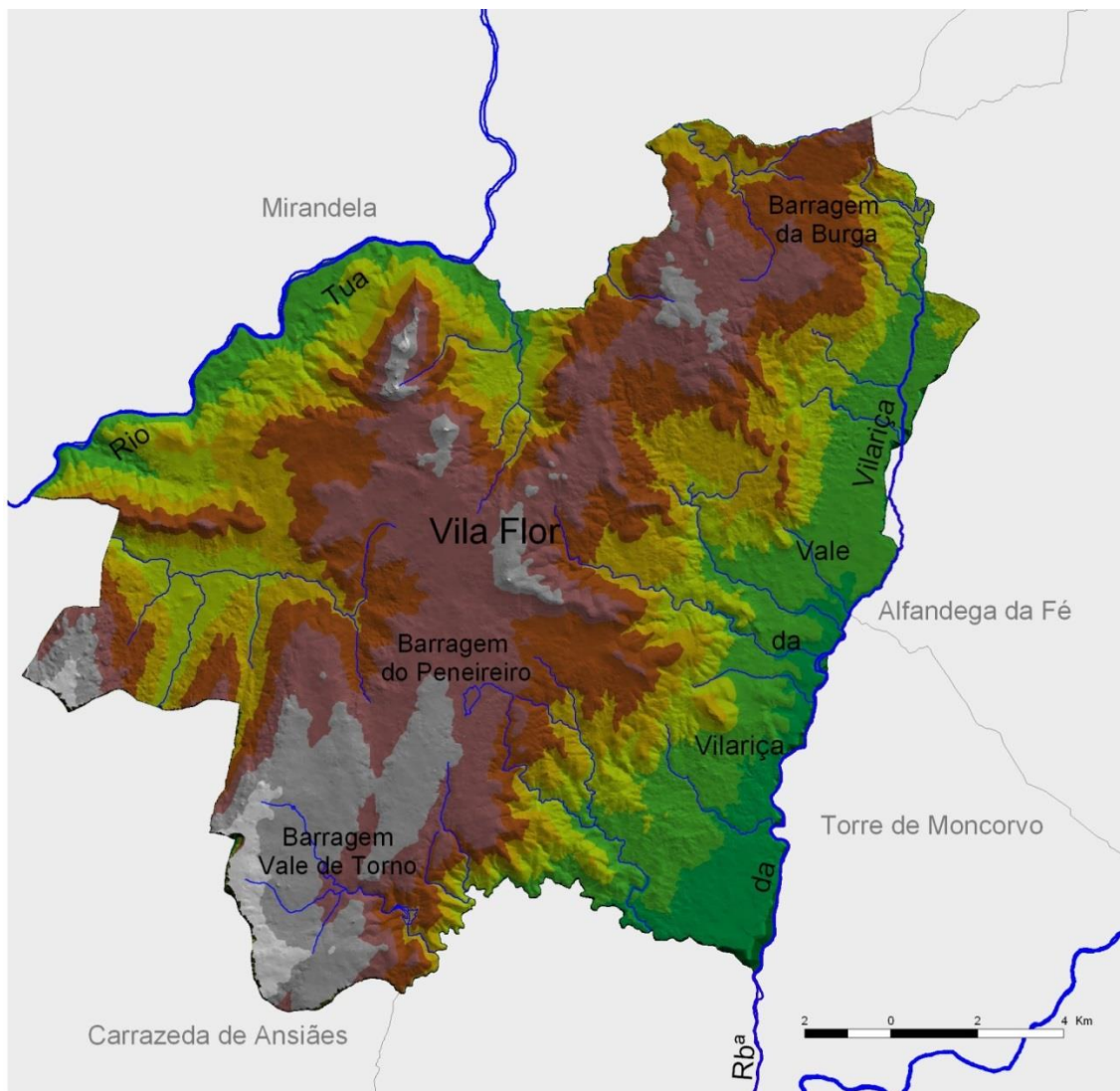


Figura nº 3 – Relevo e Hidrografia do Concelho de Vila Flor

Limitado a NW pelo Tua e a E pela Ribeira da Vilarça, o Concelho de Vila Flor confina a N com o Concelho de Mirandela, a SW com o Concelho de Carrazeda de Ansiães, a SE com o de Torre de Moncorvo e a E com o de Alfândega da Fé.

2.1 HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

O nome de Vila Flor aparece, pela primeira vez, referenciado no Foral de 24 de Maio de 1286, outorgado por D. Dinis, que manda erguer em seu redor uma cinta de muralhas com cinco portas em arco, restando atualmente apenas uma, a Porta Sul ou Arco de D. Dinis.



Até ao século XV, Vila Flor foi terra importante e rica, tornada florescente pela indústria e comércio exercida pela significativa comunidade judaica que aqui se estabeleceu, sendo exímios na arte de joalheria. Mas, devido à política anti-judaica de D. Manuel, os judeus foram expulsos, levando consigo artistas engenhosos e o segredo de rendosas artes. Em 1512 D. Manuel concede-lhe Foral Novo, reformando o anterior.

Vila Flor oferece um passado artístico-monumental considerável e um património ímpar. Em jeito de resumo, o seu território conta com vários monumentos classificados de interesse público, solares e casas brasonadas, santuários, miradouros, igrejas, capelas e cruzeiros medievais. Estátuas e bustos espelham homenagens e fazem também parte da sua cultura. O Museu Dra. Berta Cabral é uma das joias desta terra, ao reunir, nas várias salas que integra, várias coleções de arte sacra, numismática e medalhística, pintura, arqueologia, entre outras, com destaque para a sua “Torre do Tombo”. Também numa outra localidade do Concelho, existe uma Casa Museu, de iniciativa particular, com algumas coleções que espelham a alma transmontana. Futuramente, a Casa da Memória, numa outra freguesia, reunirá espólios de outrora, numa atitude consciente de salvaguarda do património cultural e imaterial. Outras infra estruturas se erguem; a Biblioteca Municipal, o Espaço Internet, O Centro Cultural, com sessões de cinema às sextas e sábados, o Posto de Turismo, o Estádio Municipal, o Pavilhão Gimnodesportivo e as Piscinas municipais cobertas, o complexo turístico do Peneireiro, com circuito de manutenção recentemente adaptado, parque de campismo, considerado por revistas conceituadas como um dos dez melhores do país, um mini zoo, com algumas espécimes da região e a piscina ao ar livre, aberta entre os meses de Julho a Setembro, uma recente central de camionagem, vários parques de estacionamento a servir a zona histórica, com ruas típicas e muito peculiares, onde a presença dos judeus se faz imaginar, sendo as cruzes inscritas na cantaria de algumas casas e paredes, testemunhas de outrora.

Do património natural fazem parte, para além do Complexo Turístico do Peneireiro, o Vale do Tua, à qual o rio empresta o nome e ao longo do qual se podem encontrar antigas azenhas para moagem de cereal ou adaptadas para rega de terrenos. Do fértil Vale da Vilariça brotam as melhores frutas, hortaliças e leguminosas, com destaque para o famoso melão nas variedades carrasco e lagarto. Existem ainda as paisagens bucólicas, que podem obter-se subindo aos miradouros de Nossa Senhora da Lapa, em Vila Flor, de Nossa Senhora da



Assunção, em Vilas Boas, de Nossa Senhora dos Remédios, em Vilarinho das Azenhas, do Monte de Santa Cruz, em Sampaio, da Gralheira, em Folgares, de Nossa Senhora de Fátima, em Alagoa e de Nossa Senhora do Rosário, em Freixiel. Curiosidades da mãe natureza podem encontrar-se em Candoso, onde repousa, a Fraga do Ovo.

A presença da oliveira, seja em monumentos do ciclo do azeite, seja em jardins, demonstra a razão de Vila Flor ser orgulhosamente considerada a Capital do Azeite. A qualidade do seu azeite é, aliás, reconhecida além-fronteiras e premiada em concursos da especialidade, tal como também o são o vinho, o mel e o queijo. A fruta, os cogumelos, as azeitonas (cortilhadas ou em alcaparras), o pão caseiro e o fumeiro são outras mais-valias na riqueza da gastronomia de Vila Flor.

Os grupos Culturais e recreativos do Concelho, apesar da taxa de inatividade de algumas associações, respondem ao apelo da preservação do nosso património cultural e imaterial, manifestando-se em danças e cantares de outrora, folclore, banda filarmónica, grupo de bombos, de gigantones, mas também, atentos à modernidade e às tendências chegadas pela globalização e a novas formas de ocupar o tempo livre, têm surgido, nomeadamente entre os mais jovens, grupos de música e de cantares, bandas, danças contemporâneas, escolas de música e de instrumentos.

O artesanato assenta numa mistura de artes e ofícios característicos de anos passados, tais como rendas e bordados, mantas de lã, e também arte urbana, com a reciclagem de produtos para artigos de decoração, pinturas em tecido, tela, vidro ou em cabaças, massas de fimo, goma eva ou pasta de papel, óleos essenciais e sabonetes artesanais, esculturas em madeira ou pedra, são algumas das artes que integram as mostras de artesanato de Vila Flor.

2.2 REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES

As principais infraestruturas rodoviárias que atravessam o Concelho de Vila Flor são:

- N 213 (ligação Vila Flor – Cachão – Mirandela);
- N 214 (ligação Vila Flor – Tua);
- N 214 (ligação Trindade – Vale Frechoso);
- N 215 (ligação Vila Flor – Junqueira);
- N 314 (ligação Vila Flor – Abreiro);
- N 324 (ligação Carvalho de Egas – Valtorno);



- N102 (ligação Trindade-Junqueira)
- IC5 (Ligação da A4 -Murça, Vila Flor a Miranda do Douro/Concessão Douro Interior)
- IP2 (Ligação da A4-Macedo de Cavaleiros, Vila Flor a Vila Real de Santo António/Concessão Douro Interior)

De seguida apresenta-se um quadro com as distâncias de Vila Flor a alguns dos principais centros urbanos:

Quadro nº 1 – Distâncias em Kms

Localidade	Distância
Bragança	70 Km
Mirandela	21 Km
Vila Real	70 Km
Chaves	71 Km
Porto	180 Km
Coimbra	238 Km
Lisboa	410 Km

O mapa a seguir apresentado evidencia a cobertura rodoviária do Concelho de Vila Flor e as ligações aos Concelhos limítrofes.

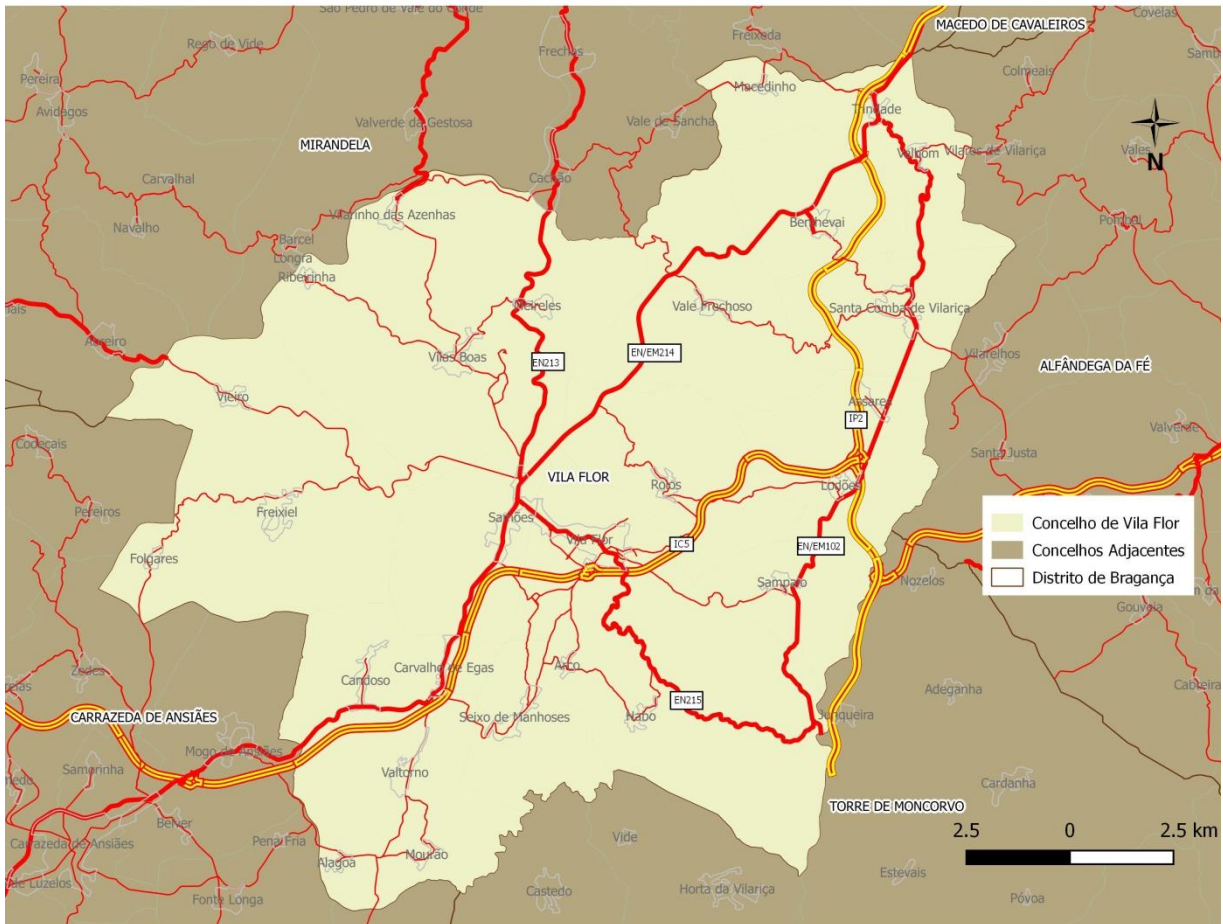


Figura nº 4 – Mapa das Acessibilidades do Concelho de Vila Flor

3. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

De acordo com o último Recenseamento Demográfico Nacional de 2011, o Concelho de Vila Flor tem uma população residente de 6 697 habitantes, realizando uma densidade populacional de 25.19 habitantes/Km², como se pode constatar pela análise do quadro abaixo apresentado.

Quadro nº 2 – Área e População do Concelho de Vila Flor

Designação do Indicador	Concelho de Vila Flor	Unidade	Período
Área Total	265.82	Km ²	2001
Densidade Populacional	25.21	Pessoas/Km ²	2001
Densidade Populacional	25.19	Pessoas/Km ²	2011
População Residente HM, em 2011	6 697	Indivíduos	2011
População Residente M	3 485	Indivíduos	2011
População Residente H	3 212	Indivíduos	2011
População Residente HM, em 2001	7 913	Indivíduos	2001
População Residente HM, em 1991	8 828	Indivíduos	1991

Fonte: INE e PORDATA

O interior Norte é apontado como uma das regiões com maiores quebras migratórias que se traduzem, por sua vez, em perdas significativas da população. De facto, a redução do saldo natural² é um dos aspetos que mais ressalta relativamente à caracterização demográfica do Concelho, por determinar o crescimento negativo.

Quadro nº 3 – Caracterização demográfica do Concelho de Vila Flor

NUTS e Concelhos	Área (2012)	População Residente (2012)	Densidade Populacional (2012)	Crescimento Populacional		Taxa Bruta de Natalidade (2012)	Taxa Bruta de Mortalidade (2012)	Jovens (0-14 anos) (2012)	Maiores de 64 anos (2012)	Índice de Envelhecimento (2012)	Saldo Migratório 2012	Projeção da População residente 000 indivíduos
				1991-2001	2001-2012							
	km ²	indivíduos	hab./km ²	%	%	‰	‰	%	%	nº	nº	
Portugal	92.212,0	10.487.289	113,7	4,5	0,9	8,5	10,2	14,8	19,4	131,1	-37.352	10.489
Região Norte	21.285,9	3.666.234	172,2	5,3	-0,8	7,8	9,0	14,6	17,4	118,9	-16.584	3.725
CIM	8.171,6	200.421	24,5	-5,4	-9,8	5,5	14,5	10,9	27,8	253,9	-874	199
Alf. da Fé	322,0	4.922	15,3	-12,0	-16,6	5,8	23,5	9,6	31,4	327,8	-25	x
Bragança	1.173,6	34.983	29,8	4,7	0,2	6,5	11,6	12,2	22,6	185,1	-111	x
M. de Cavaleiros	699,1	15.426	22,1	-7,8	-11,1	4,5	14,3	11,2	28,4	255,0	-68	x
M. do Douro	487,2	7.400	15,2	-7,1	-8,0	6,1	14,7	10,0	32,0	321,3	6	x
Mirandela	659,0	23.324	35,4	1,5	-9,3	6,4	12,4	11,6	25,0	215,5	-204	x
Vila Flor	265,8	6.531	24,6	-10,7	-16,5	6,2	16,6	10,7	28,3	263,4	-37	x
Mogadouro	760,7	9.247	12,2	-8,7	-16,7	4,5	17,1	9,7	32,4	333,9	-70	x
Vimioso	481,6	4.518	9,4	-15,4	-14,5	6,8	20,4	9,4	36,4	385,9	-30	x
Vinhais	694,8	8.764	12,6	-16,4	-16,6	3,8	17,6	8,0	38,9	487,4	-65	x

Fonte: INE

² Diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos.



Os indicadores demográficos do país, da região Norte, da CIM - Terras de Trás-os-Montes e de cada Concelho desta CIM em particular, mostram que os números são reveladores de uma evolução negativa da população, quer ao nível da CIM - Terras de Trás-os-Montes, quer ao nível do Concelho de Vila Flor em particular.

O estudo demográfico do Concelho confirma a semelhança com os restantes do Interior de Portugal, particularmente com as zonas territoriais nas quais se insere.

Este Concelho caracteriza-se por uma fraca dinâmica demográfica, marcada por um acentuado despovoamento, intenso envelhecimento e fraco índice de natalidade, com reflexos na população escolar, que tem vindo a diminuir.

Quadro nº 4 – Densidade Populacional das Freguesias

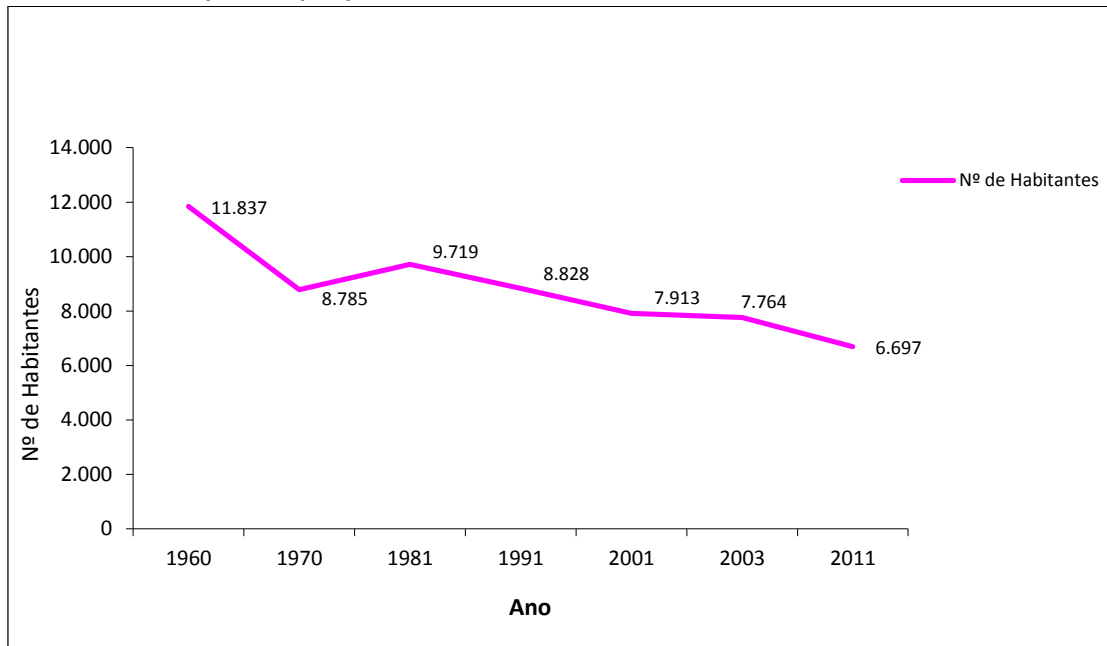
Freguesia	Área (km ²)	Nº de Habitantes (2001)	Nº de Habitantes (2011)	Densidade Pop. (2001)	Densidade de Pop. (2011)
União de Freguesias de Assares e Lodões ¹	14.3	312	241	21.8	16.85
Benlhevai	11.4	214	234	18.9	20.5
União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas ¹	10	341	158	34.1	27.2
Freixiel	34.7	821	640	23.6	18.4
Raios	15.3	176	150	11.5	9.8
Samões	13.5	413	338	30.6	25.0
Sampaio	8.6	192	159	22.3	18.5
Santa Comba de Vilarça	12.2	473	407	38.8	33.4
Seixo de Manhoses	9	501	469	55.5	52.1
Trindade	15	177	162	11.8	10.8
Vale Frechoso	19.3	241	189	12.5	9.8
União de Freguesias de Valtorno e Mourão ¹	19.3	448	364	23.2	18.9
União de Freguesias de Vila Flor e Nabo ¹	40.3	2 749	2 413	68.2	59.8
União de Freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas ¹	43	855	659	19.9	15.3

Fonte: INE

¹Em 2001 ainda não existia a união destas freguesias. Apenas foram consideradas para efeitos de comparação.

O Concelho de Vila Flor tem vindo a sofrer perdas significativas de população, verificada pela diminuição considerável da densidade populacional, em comparação com os censos de 2001.

Gráfico nº 1 – Evolução da População em Vila Flor 1960-2011



Fonte: INE

Como se pode observar pelo gráfico acima apresentado, a população do concelho de Vila Flor, tem vindo a diminuir, sendo que houve uma perda de 1.216 habitantes entre os censos de 2001 e 2011.

Apesar da perda de efetivos caracterizar a conjuntura demográfica, nem todas as freguesias têm conhecido a redução da população, tendo a freguesia de Benlhevai registado um aumento de 20 habitantes, como se pode constatar pela análise do quadro abaixo indicado. Este aumento do número de habitantes nesta freguesia, deve-se à existência de uma fábrica de produção de cogumelos, que emprega mão-de-obra proveniente de países de leste, que aí se fixou.

**Quadro nº 5 – Variação da População Residente, por Freguesia, no Concelho de Vila Flor entre 1991 e 2011**

Freguesia	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011	Variação da População Residente entre 1991 e 2001 (%)	Variação da População Residente entre 2001 e 2011 (%)
União de Freguesias de Assares e Lodões ¹	398	312	241	-21.6	-22.7
Benlhevai	244	214	234	-12.30	9.35
União de Freguesias de Candoso e Carvalho de Egas ¹	402	341	272	-15.20	-20.2
Freixiel	964	821	640	-14.83	-22.05
Raios	217	176	150	-18.89	-14.77
Samões	467	413	338	-11.56	-18.16
Sampaio	260	192	159	-26.15	-17.19
Santa Comba de Vilarica	535	473	407	-11.58	-13.95
Seixo de Manhoses	584	501	469	-14.21	-6.39
Trindade	195	177	162	-9.23	-8.47
Vale Frechoso	277	241	189	-13.00	-21.58
União de Freguesias de Valtorno e Mourão ¹	623	448	364	-28.10	-18.75
União de Freguesias de Vila Flor e Nabo ¹	2 668	2 749	2 413	+3.00	-12.2
União de Freguesias de Vilarinho das Azenhas e Vilas Boas ¹	994	855	659	-14.00	-23.00

Fonte: INE

¹Em 1991 e 2001 ainda não existia a união destas freguesias. Apenas foram consideradas para efeitos de comparação.

Tendo como base de análise o quadro anterior, perspetiva-se, para o horizonte de 2021, e à semelhança dos recenseamentos anteriores e de outras previsões demográficas, que o Concelho de Vila Flor se arrisca a perder efetivos populacionais, um pouco por todas as freguesias.

3.1 INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A análise do quadro abaixo representado mostra que a partir de meados dos anos 60, o Concelho começou a perder efetivos populacionais, em parte devido à forte corrente emigratória. A crise europeia dos anos 70, traduzida numa recessão económica e social, provocou o regresso de muitas pessoas significando, por isso, um aumento populacional salutar. No entanto, esse crescimento não se efetuou linearmente, ou de forma contínua, dado

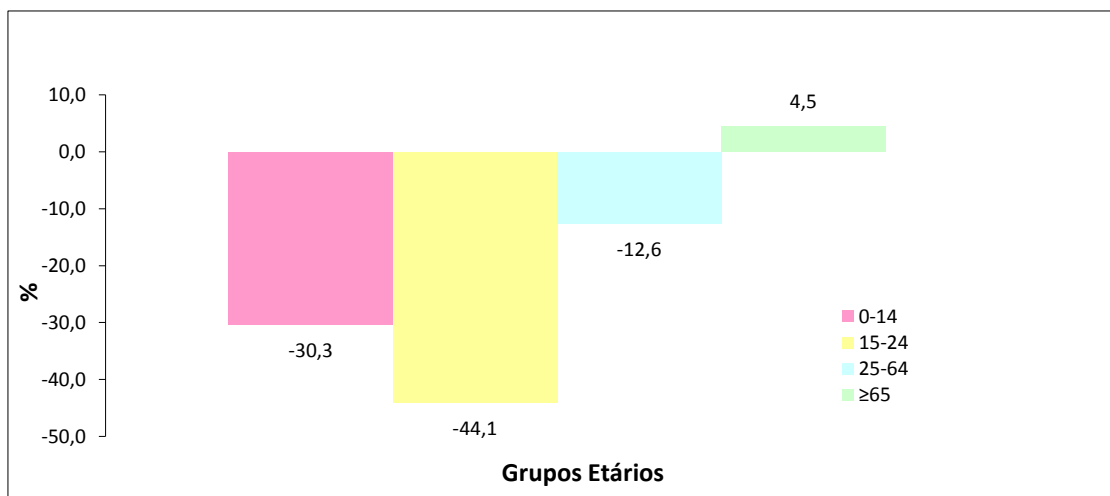
que a perda de efetivos tem apresentado valores cada vez mais negativos, mais concretamente - 10.4% e -15.37%, nos dois últimos recenseamentos da população.

Quadro nº 6 – Variação da População Residente em Vila Flor

Anos	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01	2001/2011
%	16	10	-5	-26	11	-9	-10.4	-15.37

Fonte: INE

Gráfico nº 2 – Variação da População Residente, por Grupos Etários, entre 1991 e 2001



Fonte: INE

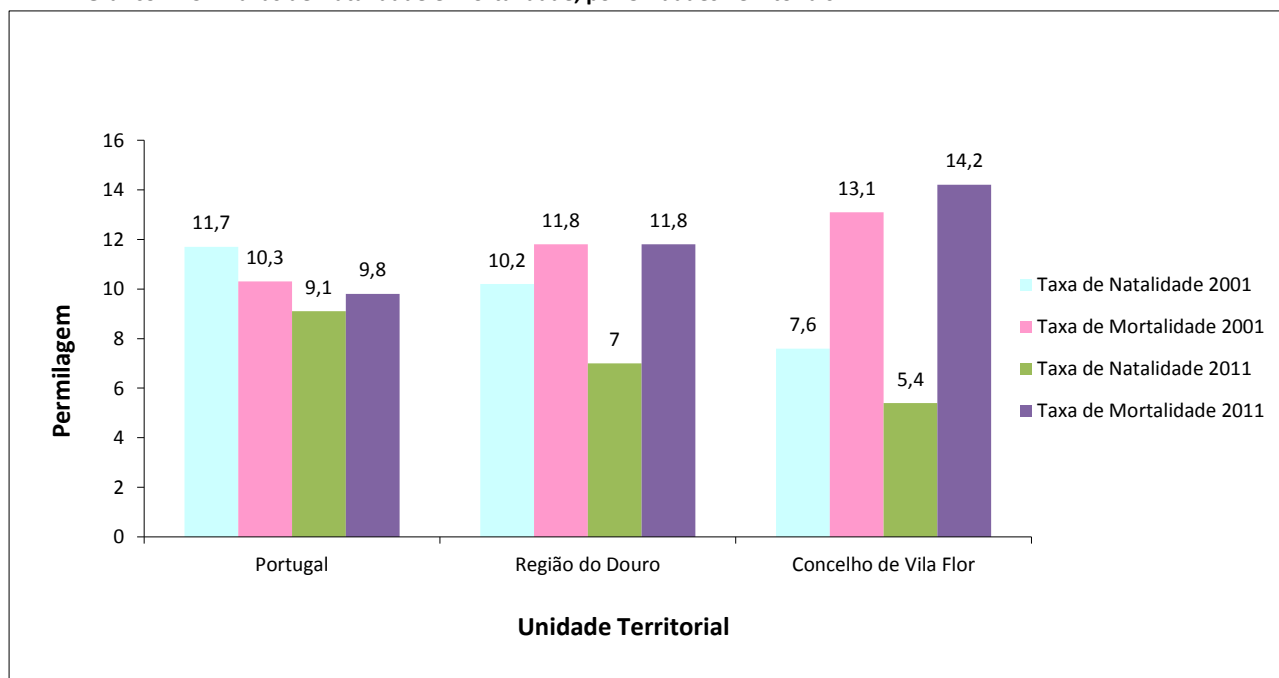
No âmbito da variação da população residente, verificada no gráfico nº 2, o Concelho de Vila Flor, num espaço de 10 anos, perdeu grande parte dos seus efetivos populacionais, a avaliar pelo crescimento negativo do grupo dos efetivos mais jovens (grupos etários com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos). Apenas o grupo dos idosos registou uma variação positiva. O resultado, claramente à vista, é o de um Concelho extremamente marcado pelo envelhecimento demográfico.

3.1.1 NATALIDADE E MORTALIDADE

Não será correto dizer que há mortes a mais ou nascimentos a menos, quando na verdade o que se passa é que não há um equilíbrio no saldo natural. Isto quer dizer que os decréscimos populacionais provocados pela mortalidade não se fazem acompanhar por um acréscimo em

natalidade. Deste modo, o saldo resultante da discrepância destes dois indicadores é negativo, alcançando em 2011 um valor de -8.8%. Por consequência, surge o acentuado envelhecimento da população, principalmente provocado pelo decréscimo de nascimentos e pelo aumento do índice de longevidade.

Gráfico nº 3 – Taxas de Natalidade e Mortalidade, por Unidades Territoriais



Fonte: INE e PORDATA

A taxa de Natalidade tem, de facto, diminuído, distanciando-se cada vez mais da média nacional e mesmo regional, tendo tido uma diminuição considerável, ao nível do concelho, entre os censos de 2001 e 2011. Por sua vez, a taxa de Mortalidade, vai sofrendo algumas oscilações mas, a tendência atual é de subida, ainda que pouco significativa, como se pode ver pelo aumento entre 2001 e 2011.

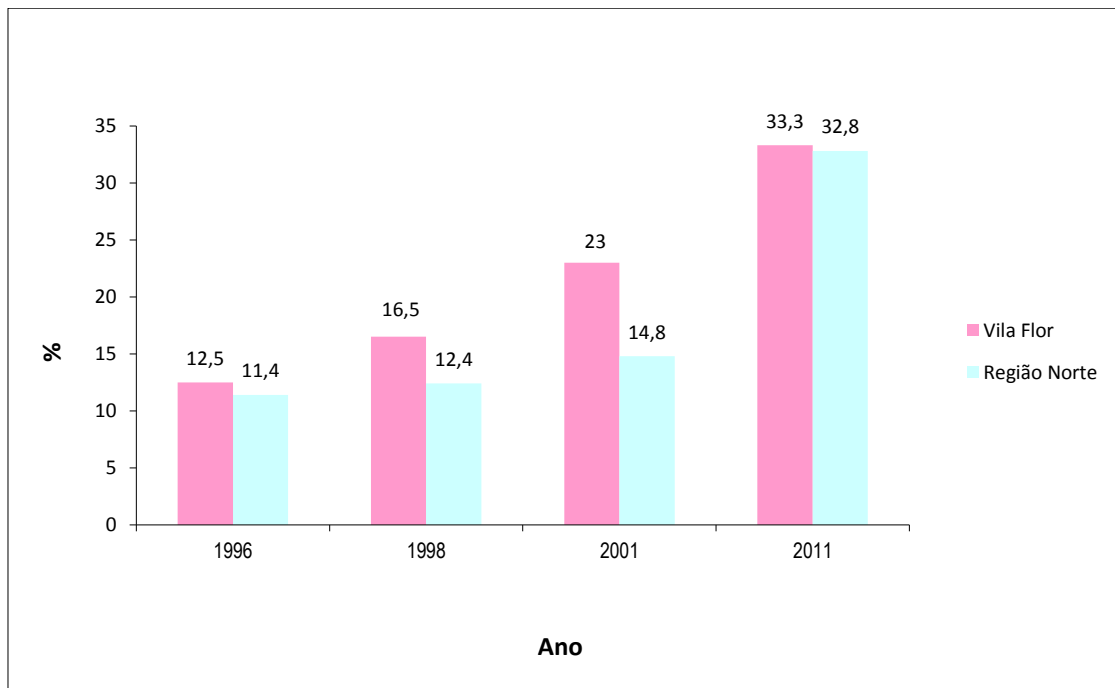
3.1.2 FECUNDIDADE

Os fatores explicativos da queda da fecundidade³ extravasam o campo puramente demográfico e devem ser identificados no contexto socioeconómico em que se tem

³ Nascimento de crianças.

desenvolvido a sociedade local. As condições socioeconómicas dos casais determinam, em primeira instância, o momento do casamento. Ainda assim, muitas mulheres não interligam o casamento à maternidade já que cerca de 33.3% dos bebés nascidos em 2011, aumento considerável em relação a 2001, eram filhos de mães solteiras, ou pelo menos de mães não casadas, se considerarmos que muitos casais resolvem viver juntos, em união de facto.

Gráfico nº 4 – Nascimentos fora do Casamento entre 1996 e 2011



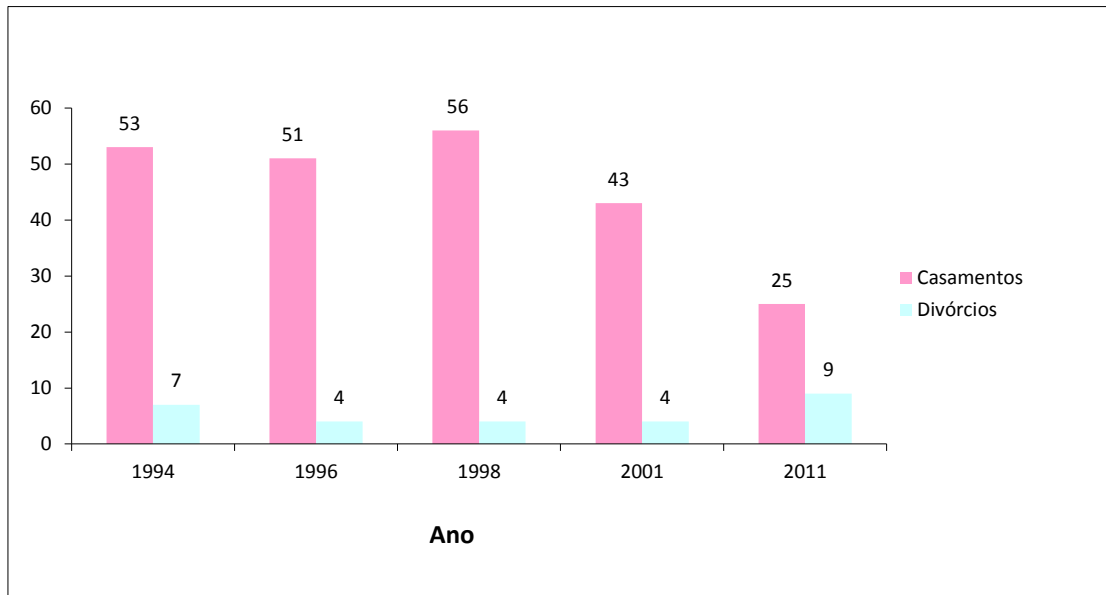
Fonte: INE e PORDATA

Mas, para a maior parte dos casais, o passo é dado quando estiverem reunidas todas as condições propícias: emprego e habitação. Implícitos estão, também, o maior grau de instrução e a atividade profissional da mulher, a difusão dos métodos de contraceção e a condição chave para a constituição de família, ou seja, a afirmação social e profissional do casal.

Citando Agostinho de Almeida Santos:

“A diminuição da natalidade está certamente ligada com problemas de natureza socioeconómica e insere-se numa rede diversificada de relações entre o indivíduo, o casal, a Sociedade e o Estado”. (1993: 29)

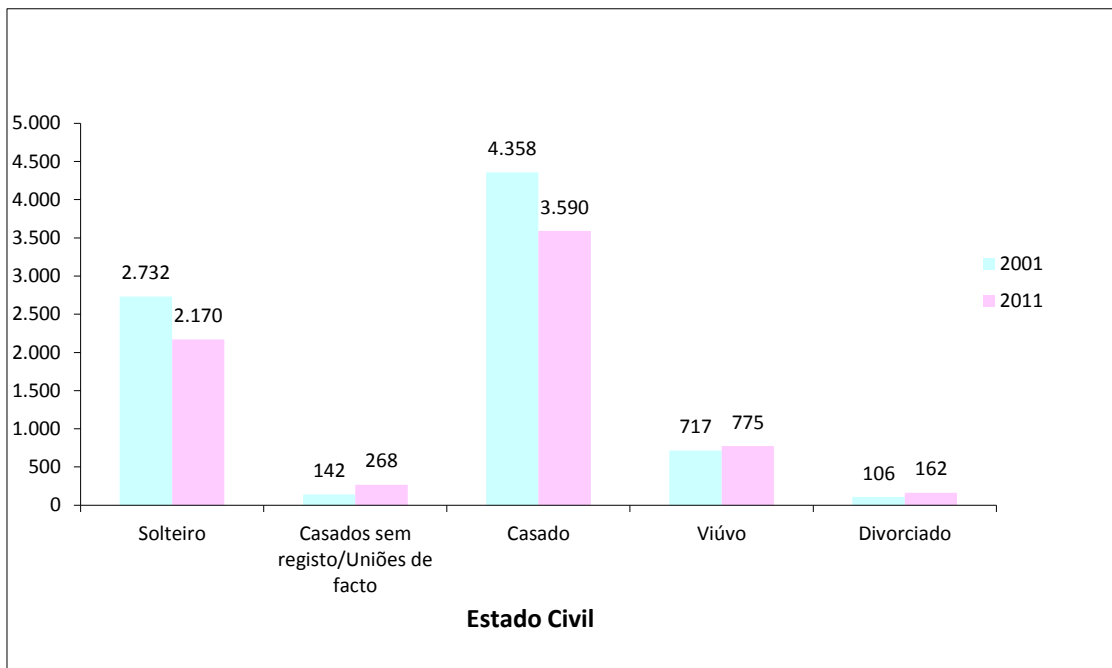
Gráfico nº 5 – Casamentos e Divórcios entre 1994 e 2011



Fonte: INE

O ano de 1998 revelou-se o mais favorável no que respeita aos casamentos, coincidindo com uma diminuição de divórcios. No entanto, a tendência atual é de diminuição dos casamentos, à qual se associa, segundo as estatísticas de 2011, um aumento do número de divórcios. Ou seja, 2011 é o ano em que se registaram menos casamentos e mais divórcios.

Gráfico nº 6 – População Residente segundo Estado Civil em 2001 e 2011



Fonte: INE e PORDATA



O casamento é, sem dúvida, o estado civil que mais caracteriza a população residente. Contudo, comparados por anos dos recenseamentos, há atualmente mais casais a optar pela união de facto, o que poderá explicar, em parte, a diminuição de casamentos.

A situação de viuvez é maioritariamente vivida pelo sexo feminino, o que se explica pela maior esperança de vida entre as mulheres e o índice de longevidade, também maior no sexo feminino. Por sexos, a situação nas outras categorias do estado civil é equilibrada.

3.1.3 ESPERANÇA DE VIDA

Outro indicador importante, até como indicador de bem-estar social, diz respeito à esperança de vida à nascença, ou seja, o número de anos que se espera, em média, viver.

Em 1981 a esperança de vida à nascença dos homens aproximava-se em média, dos 68 anos; a das mulheres atingia os 75 anos. Em 1991, os homens esperavam viver mais 2 anos e as mulheres mais 2.2 anos. Com base no triénio a partir de 2001, as estimativas do INE e da PORDATA revelam que, se em 2001, a média nacional da esperança de vida era de 76.7 anos (73.3 anos para os homens e 80.1 para as mulheres), em 2013, este indicador aumenta consideravelmente em cerca de 3 anos, passando para os 80 anos (77.2 anos para os homens e 83 para as mulheres).

O índice de longevidade, que traduz a relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos passa, em Vila Flor, de 42,6% em 2001 para 53,4% em 2014, o que significa, por um lado, o aumento da esperança média de vida e, por outro, uma taxa de sobrevivência maior das pessoas com mais de 75 anos.

A evolução do envelhecimento, decorrente do declínio da mortalidade nas últimas idades, provoca o aumento dos idosos que são, em grande parte, mulheres. Relativamente à relação de sobremortalidade masculina, a socióloga Ana Fernandes (1997:57), explica que o risco de morte ao atingir os 15 anos, em 1992, era quatro vezes superior no homem que na mulher. Se as mulheres resistem mais à morte significa que apresentam maiores probabilidades de sobreviver e atingir, em maior número, os escalões etários mais altos. É a probabilidade de poder sobreviver mais que faz aumentar o número de idosos em termos absolutos.



A esperança de vida não deixa, no entanto, de ter efeitos sociológicos relevantes, porque é possível às crianças conhecerem e conviverem, por mais tempo, com as gerações mais velhas.

3.1.4 MIGRAÇÕES

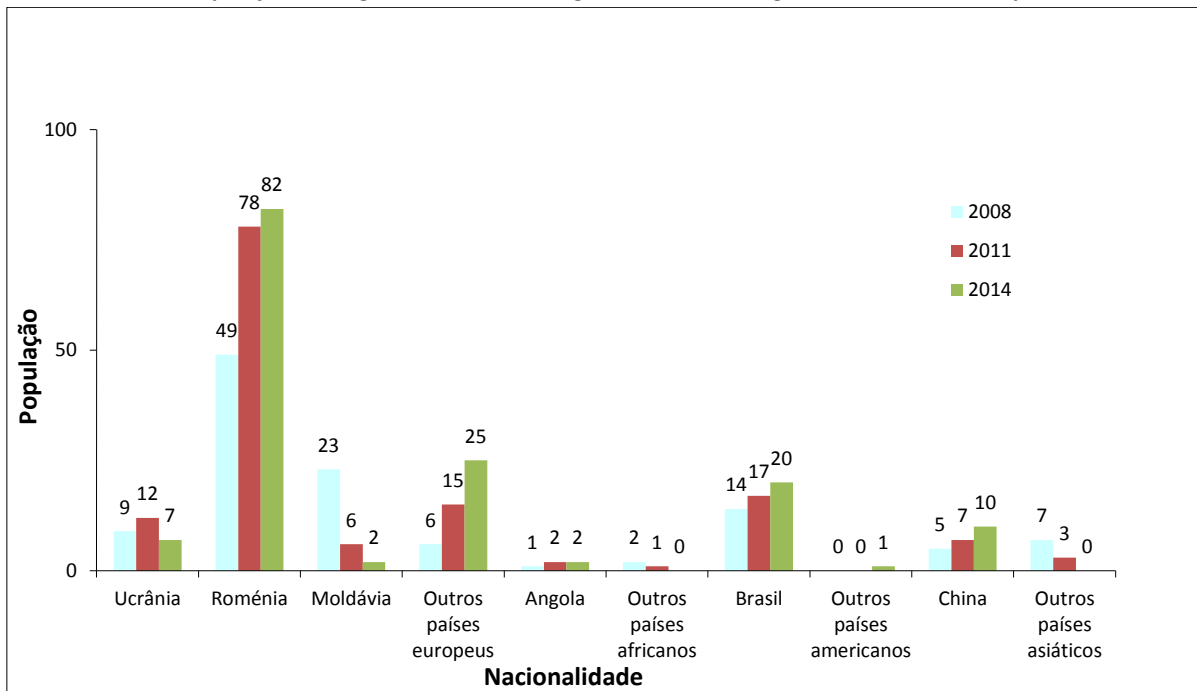
A análise aprofundada dos fluxos migratórios implica o conhecimento das características demográficas e socioeconómicas dos migrantes.

Grande parte das saídas migratórias dirige-se para o estrangeiro. São vários os autores a colocar a tónica das causas da emigração portuguesa na habitual condição económica, referindo a procura de melhores condições salariais, nível de vida, maior aceitação, prestígio ou identidade social. A ideia de seletividade das migrações é há muito conhecida: a mobilidade geográfica não age aleatoriamente sobre o conjunto da população, antes representa grupos particulares dessa população.

As principais características dos migrantes são as seguintes:

- Têm entre 15 a 29 anos;
- Provêm essencialmente da zona Norte;
- Grande parte possui o ensino básico;
- Predomina o tipo de emigração temporária (contratos de trabalho sazonal – vindimas, apanha da maça, morango e ameixa, por exemplo).

Gráfico nº 7 – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, Segundo a Nacionalidade, por anos

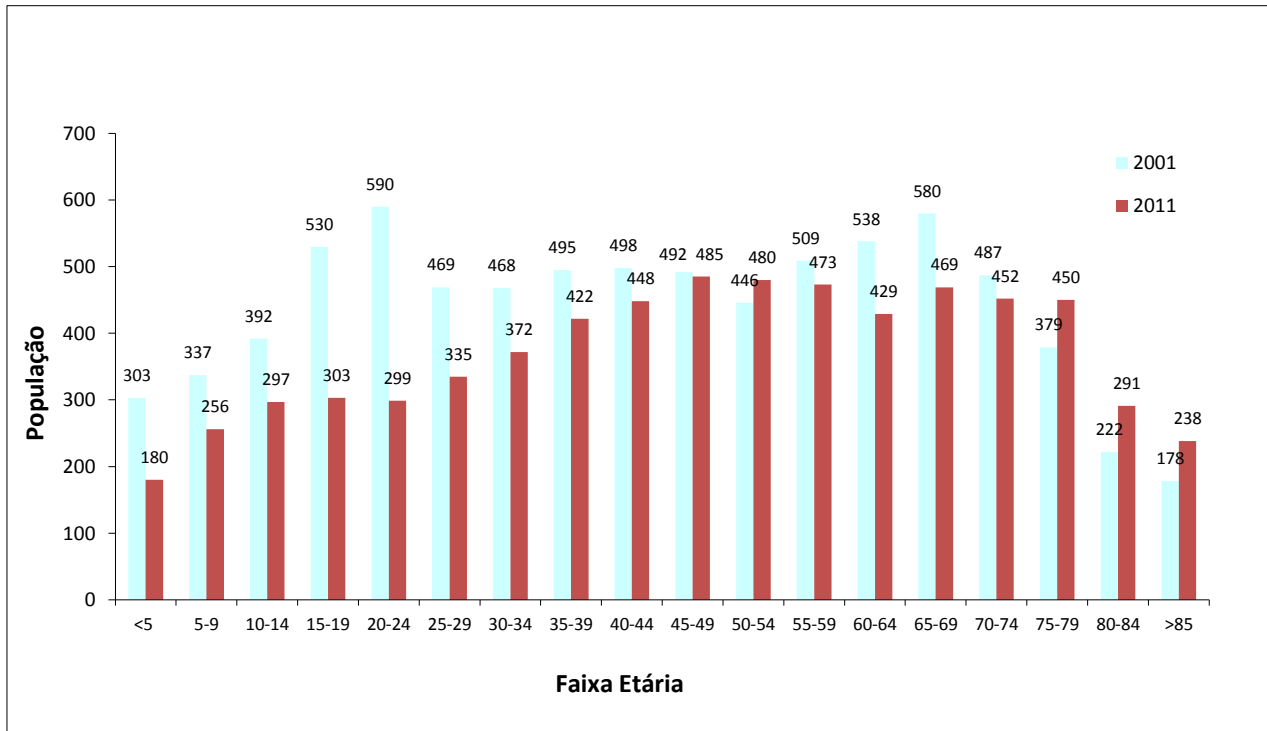


Fonte: PORDATA

No entanto, segundo a nacionalidade da população residente, é de notar que o Concelho de Vila Flor conta com alguns residentes de nacionalidade estrangeira, tendência crescente ao longo dos anos, passando de 119 efetivos em 2008, para 248, em 2014, chegando esta a representar atualmente, cerca de 4% da população residente. Conforme o gráfico que se segue, a grande maioria dos residentes estrangeiros são de nacionalidade Romena, Brasil e China.

3.2 ESTRUTURA ETÁRIA

Gráfico nº 8 – População Residente Segundo a Faixa Etária, em 2001 e 2011



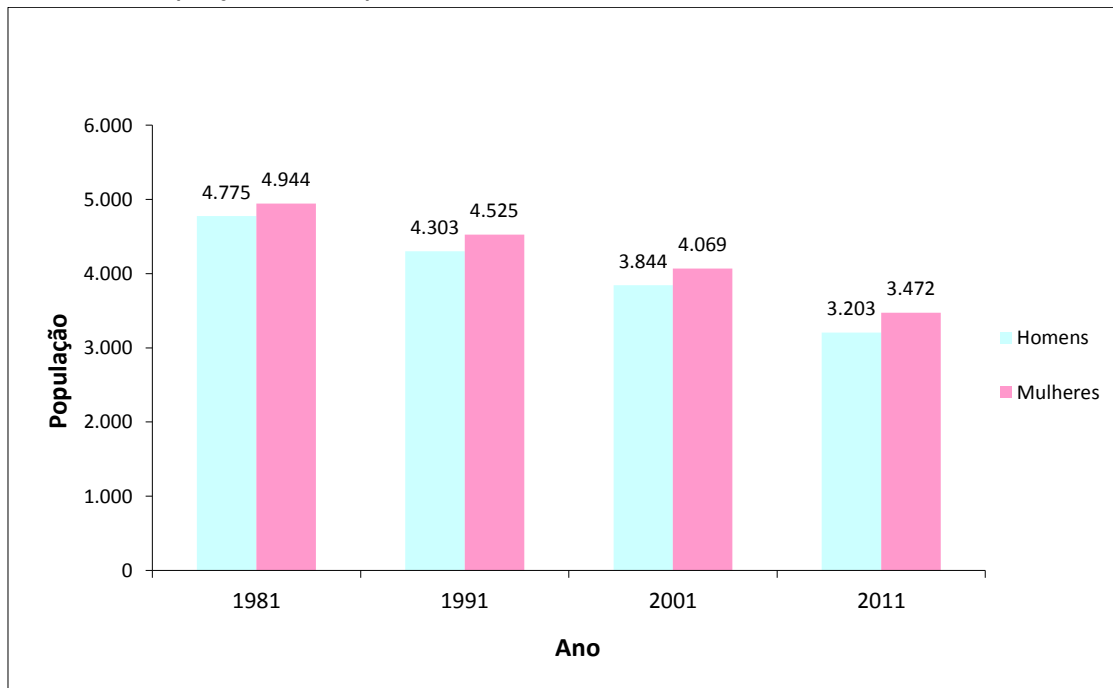
Fonte: INE e PORDATA

- Consta-se uma diminuição relativa de jovens, especialmente nas primeiras idades, pelo declínio da natalidade;
- O grupo das pessoas em idade produtiva também sofre uma queda considerável de efetivos;
- Aumento das idades mais maduras, concretamente a partir dos 75 anos;
- Tendência para o envelhecimento, pelo avanço da esperança de vida e índice de longevidade.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXOS

Por sexos, a distribuição da população mantém-se equilibrada, quando comparados os últimos recenseamentos da população, havendo, no entanto, uma predominância maior de mulheres.

Gráfico nº 9 – População Residente por Sexos entre 1981 e 2011



Fonte: INE e PORDATA

3.4 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADES

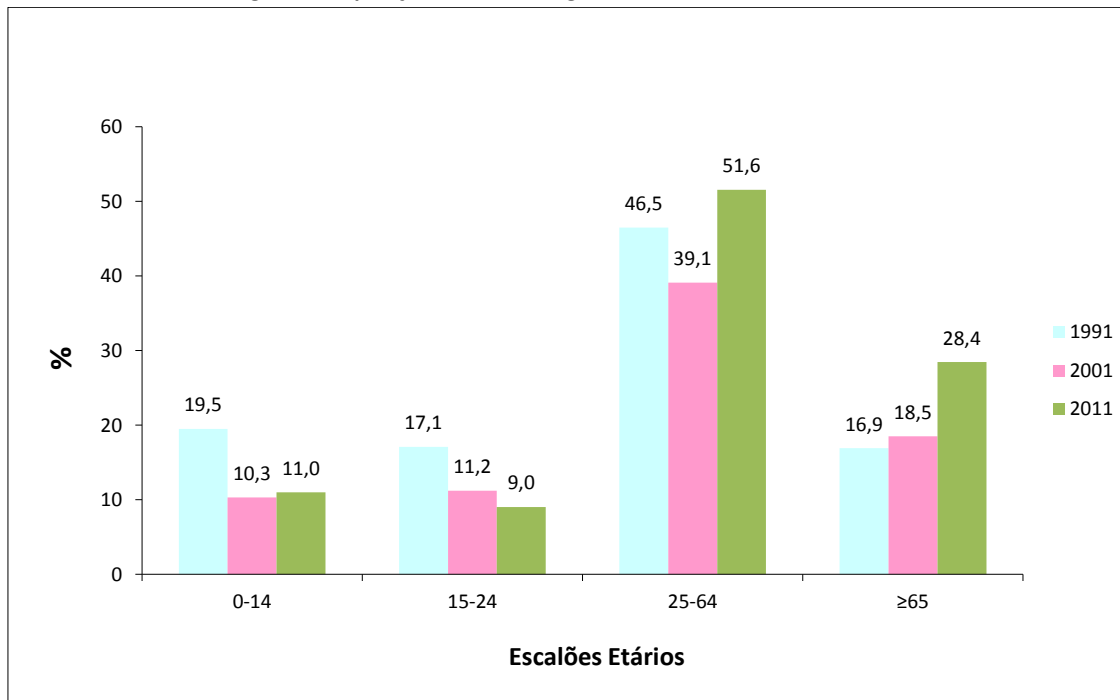
A análise do gráfico nº 10 permite-nos aferir que, nos últimos anos, se registou uma queda de efetivos nos dois primeiros grandes grupos etários, muito embora entre os censos de 2001 e 2011, na faixa etária dos 0 aos 14 anos, tenha havido um ligeiro aumento, pouco significativo.

No entanto, a população referente ao último grupo etário – população idosa – aumentou. Uma explicação sociológica para a perda nos primeiros escalões etários está diretamente ligada à queda da natalidade, aos fluxos de emigração e migração e consequente desertificação rural.

O grupo da população idosa apresentou um aumento que, pela análise geral da demografia, pode dever-se mais a um amadurecimento nas últimas idades do terceiro escalão, que entretanto passaram para o escalão seguinte, aliadas à maior esperança de vida e aumento do índice de longevidade.

Pode concluir-se que o Concelho de Vila Flor tem vindo a perder crianças e jovens, ganhando população idosa, traduzindo assim, um alto índice de envelhecimento.

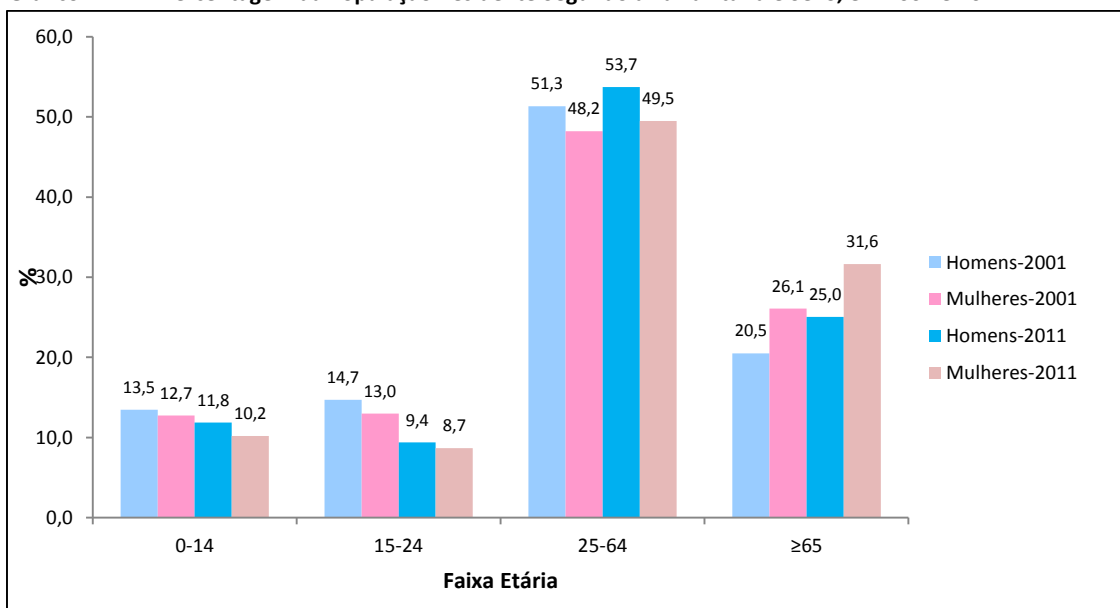
Gráfico nº 10 – Percentagem da População Residente Segundo a Faixa Etária, em 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE e PORDATA

Com exceção do último escalão, registaram-se diminuições nos efetivos femininos, apesar de pouco significativas. O aumento da população idosa é funcionalmente preocupante, porque não é acompanhado por um aumento da população em idade produtiva. O resultado é o desequilíbrio populacional no saldo natural, traduzido nos índices de dependência seguintes.

Gráfico nº 11 – Percentagem da População Residente Segundo a Faixa Etária e Sexo, em 2001 e 2011



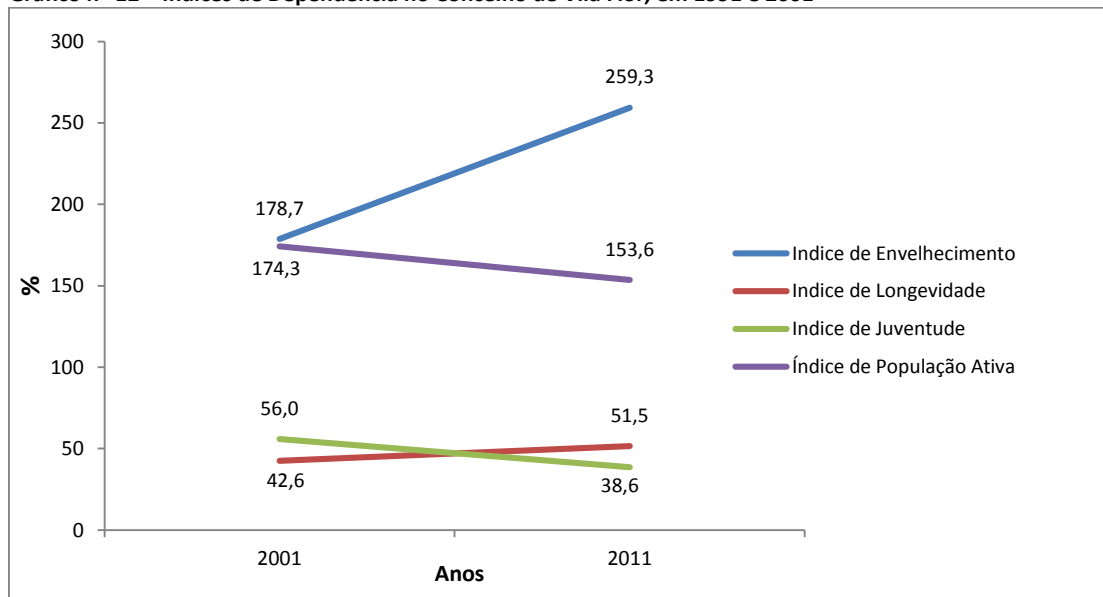
Fonte: PORDATA

3.5 SITUAÇÕES DE DEPENDÊNCIA

3.5.1 ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA

A relação entre a população total e os grupos funcionais está expressa nos índices de dependência.

Gráfico nº 12 – Índices de Dependência no Concelho de Vila Flor, em 1991 e 2001



Fonte: PORDATA

Fazendo a comparação entre os dois últimos recenseamentos da população, é graficamente visível o aumento do índice de envelhecimento em Vila Flor, na ordem dos 81%. Ou seja, há cada vez mais pessoas com 65 e mais anos e menos com idades entre os 0 e 14 anos. Em paralelo, o índice de longevidade regista um aumento de efetivos de 9%, como atrás se explicou, em boa parte devido à sobrevivência nas idades mais avançadas, aumento na esperança média de vida e diminuição da mortalidade.

O índice de juventude verifica uma descida estatisticamente considerável, de 17%, no número de efetivos pertencentes ao primeiro grande grupo etário. O índice da população em idade produtiva, segundo grande grupo, também regista uma quebra acentuada de aproximadamente 21%.

Portanto, acrescente-se a um Concelho de carácter rural, um crescente nível de envelhecimento da população.

Não é despropositado afirmar que “o envelhecimento não é igual a velhos a mais, mas a nascimentos a menos”, em proporção à população total e em termos de uma dinâmica de substituição geracional. Desta forma, em demografia, uma população envelhece sempre que se regista uma redução do número de pessoas nas idades mais jovens.

O envelhecimento da população terá uma incidência notável sobre a estrutura do consumo, e naturalmente sobre o próprio sistema de Segurança Social. No âmbito do consumo, o aumento do peso das despesas com a saúde – medicamentos, assistência médica – não acompanhado por um aumento de pensões, terá reflexos na própria estrutura económica.

Na esfera familiar e social, questões como o isolamento, a solidão, o abandono e a fraca retaguarda ou suporte familiar, poderão ser temáticas a considerar no panorama da cobertura social de valências especializadas diversas no âmbito da gerontologia. A Segurança Social e sobretudo o seu sistema, agravará o problema, concretamente no que respeita à quotização: “cada vez são menos a descontar para mais”.

3.5.2 RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA

As relações de dependência medem o peso de um determinado grupo funcional sobre o total da população em idade produtiva. Nestes termos, a análise do gráfico que se segue mostra que houve, com o passar dos anos, uma alteração estatisticamente significativa.

Gráfico nº 13 – Relações de Dependência no Concelho de Vila Flor, em 2001 e 2011



Fonte: PORDATA

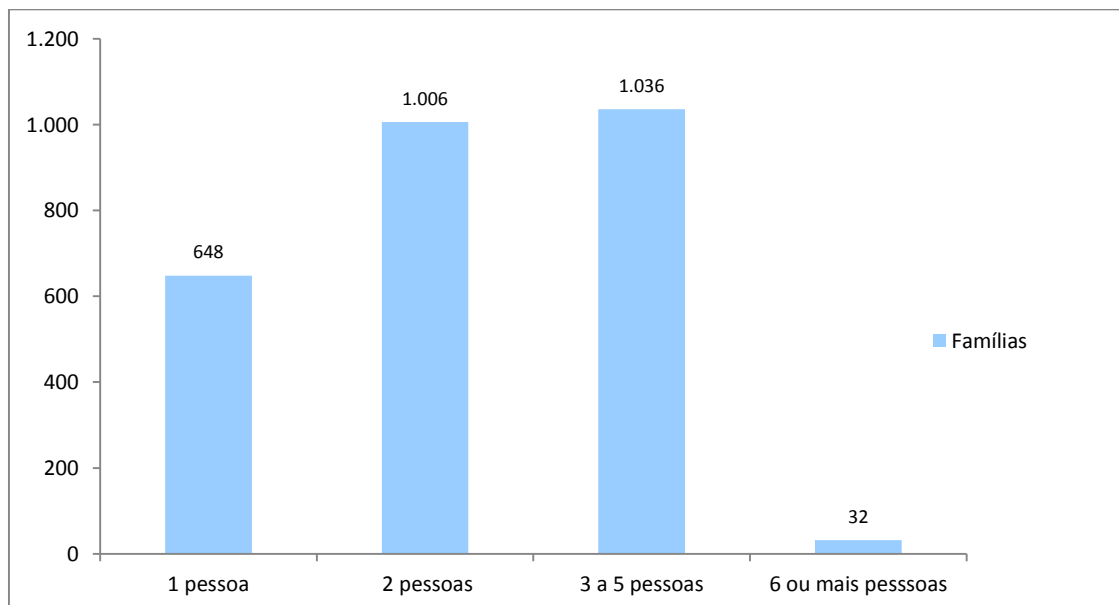
A dependência total (jovens e idosos sobre os ativos) de 57%, em 2001, passa para aproximadamente 66% em 2011, o que significa, em parte, mais jovens e idosos por cada ativo. Em relação às duas outras relações de dependência: jovens e idosos, a relação de dependência dos jovens diminui em 2,5%, tendo em conta que são menos, o que significa em termos concretos que por cada 100 ativos dependiam 18 jovens; a categoria dos idosos, cada vez com mais efetivos, passa a ser a que mais pesa nos ativos. Enquanto em 2001, 100 ativos tinham a cargo aproximadamente 37 idosos, esse valor muda em 2011, onde os mesmos 100 ativos passam a ter mais 11, ou seja, aproximadamente 48 idosos.

3.6 MODELO FAMILIAR

A instituição familiar – na sua aceção mais tradicional – é, inegavelmente, um valor bastante vincado na região Norte. Assumindo, por vezes, uma posição extrema quando comparado com outras regiões, a sua realidade permite traçar um perfil essencialmente feito à imagem da moral, dos costumes e das práticas tradicionais.

3.6.1 DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS

Gráfico nº 14 – Famílias Clássicas, Segundo a Dimensão, em 2011



Fonte: PORDATA

De acordo com a dimensão das famílias existentes, a percentagem mais significativa vai para as famílias com duas (com cerca de 1006 famílias) e também com três a cinco pessoas (1036). De referir que existem mais de 600 famílias com apenas uma pessoa, o que poderá representar efetivos solteiros, divorciados, viúvos e sobretudo, idosos que vivem sozinhos.

3.7 HIERARQUIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS

A análise do mapa a seguir apresentado evidencia a distribuição dos principais aglomerados populacionais do Concelho de Vila Flor, verificando-se que a população se concentra onde há maior oferta de bens e serviços, comércio e equipamentos disponibilizados, ou seja, a população do Concelho de Vila Flor concentra-se fundamentalmente na sede do Concelho.

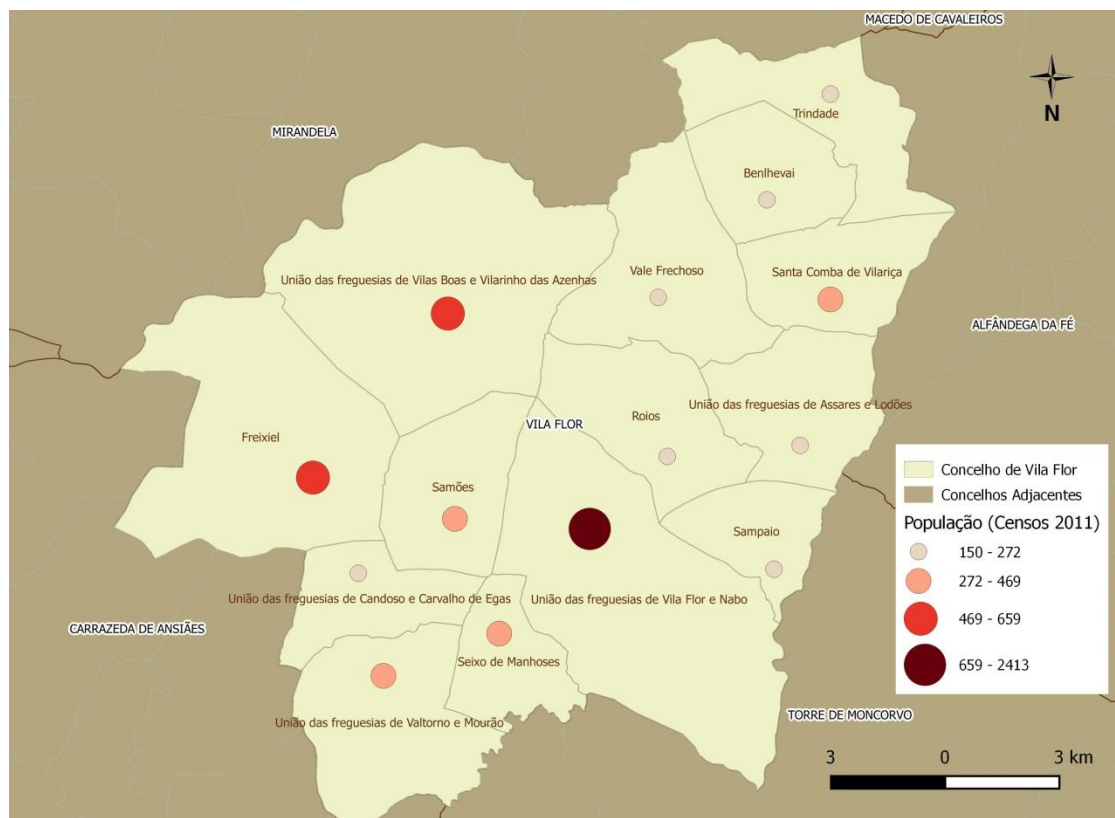


Figura nº 5 – População das Freguesias no Concelho de Vila Flor

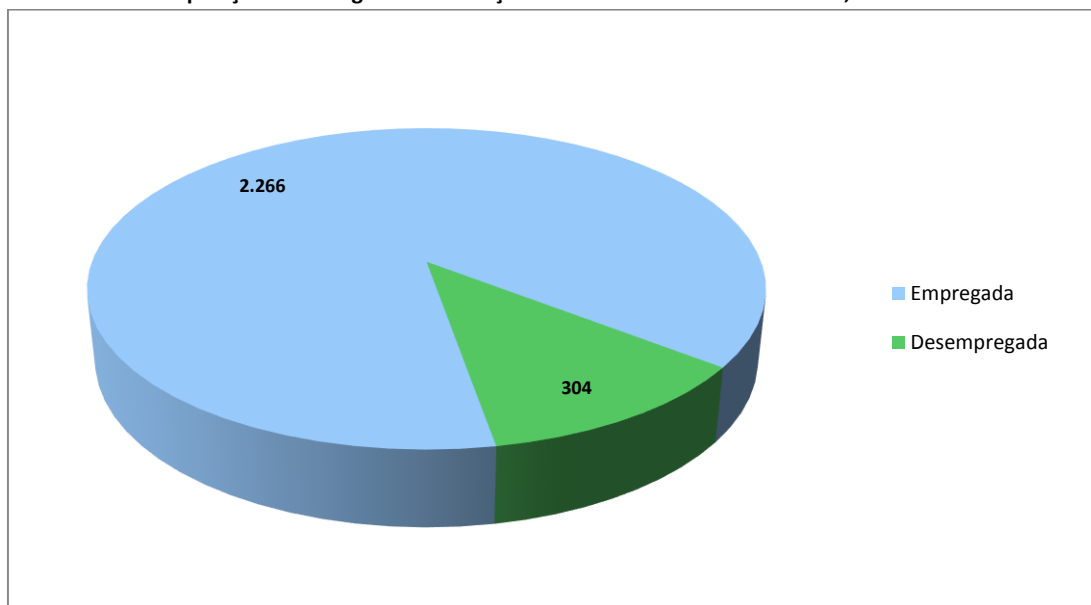
Por outro lado, vale a pena referir que os principais movimentos inter concelhios são centrífugos, ou seja, os habitantes das freguesias rurais deslocam-se para a sede do Concelho, quer para trabalhar, quer para estudar.

4. CARATERIZAÇÃO SÓCIO – ECONÓMICA

4.1 ATIVIDADES ECONÓMICAS

A evolução da população ativa, ao longo das últimas décadas, acompanhou a tendência da evolução populacional do Concelho; assim, o fraco crescimento em efetivos provoca, também, o fraco ou mesmo estagnado crescimento da população em idade produtiva.

Gráfico nº 15 – População Ativa Segundo a Condição Perante a Atividade Económica, em 2011

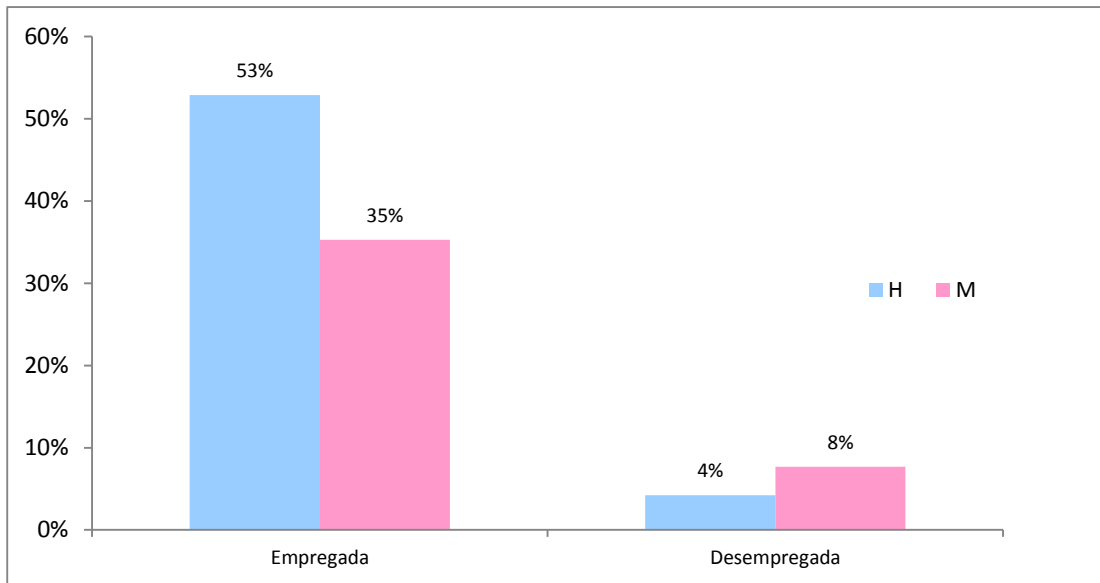


Fonte: PORDATA

No Concelho de Vila Flor, em 2011, a população ativa representava 38.3% do total de residentes. Em 2001, a mesma taxa era de 37.2%, o que mostra um ligeiro aumento em termos de população empregada.

A análise do gráfico nº 17 mostra que uma percentagem de 53% dos residentes masculinos em idade produtiva encontram-se, de facto, a trabalhar, face a 35%, bastante menos, de ativos femininos. A população desempregada é predominantemente feminina.

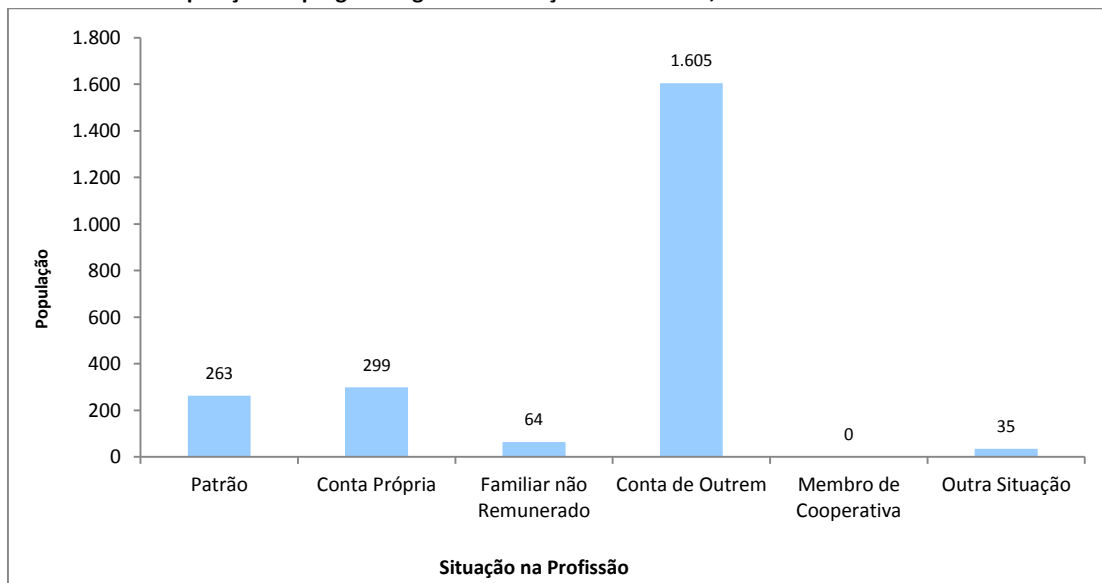
Gráfico nº 16 – % População Ativa por Condição Perante a Atividade Económica, por Sexos, em 2011



Fonte: PORDATA

A título de curiosidade, o trabalho por conta de outrem representava, cerca de 71% dos empregados no Concelho de Vila Flor e, o trabalho por conta própria apresentava uma percentagem de 13%. A razão para essa discrepância assenta na crescente predominância de instituições (Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia, serviços relacionados com a Educação e a Saúde, serviços públicos) e algumas empresas (Sumol Compal, Sousacamp, unidades hoteleiras e restauração) que assimilam um vasto leque da população ativa.

Gráfico nº 17 – População Empregada Segundo a Situação na Profissão, em 2011

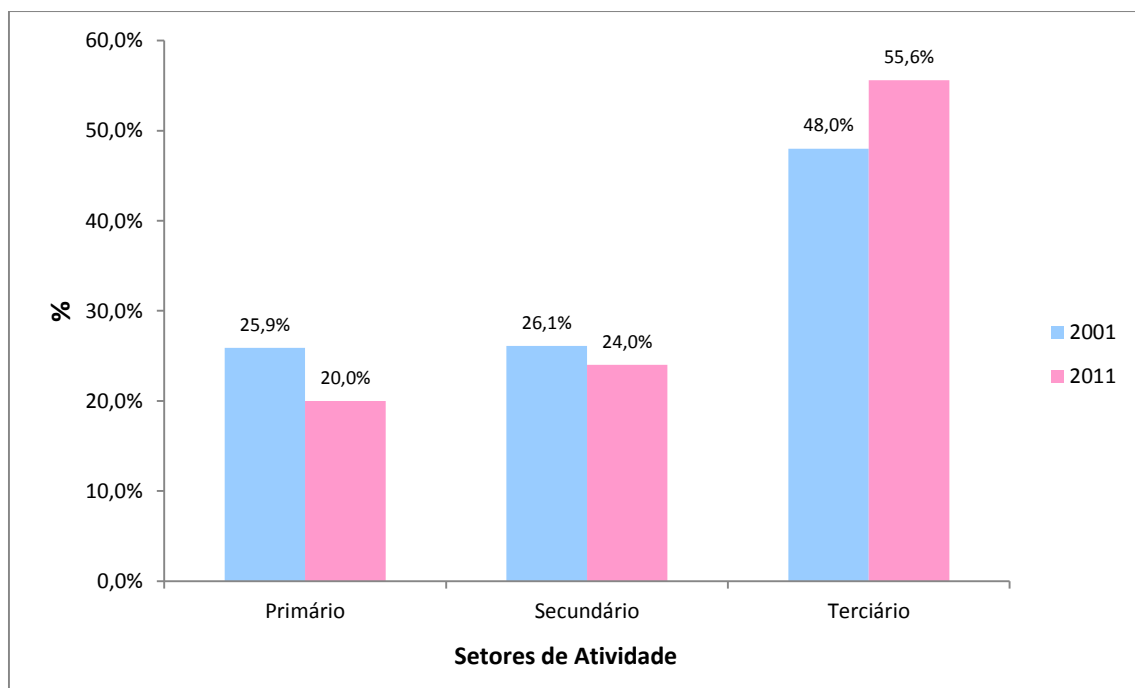


Fonte: PORDATA

4.2 SETORES DE ATIVIDADE

Tratando-se de um Concelho predominantemente agrícola, é pertinente sublinhar que a percentagem de agricultores tem vindo a baixar, de 25.9% em 2001 para 20.0% em 2011, o mesmo se verificando para o sector secundário que passou de 26.1% em 2001 para 24.0% em 2011. Já o sector terciário teve um aumento bastante significativo, passando de 48.0% em 2001 para 55.6% em 2011.

Gráfico nº 18 – População Empregada, Segundo o Setor de Atividade em 2001 e 2011

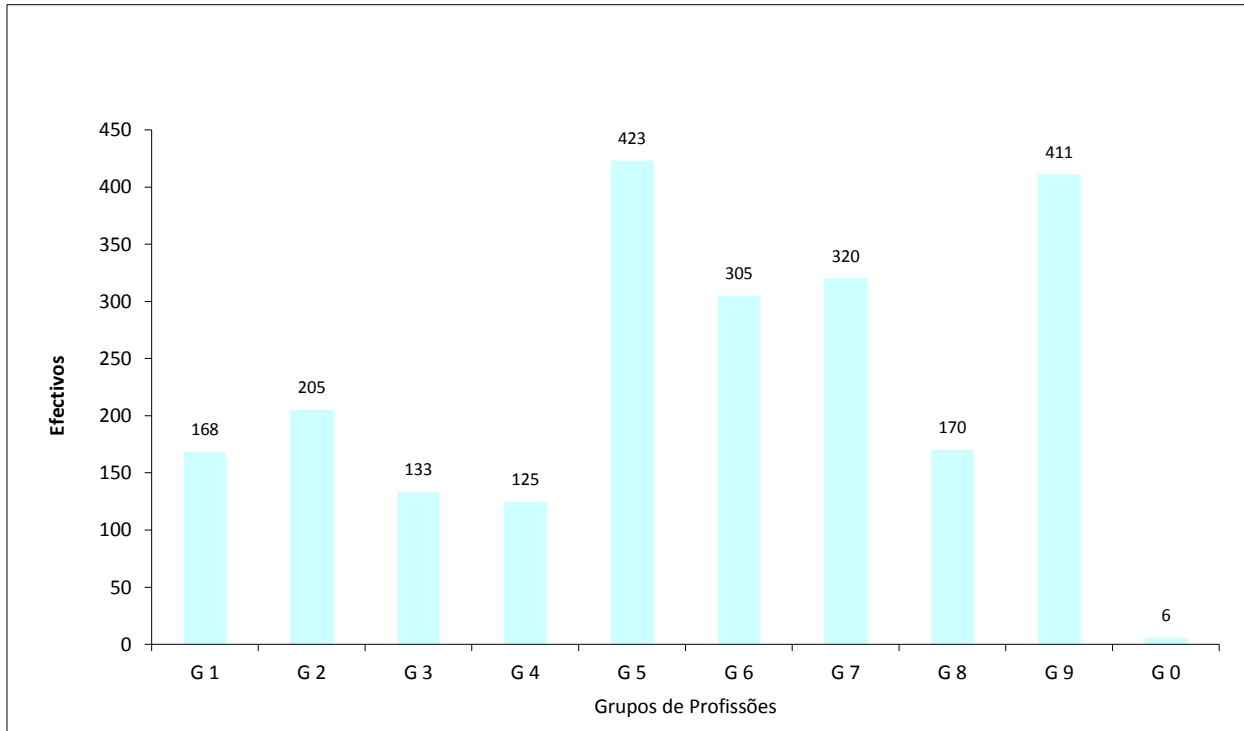


Fonte: PORDATA

As empresas do Concelho caracterizam-se pela sua pequena e micro dimensão. Contudo, representam um papel fundamental na dinamização económica, enquanto centro de dinamização social, cultural, económica e tecnológica, e pela oferta e prestação à população de um leque de bens e serviços (ensino, saúde, comércio e serviços públicos), sobretudo na sede de concelho; bancos, finanças, registos e conservatória, correios, tribunal, farmácias, óticas, centro de saúde e unidade de cuidados continuados, dentistas e clínicas de saúde, lares de terceira idade, o Centro Social e Paroquial S. Bartolomeu, o quartel da GNR, Bombeiros, praça de táxis, postos de abastecimento de combustíveis, mecânicos, eletricitas, comércio de carnes verdes e supermercados, peixarias, restaurantes, pastelarias e cafés, unidades de alojamento, papelarias e afins, lojas de roupa e calçado, cabeleireiros e centros de estética, floristas, lojas de

louças, decoração e mobiliário, stands de automóveis, casas de venda de produtos agrícolas, retosarias, viveiros, seguradoras, solicitadores, entre outros ramos de negócio.

Gráfico nº 19 – População Empregada Segundo Grupos de Profissões em 2011, no Concelho de Vila Flor



Fonte: INE

Legenda

- G 1:** Membros dos corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública, diretores e quadros dirigentes de empresas;
- G 2:** Profissões intelectuais e científicas;
- G 3:** Profissões técnicas intermédias;
- G 4:** Empregados administrativos;
- G 5:** Pessoal dos serviços de proteção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares;
- G 6:** Trabalhadores da agricultura e da pesca;
- G 7:** Trabalhadores da produção industrial e artesãos;
- G 8:** Operadores e instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores;
- G 9:** Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços;
- G 0:** Forças armadas.

Relativamente ao grupo de profissões, cuja classificação atribuída é a disponível a nível internacional, em 2011, a população residente distribuía-se maioritariamente por dois grandes grupos. Estes respeitam, por ordem de importância, o G 5 - pessoal dos serviços de proteção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares, e o G 9 - trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços.



4.3 DESEMPREGO

A variação anual do desemprego registado em Vila Flor, segundo os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem-se mantido dentro da média da NUT “Terras de Trás-os-Montes”, com 6.3%.

Se a taxa de desemprego no Concelho era de 13.4% em 2001, passados 10 anos, reduz, ainda que discretamente, para 11.8%. A taxa de desemprego feminina, com 17.9%, distancia-se largamente da masculina, contando esta última com 7.2%, no ano de 2011.

No Concelho de Vila Flor, relativamente ao número de inscritos, quer em 2001 quer em 2011, predomina a procura de novo emprego, com 69.8% e 70.7% respetivamente.

Quadro nº 7 – Desempregados Inscritos no Centro de Emprego, entre 2001 e 2011

	Nº de Desempregados	1º Emprego		Novo Emprego	
2001	394	119	30.2%	275	69.8%
2011	304	89	29.3%	215	70.7%

Fonte: PORDATA

No ano de 2001, havia, no Concelho de Vila Flor, 394 desempregados, que se distribuíam por categorias, sexos e faixas etárias, de acordo com o quadro abaixo. A situação verificada para 2001, relativamente à procura de novo emprego, continua a verificar-se em 2011, havendo mesmo uma diminuição.

Quadro nº 8 – Desemprego no Concelho de Vila Flor no ano de 2001 e 2011

Ano	Sexo		Faixa Etária		Categoria		Tempo de Inscrição		Habilitações Literárias (anos de escolaridade)					Nº de Desem.	
	H	M	<25 Anos	≥ 25 Anos	1º Empr.	Novo Empr.	<1 Ano	≥ 1 Ano	<4	1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB	Sec.		Ens. Sup.
2001	127	267	118	276	119	275	171,3 ¹	152,9 ¹	22	140	114	78	32	8	394
2011	106	198	54	250	89	215	208.8 ¹	150.6 ¹	2	74	46	75	57	50	304

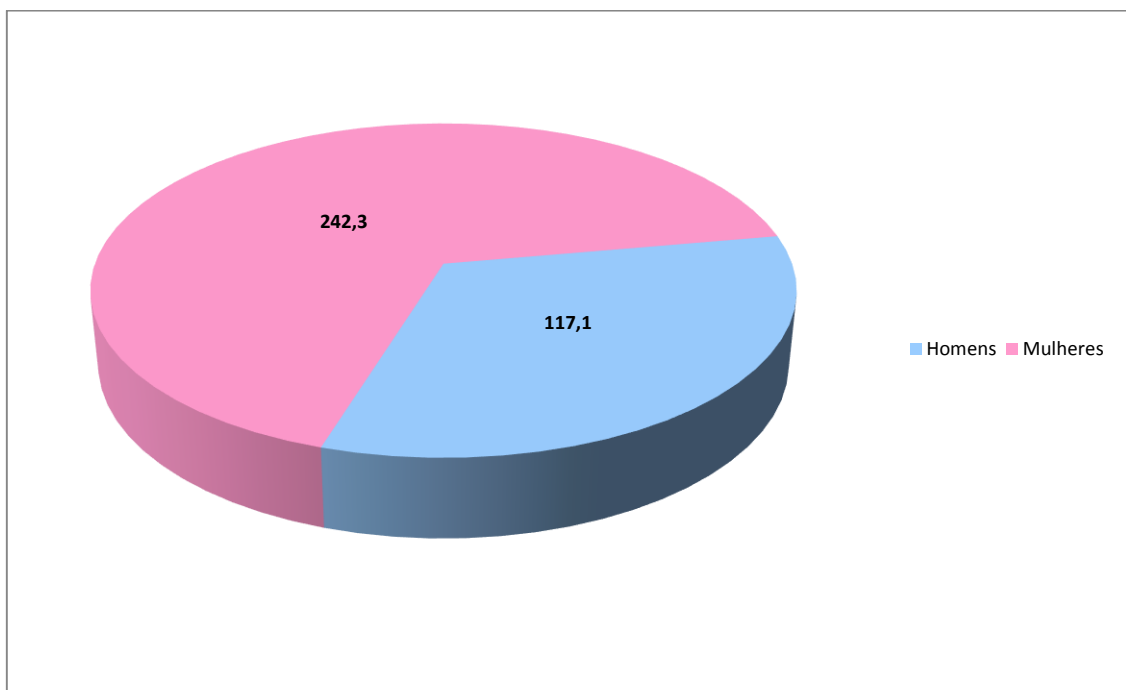
Fonte: PORDATA

¹ Média anual

4.3.1 CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA

Quanto à idade e sexo dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, os gráficos abaixo representados possibilitam uma análise bastante elucidativa, ou seja, são maioritariamente mulheres.

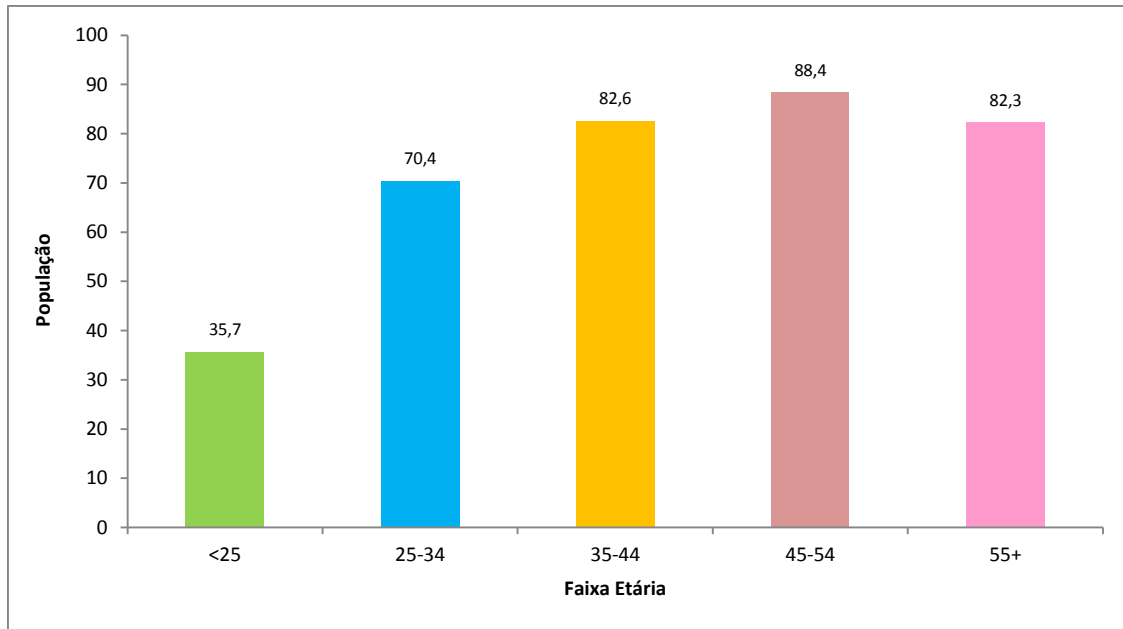
Gráfico nº 20 – Número de Desempregados, por Sexo, inscritos no Centro de Emprego no ano de 2011 (média anual)



Fonte: PORDATA

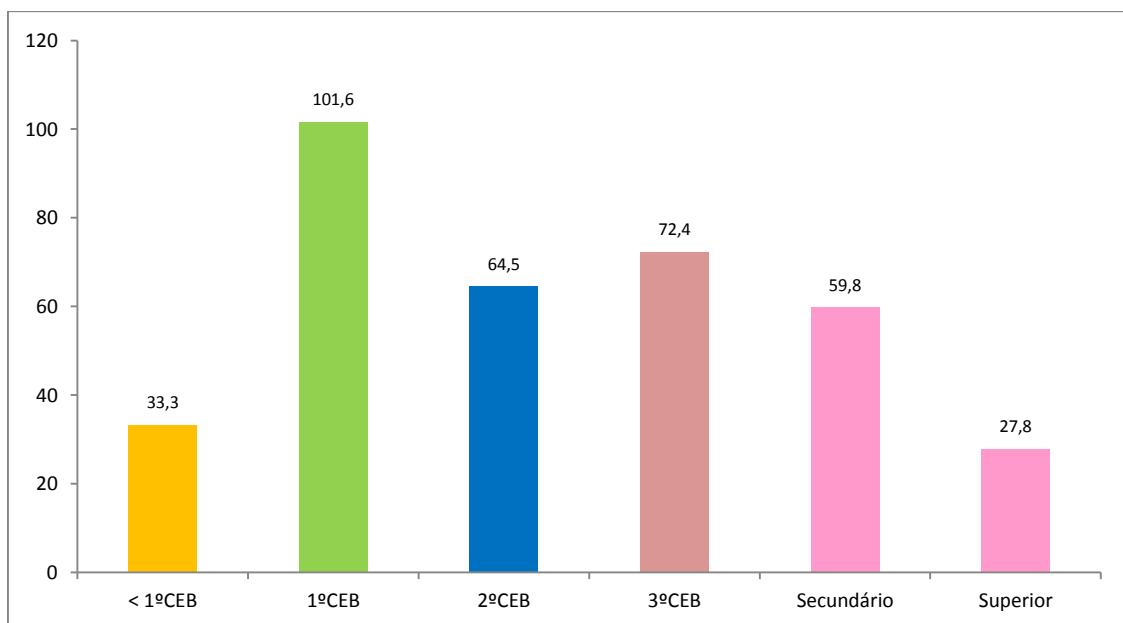
Por idades, os desempregados inscritos no Centro de Emprego situam-se, maioritariamente, nas faixas etárias compreendidas entre os 45 aos 54 anos. Seguem-se os inscritos com idades compreendidas entre os 35 e os 45 anos e também os que têm 55 ou mais anos.

Gráfico nº 21 – Número de Desempregados, por Faixa Etária, inscritos no Centro de Emprego no ano de 2011 (média anual)



Fonte: PORDATA

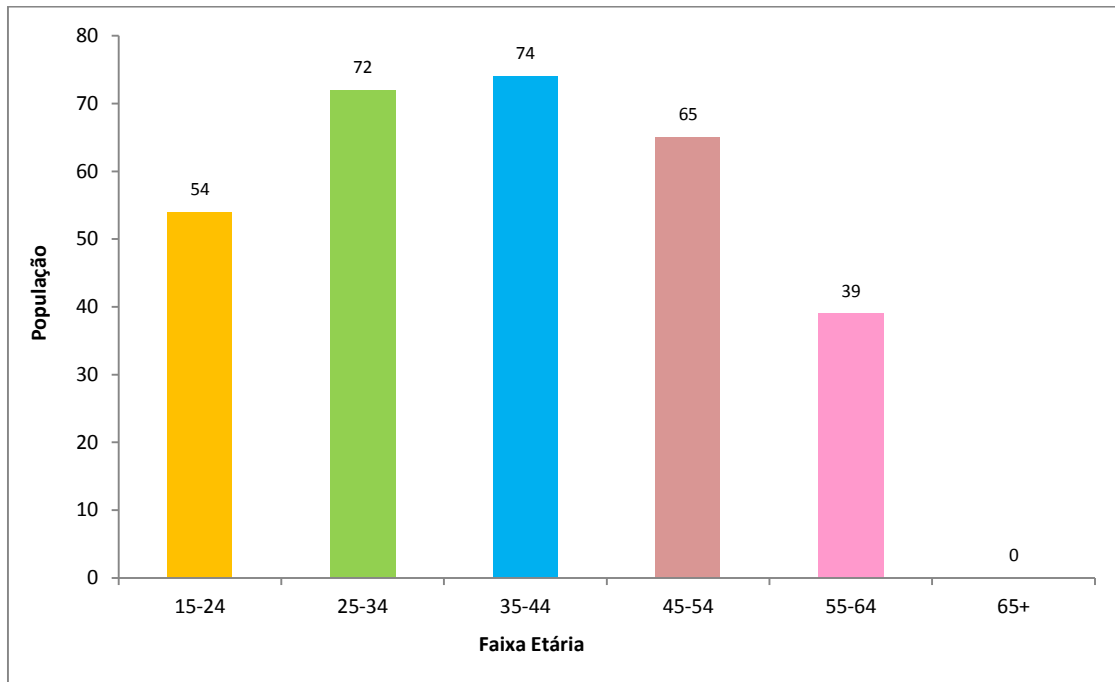
Gráfico nº 22 – Nível de Ensino dos Desempregados, inscritos no Centro de Emprego (média anual)



Fonte: PORDATA

De acordo com gráfico atrás apresentado, a maior parte dos desempregados do Concelho de Vila Flor apenas completou o 1º CEB.

Gráfico nº 23 – Escalões Etários dos Desempregados, em 2011



Fonte: PORDATA

Grande parte dos desempregados no Concelho de Vila Flor tinham idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, de acordo com os censos de 2011.

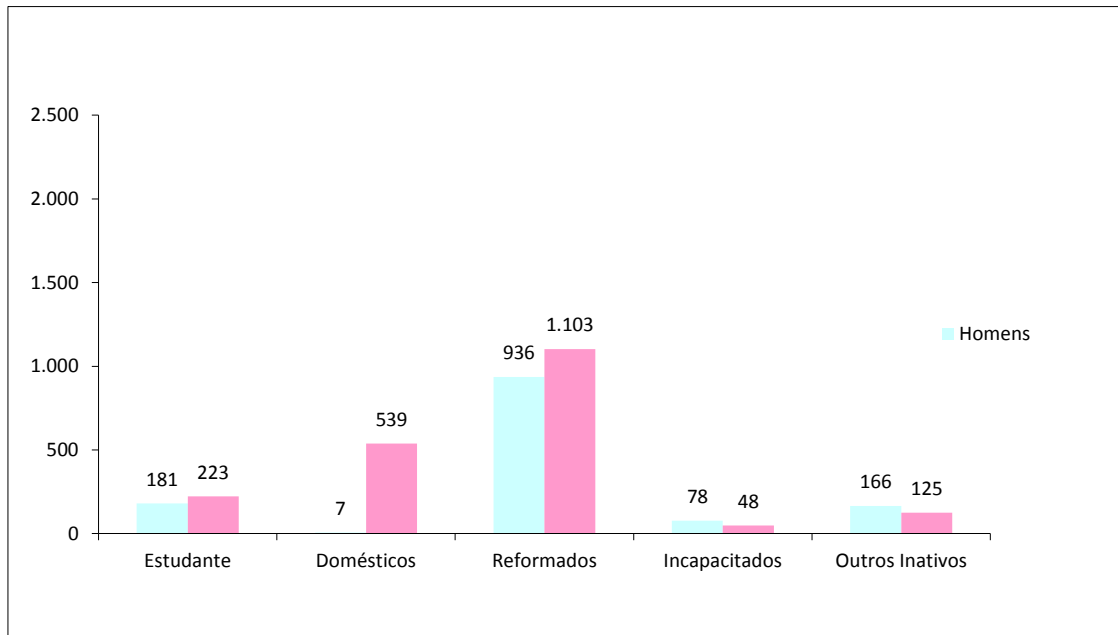
Resumidamente, a população desempregada é pouco instruída, sendo diminuta a frequência nos níveis de ensino mais elevados. Este facto exerce forte influência na própria resolução da situação de desemprego, na medida em que quanto menos escolarizados, menos probabilidades os desempregados têm de encontrar emprego. Assim, quando surgem novos postos de trabalho, as vagas são poucas e tendem a selecionar indivíduos mais instruídos.

4.4 POPULAÇÃO SEM ATIVIDADE ECONÓMICA

4.4.1 Os INATIVOS

A população inativa, ou seja a população sem atividade económica, representa 50.9% da população residente e é constituída por estudantes, domésticas, reformados, incapazes para o trabalho, entre outras categorias.

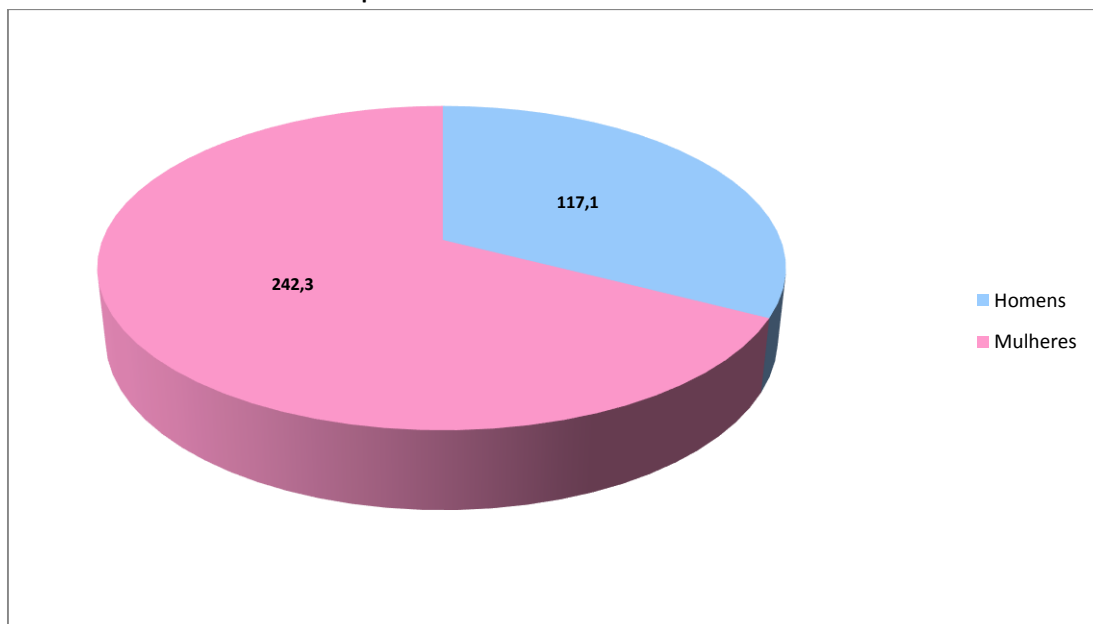
Gráfico nº 24 – População sem Atividade Económica, em 2011



Fonte: PORDATA

Do total de população sem atividade económica, 58.5% são mulheres. As situações de maior destaque vão para a categoria dos reformados, não sendo muita a diferença entre os sexos. Já o grupo “Domésticos” é indiscutivelmente caracterizada pelas mulheres, tal como a taxa de inatividade.

Gráfico nº 25 – Taxa de Inatividade por Sexo em 2011



Fonte: PORDATA



5. ANÁLISE SWOT

Foi efetuada uma análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) ou seja: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. O objetivo desta análise é relacionar os pontos fortes e fracos internos do Concelho com as oportunidades e ameaças da região.

O binómio oportunidades/ameaças, traça um futuro incerto para o Concelho de Vila Flor. O seu desenvolvimento económico e social está subjacente à dinamização de uma série de ações concertadas não só a nível Local, mas também Regional e Nacional.

Sendo a educação um dos pilares-base no desenvolvimento estratégico das localidades, a Carta Educativa aparece numa ótica de promoção do desenvolvimento sustentado.



PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none">• Acessibilidades de acesso ao Concelho - IC5 e IP2;• Central de camionagem;• Proximidade de recursos hídricos (Rio Tua, Rio Douro, Rio Sabor, Barragens de Vilarelhos, Burga, Peneireiro, Valtorno/Mourão e a futura barragem do Tua) constituindo um potencial de irrigação, navegabilidade, lazer e pesca;• Património histórico, cultural, natural e paisagístico diversificado;• Vale da Vilarça, reconhecido pela sua fertilidade agrícola;• Produtos de qualidade certificada (vinho, azeite, queijo, mel, etc.);• Tradição das festas populares ao longo do ano;• Dinamismo de algumas associações locais;• Eventos culturais anuais (Amendoeiras em Flor, “TerraFlor” – Feira Regional de Produtos e Sabores, Raid "Todo Terreno", Cantar dos Reis, Desfile de Carnaval, Feira de Artesanato, provas de atletismo, Semana Santa, Festival de Música “Sons de Vila Flor”, Atividades desportivas de Verão, etc.) e mensais (como as Feiras locais, Teatro, Conferências e Sessões de esclarecimento, Concertos, Cinema, etc.) que geram dinâmica empresarial e oportunidades de negócio, ou o simples intercâmbio e enriquecimento cultural;• Acesso à Internet nas escolas do Pré-Escolar, 1º, 2º, 3º CEB e Secundário do Concelho;• Acesso público à internet no Espaço Internet e ainda na Biblioteca Municipal;• Equipamentos Culturais: Biblioteca, Museu Municipal e Centro Cultural;• Equipamentos desportivos e de lazer: Pavilhão Gimnodesportivo, Complexo turístico do Peneireiro, Estádio Municipal, Piscinas cobertas;• Taxa de cobertura nas valências sociais: Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor e Centro Social e Paroquial S. Bartolomeu;• Estabelecimentos hoteleiros (turismo rural, agroturismo, casas de campo, alojamento local e hotéis);• Parque de Campismo;• Freguesias cobertas com saneamento básico, eletricidade e rede viária;• Crescimento empresarial significativo (hotelaria, panificação, restauração e serviços, pedreiras, instalações da Sumol/Compal, Indústrias de produção de cogumelos; produção regional certificada como o queijo, o fumeiro e o mel);• Aparecimento de novas marcas e aposta no setor do vinho, do azeite e da fruta;• Características climatéricas favoráveis à agricultura;• Agenda cultural do Concelho, de tiragem quadrimestral, e site com divulgação atualizada sobre o Concelho;• Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo;• Gabinete de Inserção Profissional.	<ul style="list-style-type: none">• Perda de efetivos populacionais/variação negativa da população;• Alto índice de envelhecimento;• Baixa taxa natalidade;• Baixo nível de instrução da população residente;• Alta taxa de analfabetismo;• Estagnação do crescimento da população em idade produtiva;• Taxa de desemprego do Concelho;• Despovoamento crescente do Concelho;• Risco de aumentar a emigração;• Diminuição da população escolar;• Ausência da componente técnico-profissional no Ensino Secundário pela ausência de alunos suficientes para constituir turmas;• Uma crescente exigência de profissionalismo por parte dos turistas, não acompanhada por uma melhoria técnica de oferta;• Desvitalização das Aldeias.



6. CARATERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

No capítulo da caracterização e evolução do sistema educativo, pretende-se elaborar um quadro retrospectivo e prospetivo da procura de ensino e avaliar os níveis de escolarização, de sucesso e de abandono na atualidade, bem como apresentar alguns indicadores de funcionamento do parque escolar existente.

6.1 ENQUADRAMENTO GERAL DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

Neste ponto, pretende-se efetuar uma análise, sucinta, relativamente à escolaridade/formação, da população residente, evidenciando o grau de ensino.

Assim, a análise do quadro abaixo indicado permite-nos concluir que a maior parte da população revela ser pouco instruída, apenas detendo, na maioria, o 1º CEB. No entanto, apesar de ainda haver muitos efetivos sem grau de ensino ou analfabetos, é de referir que, num espaço de dez anos, os números diminuíram para cerca de metade, o que revela uma evolução positiva no grau de instrução da população residente. Dos 675 analfabetos, fazem parte, de grosso modo, a população de idade mais avançada, que nunca aprendeu a ler e/ou escrever. Ainda fazendo uma comparação entre os anos de 2001 e 2011, verifica-se um aumento significativo da população com os níveis de instrução secundário, médio e superior.

Quadro nº 9 – População Residente Segundo o Nível de Instrução no Concelho de Vila Flor

Anos	Analfabetos	Nenhum	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Médio	Superior
2001	1218	2004	2424	937	795	493	18	210
2011	675	1068	2188	725	795	647	32	429

Fonte: PORDATA

6.2 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA FLOR

No Concelho de Vila Flor, a organização espacial da rede escolar integra apenas um território educativo, que se concretiza num único agrupamento escolar, o Agrupamento de Escolas de Vila Flor. Este agrupamento é constituído por 8 Jardins-de-infância, 5 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento e um estabelecimento de ensino que serve os 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário (Ver Mapa nº 1).



O quadro que a seguir se apresenta, mostra a distribuição dos alunos dos 3 aos 5 anos, pelos Jardins-de-infância do Concelho de Vila Flor, em funcionamento, no ano letivo de 2015/2016.

Quadro nº 10 – Jardins-de-infância Pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vila Flor, no Ano Letivo 2015/2016

Jardins-de-infância	Aldeias Acolhidas	Total de Alunos
Jardim de Infância de Benlhevai	-Valbom -Macedinho -Trindade -Assares	8
Jardim de Infância de Freixiel	-Vieiro -Folgares	4
Jardim de Infância de Samões	-Alagoa -Mourão -Valtorno -Carvalho de Egas -Candoso -Vila Flor -Vilas Boas	12
Jardim de Infância de Santa Comba de Vilariza	-Sampaio -Assares -Vale Frechoso -Quinta da Ribeira de Lodões	15
Jardim de Infância de Seixo de Manhoses	-	5
Jardim de Infância de Vila Flor nº 1	-	21
Jardim de Infância de Vila Flor nº 2	-Roios -Quinta do Carrascal	18
Jardim de Infância de Vilas Boas	-Meiros -Ribeirinha -Vilarinho das Azenhas	4
Total		87

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor



De referir que, no espaço de 10 anos, encerraram, no Concelho de Vila Flor, dois Jardins-de-infância, Vale Frechoso (2012/2013) e Candoso (2013/2014).

Quadro nº 11 – Escolas do 1º CEB Pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vila Flor no Ano Letivo 2015/2016

Escolas do 1ºCEB	Aldeias Acolhidas	Nº Alunos/Escola
Escola do 1ºCEB de Samões	-Alagoa -Mourão -Valtorno -Carvalho de Egas -Candoso -Freixiel	23
Escola do 1ºCEB de Santa Comba de Vilarça	-Benlhevai -Sampaio -Lodões -Assares -Vale Frechoso	29
Escola do 1ºCEB de Seixo de Manhoses	-	10
Escola do 1ºCEB de Vilas Boas	-Meireles -Ribeirinha -Vilarinho das Azenhas	12
Escola do 1ºCEB de Vila Flor nº 1	-Nabo -Roios -Quinta do Carrascal	99
Total		173

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Também os estabelecimentos do Ensino Básico sofreram uma alteração considerável, desde a aprovação da Carta Educativa inicial. No espaço considerado a partir do ano letivo 2005/2006, encerraram no Concelho de Vila Flor 17 escolas, cerca de 80% no universo das escolas em funcionamento naquele ano. Mais concretamente, 14 escolas do 1º CEB, todas elas com menos de 10 alunos, foram encerradas no ano letivo 2006/2007 (EB1s das localidades de Assares, Candoso, Carvalho de Egas, Folgares, Vieiro, Lodões, Roios, Sampaio, Trindade, Valtorno, Vilarinho das Azenhas, Ribeirinha, Meireles e Benlhevai), a EB1 de Vale Frechoso em 2007/2008, a EB1 de Vila Flor nº2 em 2012/2013 e a EB1 de Freixiel, que foi encerrada, em 2014/2015. O resultado deste reordenamento escolar, resultado das premissas e dos normativos do Ministério da Educação, levou a um esforço financeiro considerável do Município, na criação de circuitos efetuado em transportes coletivos e circuitos especiais de transporte (Mapa nº 2), nos termos da legislação em vigor, que cobrissem o Concelho e



proporcionassem a todos os alunos deslocados e integrados em escolas de acolhimento, equidade no acesso à educação.

O Mapa nº 3, mostra de uma forma mais clara, a área de abrangência das escolas de acolhimento existentes no Concelho de Vila Flor, e o Mapa nº 4, para além da área de abrangência das escolas de acolhimento, apresenta também uma fotografia dos estabelecimentos escolares existentes no Concelho.

6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS GRAUS DE ENSINO

A Educação Pré-Escolar, primeira etapa da educação básica, sendo complementar da ação educativa das famílias, destina-se às crianças cujas idades estão compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade. A capacidade instalada neste nível de ensino responde, no âmbito do Concelho de Vila Flor, à procura potencial do número atual de crianças daquele grupo etário. Para o ano letivo 2015/2016 existiam, em média, 10.8 crianças por educadora.

Relativamente ao 1º Ciclo do Ensino Básico, verifica-se que existe uma total cobertura da população em idade escolar das 14 freguesias do Concelho, como se pode verificar no Mapa nº 1, resultado dos inúmeros esforços que o Município de Vila Flor tem efetuado, no sentido de garantir a todos os alunos as condições mínimas necessárias ao processo ensino-aprendizagem.

Quadro nº 12 – Caracterização do Ensino Pré-Escolar e 1º CEB da Rede Pública de Vila Flor (em func. no ano letivo de 2015/2016)

	Estabelecimentos de Ensino	Nº de Alunos	Nº de Docentes C/turma	Alunos por Docente
Pré-Escolar	8	87	8	10.8
1º CEB	5	173	10	17.3

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

A figura abaixo representa a taxa real de pré-escolarização no Continente, por Concelho no ano letivo 2013/2014.

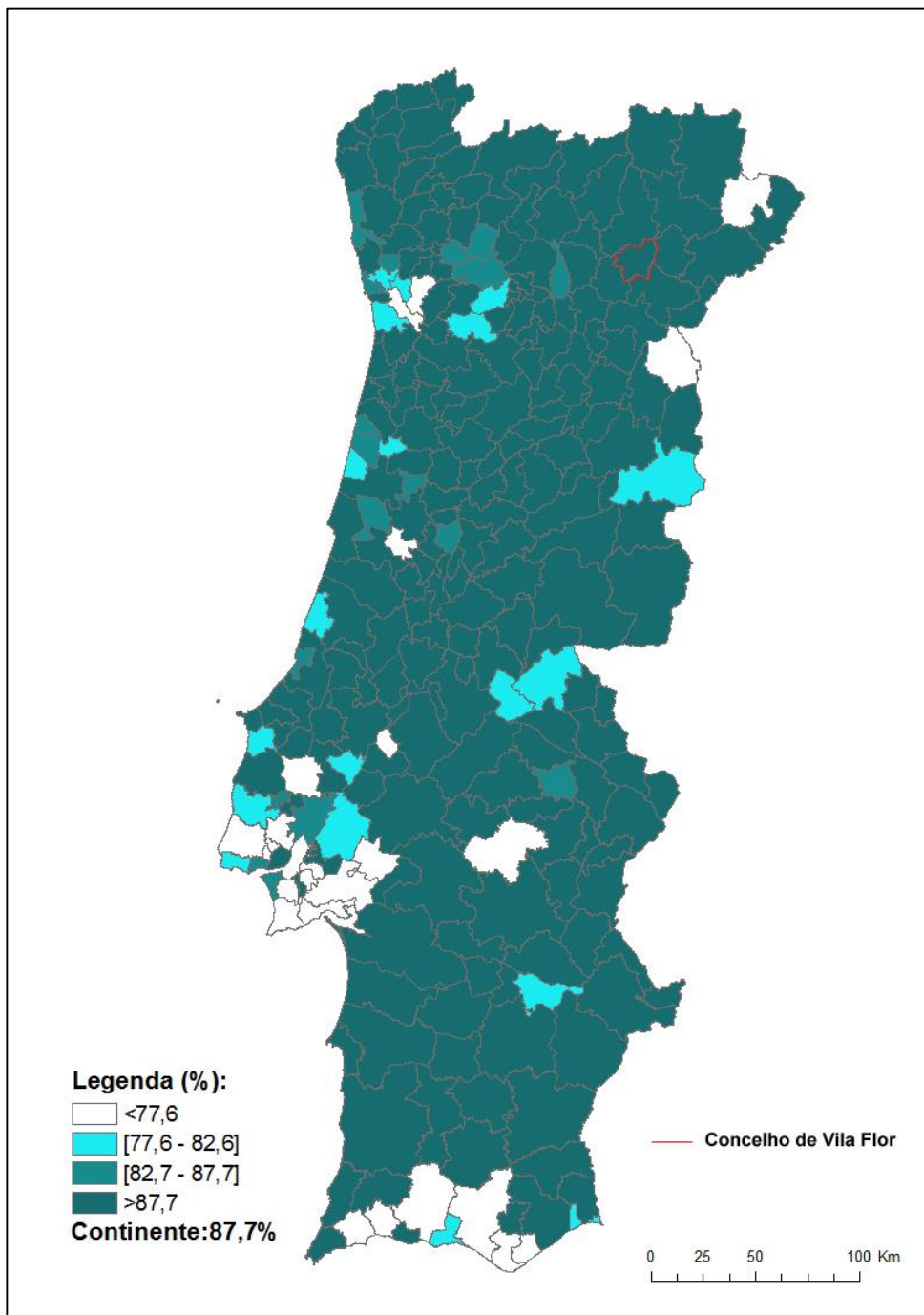


Figura nº 7 - Taxa real de pré-escolarização no Continente, por Concelho (2013/2014)

Fonte: GEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

A figura seguinte representa a Taxa de transição/conclusão, para o 1º CEB, por Concelho, no ano letivo 2013/2014.

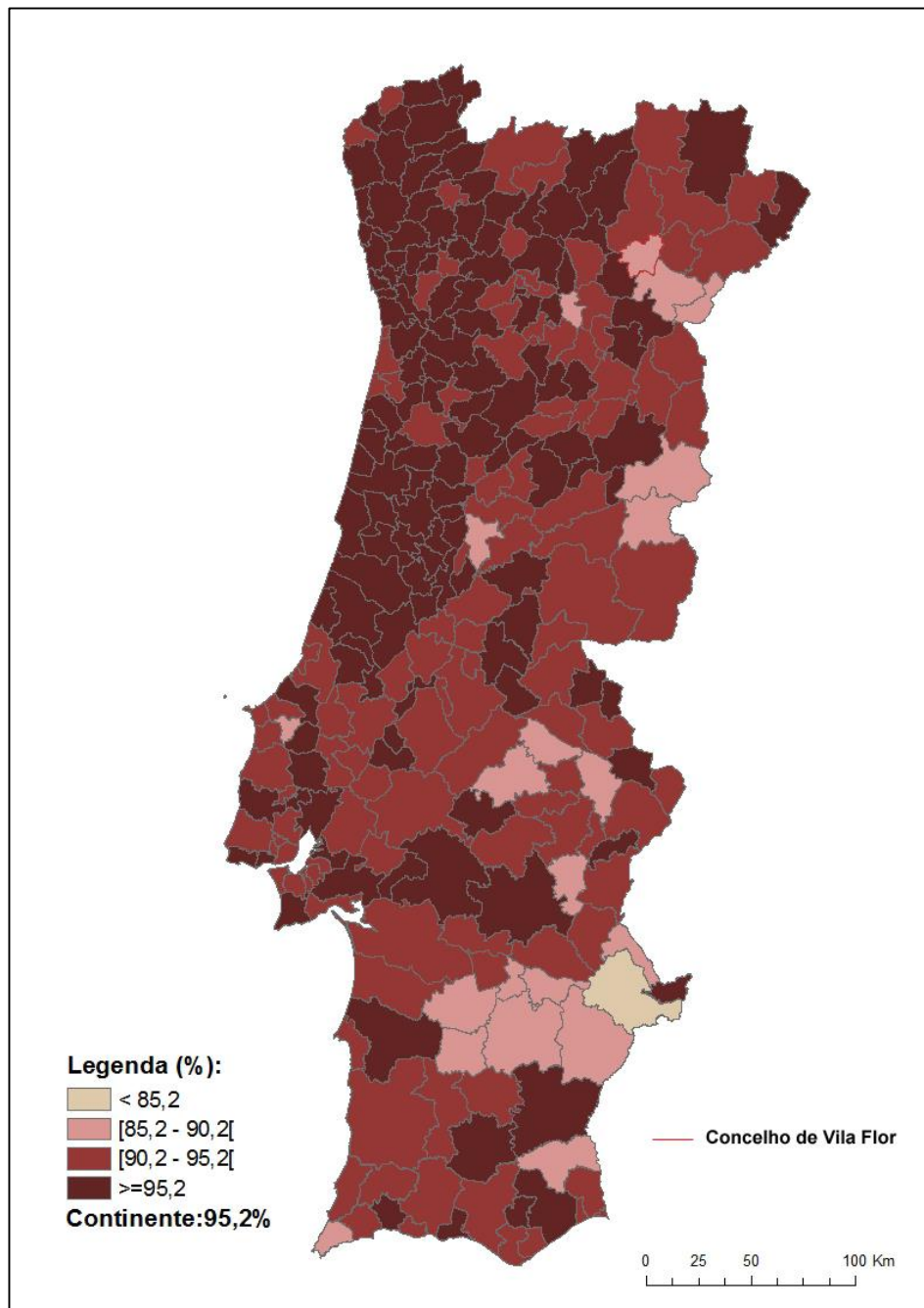


Figura nº 8 - Taxa de transição/conclusão para o 1º CEB, por Concelho (2013/14)

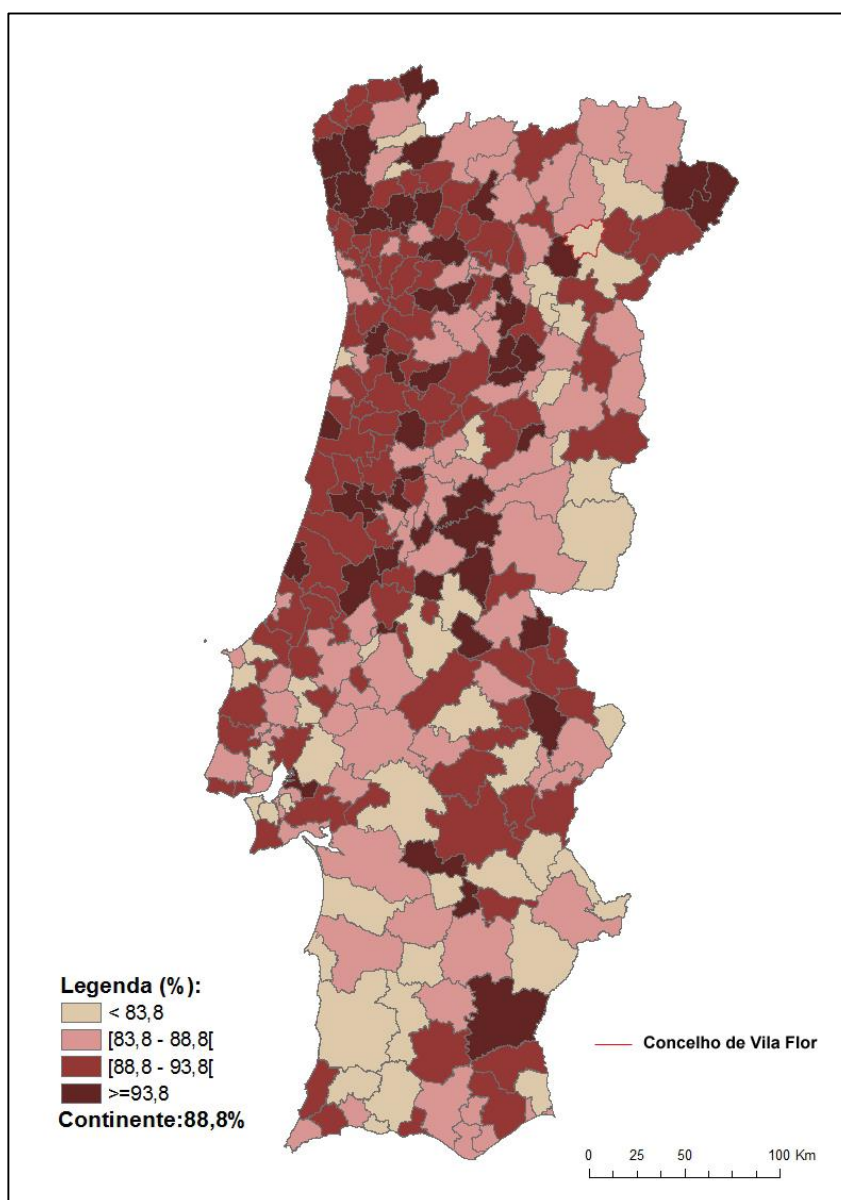
Fonte: GEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

Quadro nº 13 – Caraterização do 2º e 3º CEB e Secundário de Vila Flor

	Estabelecimentos de Ensino	Nº de Alunos	Nº de Docentes com turma	Alunos por Docente
2º e 3º CEB		257		
Vocacional*	1	14	50	7.9
Secundário		126		

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

As figuras seguintes representam a Taxa de transição/conclusão, para o 2º,3º CEB e ensino secundário, por Concelho, no ano letivo 2013/2014.


Figura nº 9 - Taxa de transição/conclusão para o 2º CEB, por Concelho (2013/14)

Fonte: GEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

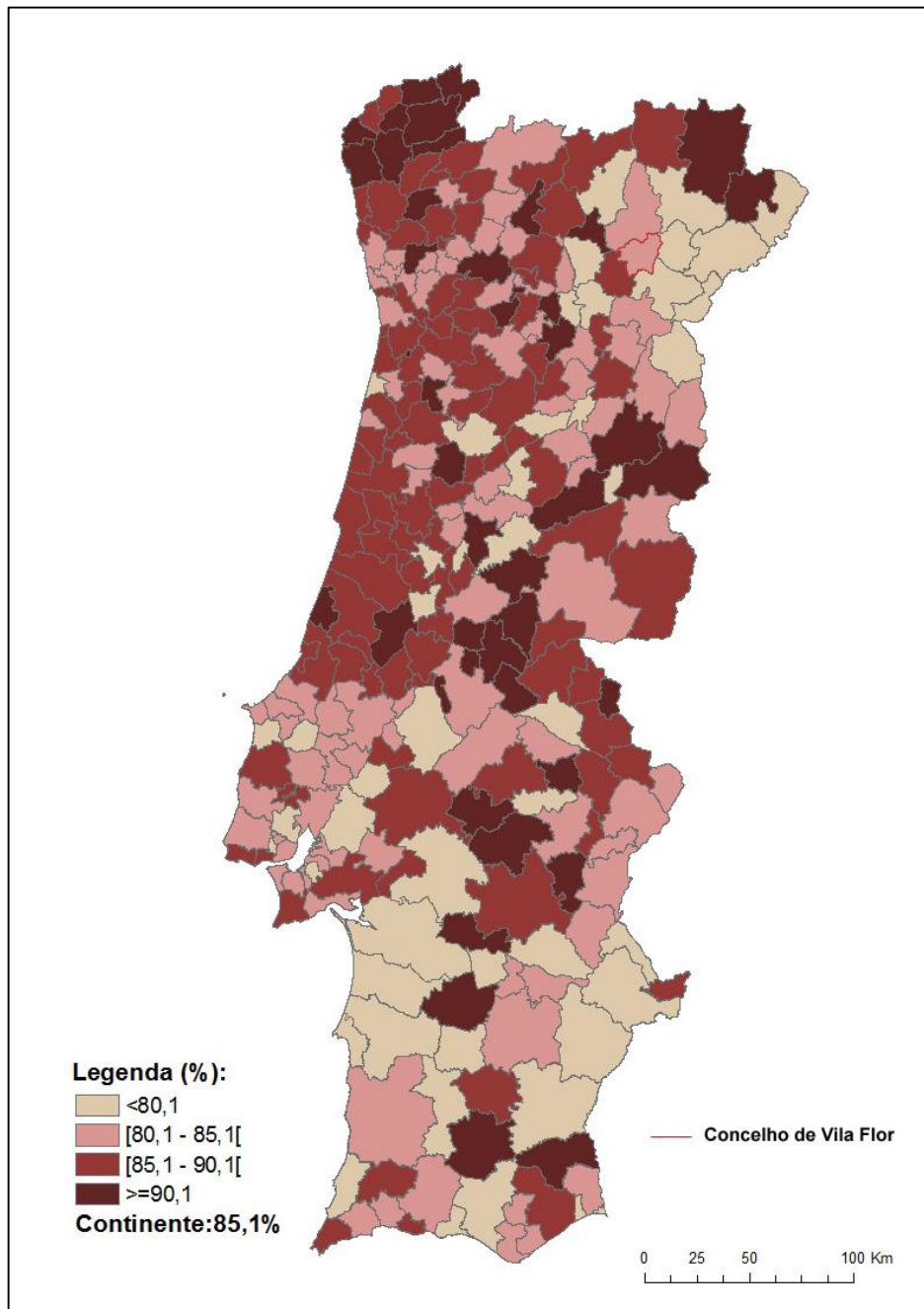


Figura nº 10 - Taxa de transição/conclusão para o 3º CEB, por Concelho (2013/14)

Fonte: GEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015

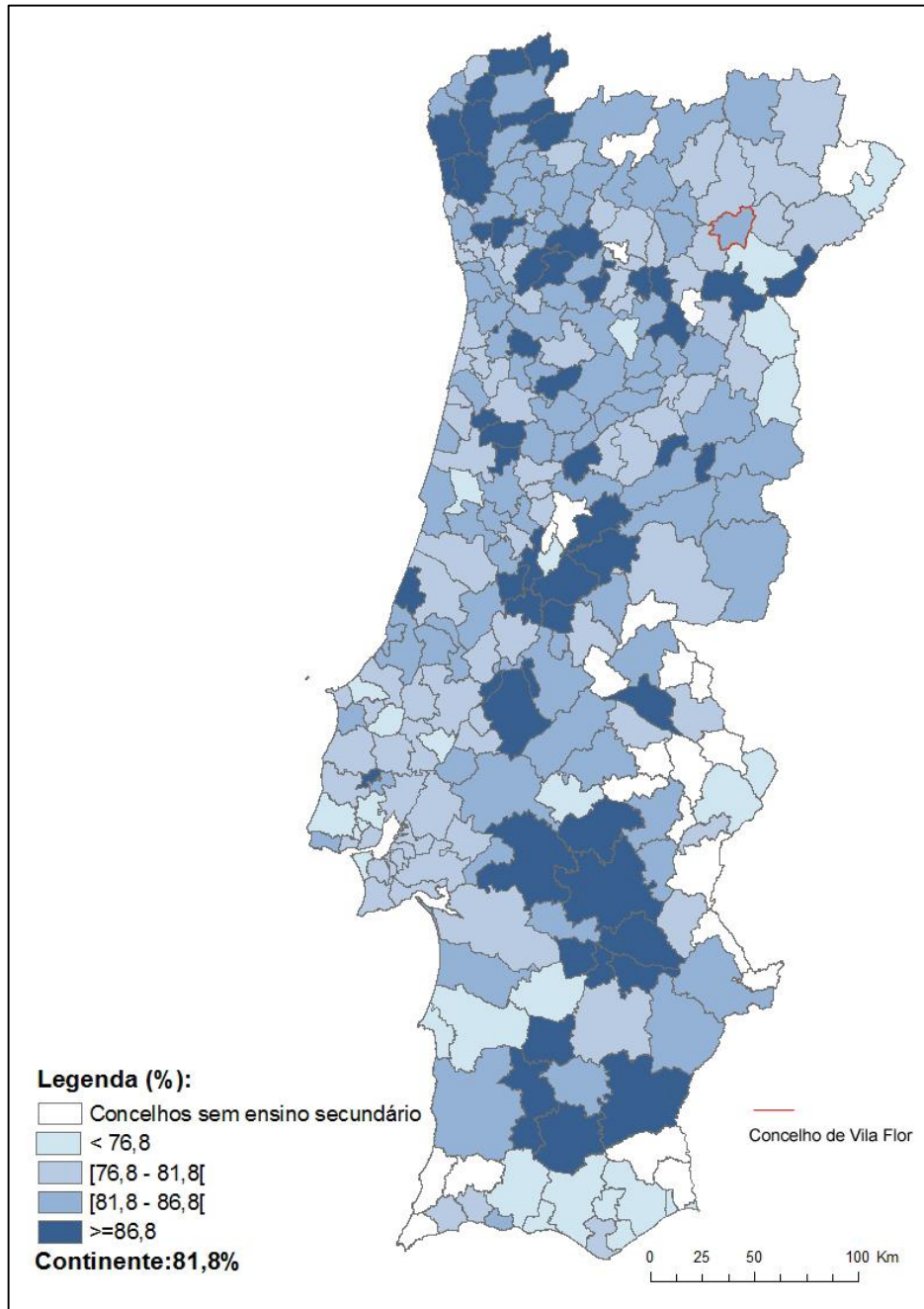


Figura nº 11 - Taxa de transição/conclusão para o ensino Secundário, por Concelho (2013/14)

Fonte: GEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015



Nos quadros seguintes, apresentam-se as diferentes ofertas educativas, assim como o número de alunos por curso. O reduzido número de alunos não permite que haja uma gama muito variada de cursos, o que, por vezes, limita e condiciona o percurso escolar dos alunos.

Quadro nº 14 – Ensino Secundário – 10º Ano

Ensino Secundário – 10º Ano	Nº de Alunos
Curso de Ciências e Tecnologias (2 Turmas)	29
Curso de Línguas e Humanidades (1 Turma)	24
Total de Alunos	53

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Quadro nº 15 – Ensino Secundário – 11º Ano

Ensino Secundário – 11º Ano	Nº de Alunos
Curso de Ciências e Tecnologias - CCT (1 Turma)	18
Curso de Línguas e Humanidades -CLH (1 Turma mista)	12(CCT) + 7(CLH)
Total de Alunos	37

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Quadro nº 16 – Ensino Secundário – 12º Ano

Ensino Secundário – 12º Ano	Nº de Alunos
Agrupamento 1 – Curso de Ciências e Tecnologias (1 Turma)	24
Agrupamento 4 – Curso de Línguas e Humanidades (1 Turma)	12
Total de Alunos	36

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

**Quadro nº 17 – Ensino Público Regular dos Concelhos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) no ano letivo 2014/2015**

Concelho	EPE	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Profissional	TOT	%
Alfândega da Fé	58	121	64	120	76	14	453	4.08 %
Bragança	352	936	646	892	858	168	3 852	34.71 %
Macedo de Cavaleiros	132	407	250	305	235	46	1 375	12.39 %
Miranda do Douro	91	195	89	166	121	25	687	6.19 %
Mirandela	172	698	446	538	338	238	2 430	21.90 %
Mogadouro	107	212	123	199	143	49	833	7.51 %
Vila Flor	69	189	112	167	99	18	654	5.89 %
Vimioso	60	91	42	75	-	-	268	2.41 %
Vinhais	46	170	83	135	82	30	546	4.92 %
TOTAL	1 087	3 019	1 855	2 597	1 952	588	11 098	100 %

Fonte: CIM – Trás-os-Montes

A escolha dos alunos que frequentam o Ensino Secundário é limitada e recai, apenas, sobre os dois cursos existentes: Curso de Ciências e Tecnologias e o Curso de Línguas e Humanidades, sendo que o número de alunos a frequentar estes cursos é muito equilibrado no 10º ano. Contudo, no 12º ano a preferência dos alunos recai, sobretudo, no Curso de Ciências e Tecnologias.

Os alunos que pretendam seguir outros cursos terão de se deslocar para os Concelhos limítrofes. A Câmara Municipal assegura, desta forma, o transporte aos alunos nestas condições.

Quando comparados os Concelhos que integram a CIM (Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes), existe uma disparidade clara entre os Concelhos que possuem mais alunos a frequentar os ciclos de ensino, com destaque para a sede de Distrito (Bragança), com cerca de 35% no total da CIM e as cidades (Mirandela e Macedo de Cavaleiros), com cerca de 22% e 12%, respetivamente, e os Concelhos de densidade mais reduzida, por consequência, com menos crianças e jovens, sendo Vimioso, o Concelho que menos alunos registou no ano letivo de 2014/2015.



6.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na linha de uma escola inclusiva, o Agrupamento tem, em relação aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), passamos a citar: «*uma política integradora, consubstanciada num plano de intervenção articulado entre diferentes serviços, em ordem a facilitar a envolvência e participação destes alunos nas atividades e projetos desenvolvidos na comunidade educativa*» - in Avaliação externa das escolas da Inspeção Geral da Educação e Ciência.

Existe, no Agrupamento de Escolas, cerca de 50 alunos com NEE, repartidos pelos 5 Professores de Educação Especial e pelas 3 assistentes operacionais, contratadas e destacadas pelo Município para a Escola EB 2,3/S de Vila Flor a fim de acompanhar e apoiar estes alunos. O horário destes professores é articulado com o horário da turma e também do professor de apoio pedagógico. De salientar que, à data, não foram referenciados alunos com NEE para a elegibilidade a nível do Pré-Escolar.

Quadro nº 18 – Distribuição dos Alunos com NEE, no 1º CEB e na EB2,3 e Secundária

Escolas	Nº de Alunos com NEE	Tipo de Deficiência
Escola do 1ºCEB de Samões	4 alunos	Défice Cognitivo
Escola do 1º CEB de Santa Comba	2 alunos	Défice Cognitivo
Escola do 1º CEB de Vilas Boas	1 aluno	Défice Cognitivo
Escola do 1ºCEB nº 1 de Vila Flor	4 alunos	Défice Cognitivo
Escola EB2,3/S de Vila Flor	24 alunos	Défice Cognitivo
	8 alunos	Dislexia
	7 alunos	Deficiência Mental
	1 aluno	Multideficiência

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Dos 5 professores de Educação Especial, dois prestam apoio na EB2,3/S de Vila Flor, em salas adaptadas para o efeito; Os restantes, repartem-se pelas restantes escolas do Agrupamento, consoante necessidade dos alunos, no âmbito das NEE.

**Quadro nº 19 – Distribuição dos Docentes do Educação Especial**

Distribuição dos Docentes do Educação Especial		
	2 Salas afetas à Educação Especial, com horário completo, na Escola EB2,3/S de Vila Flor	2 Docentes
Docentes de Educação Especial	Escolas do 1ºCEB de Samões e EB2,3/S de Vila Flor	1 Docente
	Escolas do 1ºCEB nº 1 de Vila Flor e EB2,3/S de Vila Flor	1 Docente
	Escolas do 1ºCEB de Santa Comba e EB2,3/S de Vila Flor	1 Docente

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

6.5 ENSINO PRIVADO

No Concelho de Vila Flor existe apenas um estabelecimento de ensino privado ao nível do Pré-Escolar, cuja descrição se apresenta no quadro seguinte.

Quadro nº 20 – Alunos a Frequentar a Santa Casa da Misericórdia

Ano Letivo	Crianças a Frequentar a Santa Casa da Misericórdia	
	Creche	Pré – Escolar
2015/16	28	49

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

De salientar que, no apoio de Creche, existem duas salas, uma destinada aos bebés dos 4 meses aos 2 anos (atualmente com 12 bebés) e uma outra, para crianças dos 2 aos 3 anos (atualmente com 16 crianças).

O Pré-Escolar decorre nas mesmas instalações, e integra 3 salas, uma para cada ano de idade, ou seja, uma sala para crianças de 3 anos (com 15 inscritos), uma para crianças de 4 anos (com 17 inscritos) e uma outra para crianças de 5 anos (com 17 inscritos).

6.6 ATIVIDADE DE TEMPOS LIVRES

Como garantia de apoio aos alunos e às suas famílias, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, para além das Valências no âmbito do Pré-Escolar, acolhe também, em regime de ATL -



Atividades de Tempos Livres a cerca de 30 crianças que frequentam a Escola Básica, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

A oferta de ATL integra, também, uma das valências do Centro Social e Paroquial S. Bartolomeu de Vila Flor. Através da extensão de horário e pausas letivas, o Centro cria condições, situações e todo um conjunto de atividades no sentido de promover, junto dos cerca de 74 utentes que o compõem atualmente, o desenvolvimento integral destas crianças e jovens, dos 6 aos 13 anos, ao nível sócio afetivo, cognitivo e psicomotor, valorizando os seus saberes, as suas expressões espontâneas e criatividade, como forma de prevenção primária e de integração social.

6.7 PROCURA DE EDUCAÇÃO E DE ENSINO

O objetivo deste ponto é analisar a evolução recente da procura dos vários níveis de ensino, no Concelho de Vila Flor.

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução do número de alunos, desde a Educação Pré-Escolar até ao Secundário, ao longo dos últimos 5 anos letivos.

Quadro nº 21 – Evolução do Nº Total de Alunos desde 2011/2012 até 2015/2016

Jardins-de-infância	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Total de Alunos	104	89	73	69	87
Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Total de Alunos	237	208	203	189	173
Escola do 2º Ciclo do Ensino Básico	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Total de Alunos	128	138	134	116	111
Escola do 3º Ciclo do Ensino Básico	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Total de Alunos	202	197	186	190	160
Escola do Secundário	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Total de Alunos	123	123	119	100	126

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

**Quadro nº 22 – Evolução do Nº de Alunos nos Jardins-de-infância desde 2011/2012 até 2015/2016**

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
3 anos	34	18	25	30	38
4 anos	29	32	19	26	22
5 anos ou mais	41	39	29	14	27
TOTAL	104	89	73	69	87

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Quadro nº 23 – Evolução do Nº de Alunos no 1ºCEB desde 2011/2012 até 2015/2016

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
1ºano	45	45	44	40	27
2ºano	67	47	53	56	51
3ºano	55	62	50	45	50
4ºano	70	54	56	48	45
TOTAL	237	208	203	189	173

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Quadro nº 24 – Evolução do Nº de Alunos no 2ºCEB, 3ºCEB e Secundário desde 2011/2012 até 2015/2016

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
5ºano	64	74	61	70	50
6ºano	64	64	73	46	61
TOTAL	128	138	134	116	111
7ºano	63	67	57	59	44
8ºano	63	58	74	43	60
9ºano	51	59	55	70	42
Vocacional	-	-	-	18	14
CEF, Tipo 2	25	13	-	-	-
TOTAL	202	197	186	190	160
10ºano	45	51	47	37	53
11ºano	32	34	30	34	37
12ºano	25	27	32	29	36
Profissional	21	11	10	-	-
TOTAL	123	123	119	100	126

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Flor

NOTA: No ano letivo 2011/2012 havia uma turma do Curso CEF do 2º ano, com 8 alunos (Práticas Técnico Comerciais) e uma turma de 1º ano, de outro Curso CEF, com 17 alunos (Assistente Administrativo). Em 2012/2013, esta turma funcionou com 13 alunos.



De facto, no Concelho de Vila Flor, tem-se registado uma diminuição do número de alunos nos diferentes níveis de ensino, ao longo dos últimos anos, à exceção do Pré-Escolar e do Secundário, onde se registam aumentos, embora discretos.

6.8 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

De modo a poder oferecer as melhores condições aos alunos que integram, os Jardins-de-infância de Vilas Boas e Santa Comba da Vilarça foram deslocalizados das suas instalações originais, passando a funcionar no espaço da escola do 1ºCEB de Vilas Boas e no edifício contíguo à Junta de Freguesia de Santa Comba da Vilarça, respetivamente, garantindo aos alunos todas as valências necessárias ao bom funcionamento de um Jardim de Infância.

Excetuando os estabelecimentos de ensino Pré-Escolar da sede de Concelho, que não cumprem, como adiante demonstraremos, as condições físicas e pedagógicas mínimas para o sucesso educativo das crianças, os restantes Jardins-de-infância do Concelho encontram-se em bom estado de conservação. Todos os estabelecimentos estão, fruto da intervenção e investimento da autarquia, equipados com aquecimento, mobiliário, brinquedos, livros, material didático e áudio visual, casas de banho, espaço exterior de recreio devidamente apetrechado, onde atualmente se encontram em colocação pavimentos de borracha nos logradouros e a instalação, nestes espaços, de equipamentos de recreio adaptados às crianças, para brincar e auxiliar a prática de atividade física e desportiva (exemplo de tabelas de basquete e molas), computador, impressora e acesso à internet e recursos humanos - assistentes operacionais contratadas pela autarquia, ao abrigo do Contrato de Execução e da Componente Educativa no âmbito da expansão do Pré-Escolar, que garantem, para além dos serviços de limpeza e higienização do espaço, o acompanhamento na hora de almoço e no prolongamento de horário. Atualmente, todos os Jardins-de-infância estão cobertos, o dia inteiro, por esta rede de apoio. De referir que existem refeitórios nos Jardins de Benlhevai e Freixiel. As refeições, confeccionadas em Vila Flor, são transportadas diariamente para estas freguesias por uma empresa do ramo alimentar, no âmbito do procedimento concursal aberto anualmente pela autarquia. Na sede e freguesia urbana de Vila Flor, as assistentes operacionais acompanham as crianças ao refeitório “Posto de Turismo”, onde são confeccionadas as refeições e servidas aos meninos de Vila Flor (Jardins nº 1 e nº2 e 1º CEB de Vila Flor), num percurso a pé de cerca de 10 minutos.



Em Seixo de Manhoses, Samões, Santa Comba de Vilarica e Vilas Boas, a refeição do almoço é servida no refeitório da EB1 das respetivas localidades, nas imediações dos Jardins.

Quadro nº 25 – Estado de Conservação dos Estabelecimentos do Pré-Escolar

Jardim de Infância	Tipo de Construção	Nº de Salas	Estado de Conservação Geral
Jardim de Infância de Benlhevai	Betão armado	1	Bom
Jardim de Infância de Freixiel	Betão armado	1	Bom
Jardim de Infância de Samões	Alvenaria	1	Bom
Jardim de Infância de Santa Comba da Vilarica	Betão armado	1	Bom
Jardim de Infância de Seixo de Manhoses	Betão armado	1	Bom
Jardim de Infância de Vila Flor N.º 1	Alvenaria	1	Mau
Jardim de Infância de Vila Flor N.º 2	Pré- fabricado	1	Mau
Jardim de Infância de Vilas Boas	Alvenaria	1	Bom

Relativamente ao 1ºCEB, o parque escolar é constituído, essencialmente, por edifícios construídos em alvenaria de granito, que se encontram, à exceção da EB 1 de Vila Flor, em bom estado de conservação, tendo todos sido alvo, por parte da autarquia, de intervenções regulares de conservação, requalificação, beneficiação e restauro, tal como previsto na Carta Educativa inicial. Recentemente, a Escola do 1ºCEB de Seixo de Manhoses sofreu uma ampliação, passando a ter duas salas, o que veio garantir mais e melhores condições para a aprendizagem com vista ao sucesso educativo. No âmbito da requalificação do espaço público, encontram-se em fase de colocação pavimentos de borracha nos logradouros das Escolas do 1º CEB e a instalação, nestes espaços, de equipamentos de recreio adaptados às crianças, para brincar e auxiliar a prática de atividade física e desportiva (exemplo de tabelas de basquete e molas).

No entanto, apesar de ter sido alvo de algumas intervenções pontuais, o edifício da Escola EB1 de Vila Flor não assegura as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento da competência educativa e não responde aos critérios físicos e pedagógicos necessários ao sucesso educativo, como adiante fundamentaremos. Para além de não possuir refeitório



próprio, como as restantes escolas básicas do Concelho, não possui espaço de recreio coberto, o que, em dias de chuva ou frio, invalida o recreio das cerca de 100 crianças que integra.

Quadro nº 26 – Estado de Conservação dos Estabelecimentos do 1º CEB

1º CEB	Tipo de Construção	Nº de Salas	Estado de Conservação Geral
Escola do 1ºCEB de Samões	Alvenaria	2	Bom
Escola do 1ºCEB de Santa Comba da Vilariça	Alvenaria	2	Bom
Escola do 1ºCEB de Seixo de Manhoses	Alvenaria	2	Bom
Escola do 1ºCEB de Vila Flor N.º 1	Alvenaria	4	Mau
Escola do 1ºCEB de Vilas Boas	Alvenaria	2	Bom

No Concelho de Vila Flor existe um estabelecimento de ensino do 2º, 3º CEB e Secundário que, de um modo geral, se encontra em razoável estado de conservação, em boa parte fruto de intervenções regulares de conservação, requalificação, beneficiação e restauro por parte da autarquia. O Município atribui ainda, anualmente, no âmbito de protocolo celebrado, uma verba de 10 mil euros ao Agrupamento de Escolas, para fazer face à manutenção e apetrechamento da EB 2,3/S de Vila Flor.

Quadro nº 27 – Estado de Conservação das salas do Estabelecimento de ensino do 2º CEB, 3º CEB e Secundário

Escola do 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário de Vila Flor	Equipamento Espaços de Ensino	Nº de Salas	Estado de Conservação
Salas Normais	Suficiente	23	Razoável
Salas de Ciências c/ laboratório	Suficiente	5	Razoável
Sala de Educação Musical	Suficiente	1	Razoável
Salas de Educação Visual	Suficiente	2	Razoável
Sala de Informática	Suficiente	4	Razoável
Salas de Educação Tecnológica	Suficiente	1	Razoável
Biblioteca	Suficiente	1	Bom
Gabinete de Psicologia e Orientação Escolar	Suficiente	1	Razoável
Sala de Estudo	Suficiente	1	Razoável
Auditório	Suficiente	1	Bom
Salas afetas à Educação Especial	Suficiente	2	Razoável



A escola EB2,3/S de Vila Flor é uma escola com dois blocos de aulas, A e B, com rés-do-chão, 1º e 2º pisos e um bloco administrativo. Os blocos de aulas são constituídos por salas de aulas específicas para Informática, Educação Visual, Educação Musical, Educação Tecnológica, Educação Visual e Tecnológica, Laboratórios de Ciências Naturais e de Ciências Físico-Químicas e salas normais.

No bloco A, para além destas salas, funcionam também a sala de Diretores de Turma e o Gabinete de Apoios Educativos. No bloco B, funcionam ainda a Biblioteca, a Audioteca e o Gabinete de Apoio ao Jovem.

No bloco Administrativo funcionam os Serviços Administrativos, a direção, o Auditório, a Sala dos Professores, o Polivalente, a Papelaria, o Refeitório, a Cozinha, o Bufete, a Secretaria, o PBX e o Gabinete do Centro de Formação.

A escola tem ainda ao seu dispor, um campo de jogos e utiliza um Pavilhão Gimnodesportivo Municipal em acordo estabelecido com o Município. O exterior da escola está rodeado de espaços verdes e alguns pátios de alcatrão que os alunos aproveitam para conviverem.

No entanto, o complexo carece de algumas obras de restauração de maior impacto, sendo prevista a sua intervenção, fundamentada adiante no Eixo 1, tendo a mesma sido contemplada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado entre a CIM-TTM e as Autoridades de Gestão Operacionais Financiadoras e respetivo mapeamento (educação), que consiste precisamente:

- Substituição das coberturas;
- Substituição dos vãos em alumínio;
- Melhoramento nos sistemas de águas e esgotos.

6.9 OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

O Ensino Vocacional – *Novos Desafios*, que conta, no ano letivo de 2015/2016, com 14 alunos, integra 3 áreas em Vila Flor: Administração e Comércio, Informática e Agricultura.

Quanto ao Ensino profissional, por falta de alunos para constituir uma turma, esta oferta não se disponibiliza em Vila Flor desde o ano letivo 2013/2014. No entanto, aos alunos que



frequentem este ensino, fora do Concelho, a Câmara Municipal assegura os transportes gratuitos.

Acresce ainda, neste âmbito, a disponibilidade da Câmara Municipal de Vila Flor, enquanto entidade de acolhimento, para assegurar a formação em contexto de trabalho dos alunos dos cursos profissionais.

A decorrer em Vila Flor, atualmente, o Centro de Formação Profissional de Bragança/Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem 22 formandos inscritos na área de educação e formação de Turismo e Lazer. Esta modalidade, EFA-NS (Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário), proporciona equivalência ao 12º ano e carteira profissional de Técnico de Turismo Ambiental e Rural.

Com equivalência ao nível do 9º ano, iniciou, em 2016, a ação de Operador Apícola, com 22 inscritos, na modalidade EFA - B3 (Educação e Formação de Adultos – Básico 3), também ela com o objetivo de atribuição de carteira profissional na área.

Quadro nº 28 – Cursos de Formação Profissional – Instituto de Emprego e Formação Profissional

Cursos	Nº de Formandos
Turismo e Lazer	22
Operador Apícola	22
Total de Alunos	44

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Embora sem atribuição de equivalências, o panorama da formação, sobretudo para jovens desempregados, tem abrangido em Vila Flor, uma faixa considerável da população nesta condição, ainda que com fragilidades. Neste contexto, recentemente concluída está a formação de vida ativa, formação essa modular, que possibilitou a 26 formandas obterem o curso de costureiro/modista de nível 2. Na área de Técnico de Organização de Eventos, de nível 4, foram 25 os formandos que frequentaram esta ação de vida ativa, também ela modular.

Na sede do Agrupamento de Escolas de Vila Flor funciona o Centro de Formação da Associação de Escolas do Tua e Douro Superior.

No que respeita ao Ensino Profissional, embora no Concelho de Vila Flor não haja este tipo de ensino, existem nos Concelhos limítrofes, nomeadamente Carrazeda de Ansiães, Mirandela, e



Murça, várias escolas profissionais, com diversos cursos a decorrer e que podem constituir uma alternativa ao Ensino Superior.

A Consultua, a funcionar em Mirandela, funciona como um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, onde os cidadãos podem valorizar o seu percurso de vida, obtendo uma certificação que é equivalente, para todos os efeitos legais, aos diplomas dos 1º, 2º, e 3º Ciclos de Escolaridade emitidos pelo Ministério da Educação.

Relativamente ao Ensino Superior, vale a pena mencionar que no Concelho de Vila Flor não há Universidades ou Institutos Superiores Públicos ou Privados, no entanto nos Concelhos de Mirandela, Vila Real e Bragança há vários estabelecimentos de ensino.

No quadro a seguir apresentado, encontram-se os estabelecimentos de Ensino Superior mais próximos de Vila Flor.

Quadro nº 29 – Estabelecimentos de Ensino Superior mais Próximos de Vila Flor

INSTITUIÇÃO	PROXIMIDADE
Instituto Politécnico de Bragança - IPB	60 Minutos
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	60 Minutos
IPB - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo - Mirandela	20 Minutos

6.10 (IN) SUCESSO ESCOLAR POR GRAUS DE ENSINO

Os resultados obtidos nas áreas das competências básicas e a saída precoce do sistema exigem um reforço de intervenção destinada a elevar os níveis de sucesso e a assegurar a escolaridade obrigatória de 12 anos. Nesse sentido, o Ministério da Educação propõe, às diferentes estruturas do sistema educativo, em particular às escolas e às comunidades educativas, que se envolvam ativamente no Programa Educação 2015.

Os objetivos a atingir com a execução deste Programa Nacional são:

- Melhorar as competências básicas dos alunos portugueses;
- Assegurar a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.



A metodologia, desenvolvida de acordo com as 4 linhas orientadoras (1. Adoção de indicadores e metas nacionais para as duas áreas nucleares; 2. Melhoria de competências básicas em Língua Portuguesa e Matemática; 3. Redução da desistência escolar e 4. Envolvimento das escolas, das famílias, das organizações da comunidade e das autarquias), prevê uma monitorização e uma avaliação do programa, nos vários níveis de execução: nacional, concelhio, de cada agrupamento e de cada escola.

Para monitorizar os avanços nos domínios das competências básicas e na redução do abandono escolar, selecionaram se três indicadores nacionais:

Indicador 1 - Resultados em provas nacionais (provas de aferição e exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática)

Indicador 2 - Taxas de repetência nos vários anos de escolaridade

Indicador 3 - Taxas de desistência escolar.

Neste sentido, e no âmbito dos planos de acompanhamento pedagógico, durante o ano letivo 2014/2015, foram implementadas medidas de promoção do sucesso escolar em todas as turmas do 1º ciclo, que integram o Plano Estratégico do Agrupamento de Escolas.

Estas medidas visam atividades e projetos específicos para a motivação e formação, pessoal e social, dos alunos e melhoria da aprendizagem escolar. No âmbito do 1º CEB foram implementadas como medidas: aulas de recuperação, pedagogia diferenciada, acompanhamento e apoio individualizado e coadjuvação na sala de aula.

Quadro nº 30 – Variação das taxas de Insucesso Escolar para o 3º Período, dos anos 2013/2014 e 2014/2015 – 1º CEB

	1º ano			2º ano			3º ano			4º ano		
	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V
Insucesso Variação (%)	0	0	0	28	19.30	8.7	10.42	9.09	1.33	3.77	11.36	7.59

Fonte: Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 – Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Relativamente à média das provas finais de ciclo da 1ª fase, a taxa de insucesso, quando comparadas com as do ano anterior, baixaram, ainda que discretamente. O Português apresenta uma variação de 8.51% e a Matemática 5.42%.

**Quadro nº 31 - Média das Provas Finais - 1º CEB**

Insucesso Variação (%)	2013/2014	2014/2015	V
Matemática	52	46.58	5.42
Português	61	52.49	8.51

Fonte: Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 – Agrupamento de Escolas de Vila Flor

No âmbito do 2º CEB foram implementadas, no âmbito do Plano Estratégico do Agrupamento de Escolas, as seguintes medidas: aulas de recuperação, pedagogia diferenciada, acompanhamento especializado, programa de tutoria, percursos curriculares alternativos, coadjuvação na sala de aula e ainda a opção pelo percurso vocacional.

Quadro nº 32 – Variação das taxas de Insucesso Escolar para o 3º Período, dos anos 2013/2014 e 2014/2015 – 2º CEB

Insucesso Variação (%)	5º ano			6º ano		
	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V
Português	30.19	15.15	15.04	13.11	17.39	4.28
HGP	37.74	19.70	18.04	8.2	10.87	2.67
Inglês	32.08	13.64	18.44	16.39	13.04	3.35
Matemática	37.74	27.27	10.47	27.87	19.57	8.3
Ciências Naturais	16.98	12.12	4.86	14.75	6.52	8.23
Ed. Física	0	1.52	1.52	0	0	0
Ed. Tecnológica	0	1.52	1.52	0	0	0
Ed. Visual	0	1.52	1.52	0	0	0
Ed. Musical	0	1.52	1.52	0	0	0
Ed. Cidadania	0	1.52	1.52	0	2.17	2.17

Fonte: Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 – Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Apesar das medidas terem surtido algum efeito em algumas disciplinas, ainda se pode constatar um elevado insucesso na Matemática, História e Geografia de Portugal e Português. Relativamente à média das provas finais de ciclo da 1ª fase, a taxa de insucesso, quando comparadas com as do ano anterior, mantêm-se. O Português apresenta uma variação de 0% e a Matemática 2.87%.

**Quadro nº 33 - Média das Provas Finais - 2º CEB**

Insucesso Variação (%)	2013/2014	2014/2015	V
Matemática	42	44.87	2.87
Português	55	55	0

Fonte: Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 – Agrupamento de Escolas de Vila Flor

No âmbito do 3º CEB foram implementadas como medidas: pedagogia diferenciada, aulas de, programa de tutoria, percursos curriculares alternativos, coadjuvação na sala de aula e ainda o percurso vocacional.

Quadro nº 34 – Variação das taxas de Insucesso Escolar para o 3º Período, dos anos 2013/2014 e 2014/2015 – 3º CEB

Insucesso Variação (%)	7º ano			8º ano			9º ano		
	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V
Português	24	10.71	13.29	23.19	10.0	13.19	15.69	1.61	14.08
História	12	7.14	4.86	4.35	15.0	10.65	0	0	0
Geografia	14	5.36	8.64	4.35	2.5	1.85	5.88	3.23	2.65
Inglês	22	28.57	6.57	28.99	15.0	13.99	15.69	22.58	8.59
Francês	12	8.93	3.07	13.04	10.0	13.04	11.76	6.45	5.31
Matemática	28	26.79	1.21	37.68	25.0	12.68	33.33	12.9	20.43
Ciências Naturais	20	7.14	12.86	4.35	10.0	5.65	1.96	0	1.96
Físico-Química	20	30.36	10.36	13.04	22.5	9.46	39.22	24.19	15.03
Ed. Física	1.96	3.39	1.43	1.43	0	1.43	1.92	0	1.92
Ed. Visual	3.85	0	3.85	1.43	0	1.43	0	0	0
TIC	13.73	0	13.73	2.86	0	2.86	-	-	-
Ed. Musical	5.88	0	5.88	4.29	0	4.29	-	-	-
Ed. Cidadania	7.84	5.08	2.76	4.29	0	4.29	1.92	0	1.92

Fonte: Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 – Agrupamento de Escolas de Vila Flor

Para o 3º CEB, as disciplinas que refletem maior insucesso são Físico-Química, Inglês e Matemática.



No Secundário, as disciplinas com maior taxa de insucesso são a Matemática, Inglês e Física e Química A.

Quadro nº 35 – Variação das taxas de Insucesso Escolar para o 3º Período, dos anos 2013/2014 e 2014/2015 – Secundário

Insucesso Variação (%)	10º ano			11º ano			12º ano		
	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V	13/14	14/15	V
Português	6.45	0	6.45	11.11	3.03	8.08	3.85	0	3.85
Filosofia	3.23	13.89	10.66	14.81	6.25	8.56	-	-	-
Inglês	2.94	27.78	24.84	20.0	15.15	4.85	-	-	-
Ed. Física	0	0	0	0	3.13	3.13	0	0	0
Matemática A	8.7	34.48	25.78	33.33	4.76	28.57	43.75	12.5	35.25
História A	0	0	0	25.0	8.33	16.67	0	0	0
Biologia e Geologia	13.64	3.45	10.19	0	4.76	4.76	-	-	-
Físico-Química A	34.78	20.60	14.18	0	22.73	22.73	-	-	-
Geografia A	0	0	0	8.33	0	8.33	-	-	-
Literatura Portuguesa	18.18	0	18.18	16.67	9.09	7.58	-	-	-
Biologia	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Química	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Geografia C	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Literaturas LP	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Psicologia B	-	-	-	-	-	-	0	0	0

Fonte: Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 – Agrupamento de Escolas de Vila Flor

6.10.1 ABANDONO ESCOLAR

Em relação à desistência e ao abandono escolar, estes são estatisticamente residuais e confinados a alunos de nacionalidade estrangeira. Em 2014/2015, o Agrupamento era frequentado por 8.1% de alunos com naturalidade estrangeira.



6.10.2 CONSIDERAÇÕES NO ÂMBITO DO (IN) SUCESSO ESCOLAR

De um modo geral, a falta de hábitos e métodos de estudo, interesses divergentes dos escolares, pouco envolvimento dos pais/encarregados de educação e a falta de assiduidade nos apoios disponibilizados nos horários das turmas, são algumas das causas do insucesso escolar, sendo estas transversais a todos os ciclos de ensino.

O Relatório de avaliação do impacto das atividades de promoção do sucesso escolar 2014/2015 realizado pelo Agrupamento de Escolas de Vila Flor, divide as dificuldades encontradas em 3 tipos; dificuldades de aprendizagem (*dificuldades na aquisição e aplicação de conhecimentos, falta de métodos na leitura e escrita, interpretação de textos, grelhas e gráficos*); altitudinais (*falta de concentração, empenho, participação desorganizada durante as aulas, comportamentos desadequados e desajustados, falta de hábitos de trabalho, fraca participação nas atividades, pouca autonomia, falta de pontualidade e assiduidade, pouca importância atribuída à escola*) e ainda estruturais (*pouco envolvimento dos pais e encarregados de educação no processo de ensino, sucessivas alterações curriculares e programáticas*).

A fim de garantir um melhor acompanhamento dos alunos sinalizados pelo diretor de turma, de acordo com indicadores previamente definidos, é instruída a figura de tutor, por ano de escolaridade, desde o 5º ao 9º ano, desempenhando funções no âmbito da orientação pessoal, escolar e profissional destes alunos.

Para combater o insucesso ao longo do ano, a definição do apoio a prestar é discutido em reunião de Departamento para o 1º CEB, e nos conselhos de turma para os restantes ciclos. Para além das atividades implementadas de âmbito pedagógico, também o Desporto Escolar, as atividades oficiais, musicais e teatrais tiveram impacto positivo nos alunos.

Foram também distribuídos docentes com horário disponível, na biblioteca, sala de estudo e TIC, no sentido de rentabilizar as estruturas de apoio e aprendizagens, assim como ocupação de tempos livres dos alunos.

Outra estratégia definida pelo Agrupamento, aplicada já este ano letivo 2015/2016, com intencionalidade proactiva, foi o desenho de medidas de reforço de apoio educativo e a atribuição de dois tempos semanais para preparação das provas finais de Matemática e



Português em todas as turmas do 6.º e 9.º anos e um tempo semanal, nas turmas de 10.º, 11.º e 12.º anos, para preparação dos exames nas disciplinas sujeitas a exame nacional.

Para o ano escolar em curso, a acrescentar às medidas implementadas pelo Agrupamento de Escolas as quais devem ser monitorizadas, o Plano Estratégico pretende sinalizar os alunos que transitam mas com dificuldades nas disciplinas de Matemática e Português, a fim de serem acompanhados, e ainda os que tenham obtido classificação negativa a estas disciplinas. Para além de mover esforços para combater o insucesso escolar, é intenção do Agrupamento consolidar uma cultura de sucesso educativo e de formação de crianças e jovens que seja assumida por todos os intervenientes do processo educativo – docentes, alunos e encarregados de educação.



7. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018

7.1 PREVISÃO PARA O PRÉ-ESCOLAR

Relativamente ao Pré-Escolar, preconiza-se a manutenção da estratégia educativa, devendo manter-se abertos todos os Jardins-de-infância atualmente em funcionamento, a não serem verificadas ausências de matrículas (ver Mapa 1).

A previsão do número de alunos para o horizonte do ano letivo 2017/18, resulta do cálculo simples da evolução dos alunos. Trata-se de previsões simplistas ou brutas, que foram calculadas tendo em conta o transitar de ano de todos os alunos, não englobando, por isso, taxas de erro ou distanciamento de valores causados pelas variáveis de *insucesso* e *abandono* escolar, difíceis de prever, bem como a mobilidade, ou seja transferências de alunos.

Dadas as estimativas provisórias da População Residente do INE para 2014, a taxa de crescimento natural anual (%) de Vila Flor é negativa, com -1.1, o que reflete a tendência de quebra da natalidade que, apesar da média nacional ser também negativa (-0.8), apresenta-se mais acentuada para este Concelho.

A taxa bruta de natalidade afasta-se assim da média nacional, ficando-se pela metade, com 3.9 ‰. No entanto, apesar de nascerem menos bebés, as estatísticas da saúde infantil revelam que a taxa de mortalidade infantil é nula para Vila Flor.

Neste panorama demográfico, em 2014, segundo as estatísticas, foram registados em Vila Flor, 25 nascimentos, e é a partir deste indicador que se vão construir os quadros seguintes de evolução do nº de alunos.

Quadro nº 36 – Previsão do Nº de Alunos do Ensino Pré-Escolar tendo como horizonte o ano letivo 2017/2018

Pré-Escolar	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
3 anos	25	30	38	12	25
4 anos	19	26	22	38	12
5 anos	29	14	27	22	38
Total	73	69	87	72	75

O Pré-Escolar apresenta uma quebra percentual significativa, perdendo 15 matrículas, já que são menos os alunos de 3 anos a transitar para o 1º ano do Pré-Escolar de 2016/17, ou seja os bebés que atualmente têm 2 anos de idade e frequentam a creche. No entanto, a estimativa



durante o ano de 2017/2018, tende a apresentar-se mais positiva, tendo em conta os 25 nascimentos de 2014 (crianças com 3 anos em 2017).

Uma vez que no Concelho de Vila Flor não há maternidade, algumas crianças são registadas no local onde nascem, pelo que este valor pode ainda vir a ser superior.

Por fim, vale a pena referir que não se registam grandes variações ao longo dos anos letivos, apesar de se verificar algum crescimento da frequência neste grau de ensino, ainda que discreto.

7.2. PREVISÃO PARA O 1º CEB

A previsão do número de alunos apresenta uma quebra, ainda que inferior à do Pré-Escolar, a rondar os 10% em 2016/2017 e os 8% em 2017/2018.

É manifesta a intenção de manter abertas as Escolas de acolhimento em algumas freguesias do Concelho, a saber: Vilas Boas, Samões e Santa Comba de Vilarça. Seixo de Manhoses, escola isolada, deverá manter-se, igualmente, em funcionamento. Para a freguesia urbana de Vila Flor, a Carta Educativa, nos seus objetivos, deverá ir ao encontro da promoção do desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, como adiante será elencado, pela criação da Escola Básica de Vila Flor (com integração do EPE da sede).

Quadro nº37 – Previsão do Nº de Alunos a Frequentar o 1º CEB, tendo como horizonte o ano letivo 2017/2018

1º CEB	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
1º Ano	44	40	27	27	38
2º Ano	53	56	51	27	27
3º Ano	50	45	50	51	27
4º Ano	56	48	45	50	51
Total	203	189	173	155	143



7.3 PREVISÃO PARA OS 2º E 3º CEB E SECUNDÁRIO

A nível dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e também do Secundário, a atual estrutura educativa manter-se-á, funcionando na Escola EB 2,3/S de Vila Flor.

De um modo geral, os equipamentos da EB 2,3/S de Vila Flor são suficientes e tanto os espaços de ensino, de apoio ao aluno, como de apoio ao funcionamento da Escola estão em estado razoável de conservação. No entanto, no sentido de assegurar um dos princípios da Carta Educativa, a adequação deste estabelecimento deverá ser assegurada, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar, garantindo a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental do mesmo.

No Ensino Secundário, deverão continuar os Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias e o Científico-Humanísticos de Ciências Sociais e Humanas. Tendo em conta o isolamento do Concelho de Vila Flor e a fase de crescimento crítica ou frágil que atravessam os jovens estudantes, estes Cursos podem, no entanto, funcionar em regime de turmas únicas, com um quantitativo de alunos inferior ao estabelecido nos normativos legais.

Quadro nº 38 – Previsão do Nº de Alunos do 2º CEB, tendo como horizonte o ano letivo 2017/2018

2º CEB	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
5º Ano	61	70	50	45	50
6º Ano	73	46	61	50	45
Total	134	116	111	95	95

No 2º CEB, as previsões, calculadas com base na transição simples das matrículas por anos, baixa, embora com pouca significância.

**Quadro nº 39 – Previsão do Nº de Alunos do 3º CEB tendo como horizonte o ano letivo 2017/2018**

3º CEB	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
7º Ano	57	59	44	61	50
8º Ano	74	43	60	44	61
9º Ano	55	70	42	60	44
Vocacional	-	18	14	*	*
Total	186	190	160	182	171

*Nº de alunos a variar consoante aprovação de candidaturas/proposta de Rede

O 3º CEB regista um crescimento considerável, na ordem das 20 matrículas, já no próximo ano letivo, resultantes da transição dos alunos do atual 6º ano, estagnando no ano letivo seguinte.

Quadro nº 40 – Previsão do Nº de Alunos do Ensino Secundário tendo como horizonte o ano letivo 2017/2018

Secundário	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
10º ano	47	37	53	42	60
11º Ano	30	34	37	53	42
12º Ano	32	29	36	37	53
Profissional	10	-	-	18*	**
Total	119	100	126	132	155

*Proposta de Rede

**Nº de alunos a variar consoante aprovação de candidaturas/proposta de Rede

O Ensino secundário regista, segundo as previsões, um engrossar de matrículas, dada a tendência de transição dos alunos, por anos. No entanto, nesta previsão não estão contemplados os alunos do ensino regular que frequentam outras escolas, por não estar disponível a área pretendida neste Agrupamento de Escolas e ainda os alunos que pretendam prosseguir o Ensino na vertente profissionalizante.



8. CARTA EDUCATIVA: PROGRAMAÇÃO

8.1 PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR

Concluído o diagnóstico, tendo em conta a situação atual da educação no Concelho e as previsões de evolução de população escolar, são formuladas as propostas de reordenamento escolar, cujos objetivos abaixo elencamos:

- Manutenção do atual Parque Escolar, mantendo as condições de vivência escolar propícias ao sucesso educativo;
- Rentabilização dos meios e recursos disponíveis, tendo em consideração a necessidade de assegurar articulação e complementaridade;
- Diminuição do isolamento, garantindo a sociabilização e a interação de professores, alunos e comunidade;
- Melhoria da oferta educativa, qualificando aprendizagem e diversificando oferta;
- Racionalização dos meios e dos recursos evitando a dispersão e gastos desnecessários;
- Potencialização de instalação de novos equipamentos educativos como polos geradores de atividades económicas, contribuindo para a fixação de população.

Tendo em conta os objetivos propostos e as análises anteriormente efetuadas, propõem-se as seguintes medidas de intervenção:

- **Eixo 1: Requalificar os equipamentos do EPE e dos Ensinos Básico e Secundário;**
- **Eixo 2: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do Concelho;**
- **Eixo 3: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no Concelho, perseguindo áreas prioritárias.**



EIXO 1: REQUALIFICAR OS EQUIPAMENTOS DO EPE E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

✓ **Jardins-de-infância, Escolas de Acolhimento e Escolas Isoladas**

O Parque Escolar tem sido, nos últimos anos, tal como exposto no ponto 6.8 (estado de conservação dos estabelecimentos de ensino), adequado às necessidades de cada nível de ensino, de modo a otimizar os equipamentos e recursos existentes e a contribuir para o aumento da qualidade do ensino, respondendo assim às necessidades educativas atuais do Concelho.

Em geral, foram realizadas intervenções regulares de conservação, requalificação, beneficiação, restauros e melhoramentos em todos os Jardins-de-infância e Escolas do Concelho, por parte da autarquia, procurando, com este investimento, dar mais qualidade de ensino e aprendizagem às crianças. Para além da requalificação do espaço público com a presente colocação de pavimentos de borracha e equipamentos de recreio adaptados às crianças, para brincar e auxiliar a prática de atividade física e desportiva, em todos os estabelecimentos do EPE e 1º CEB, a autarquia prevê, num curto espaço de tempo, apetrechar as salas do 1º CEB de todas as escolas do Concelho, com quadros interativos, numa aposta constante em servir os propósitos educativos das novas gerações e por entender que um quadro interativo na sala de aula representa uma ferramenta versátil, altamente motivadora devido às suas próprias características de interatividade, introduzindo a exploração de múltiplos conceitos e conteúdos numa forma mais eficiente e efetiva. De facto, é uma tecnologia de elevada qualidade educacional para a colaboração e criação de percursos de aprendizagem e comunicação diversificados.

Atualmente, estando a rede escolar estabilizada e pelo superior interesse das crianças, a estratégia municipal é garantir a continuidade e manutenção do Parque Escolar do EPE e 1º CEB nas freguesias rurais do Concelho, a saber, dos 6 Jardins-de-infância: Benlhevai, Freixiel, Vilas Boas, Samões, Seixo de Manhoses e Santa Comba de Vilariga; das 3 Escolas de acolhimento do 1º CEB: Vilas Boas, Samões e Santa Comba de Vilariga; de 1 Escola isolada: Seixo de Manhoses.

Quanto à sede de Concelho, a vila de Vila Flor, a estratégia passa pela criação da Escola Básica de Vila Flor, que integre o Ensino Pré-Escolar (Jardim de Infância nº1 de Vila Flor e Jardim de



Infância nº2 de Vila Flor), fruto de intervenções a realizar na Escola Pré + EB 1 de Acolhimento de Vila Flor.

✓ **Escola Básica de Vila Flor**

A Escola Básica de Vila Flor, que visa também integrar o Ensino Pré-Escolar da sede de Concelho, insere-se numa Estratégia Municipal de rentabilização de infraestruturas já existentes com vista à melhoria da oferta ao nível do ensino público na sede do Concelho, onde se concentram mais alunos.

É urgente criar em Vila Flor um espaço multidisciplinar, devidamente equipado, com valências de utilização comum, salas modernas, com acústica e luminosidade adequadas a uma aprendizagem saudável, espaços exteriores com vedação e segurança, espaços cobertos e espaços ao ar livre, que ofereça condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade, contribuindo para a correção infraestrutural da rede escolar nacional, adequando as condições espaço-funcionais às exigências dos *currícula* escolares, a fim de criar as melhores condições para que cada discente, criança ou jovem, alicerce o respetivo projeto de vida na escola, ancorado pelo conhecimento e pela ciência, por valores e princípios que favoreçam o percurso escolar de sucesso, a formação de bons cidadãos e de bons profissionais.

Em Novembro de 1999, a Câmara Municipal de Vila Flor adquiriu ao Estado Português, através de um auto de cessão e para fins de ensino/educação, o edifício do antigo ciclo preparatório, onde funcionou o 2º CEB de Vila Flor até ser integrada no Agrupamento de Escolas de Vila Flor, em 2003. Este edifício, constituído por rés-do-chão, 1º e 2º andar, poderá ser perfeitamente adaptado às novas exigências pedagógicas dos alunos do 1º CEB e Pré-Escolar da sede do Concelho, pela sua localização, dimensão e possibilidade de ajustamento às crescentes exigências legais de conforto ambiental, bem como à eficiência energética.

A sua requalificação justifica-se não só pelo anteriormente exposto, mas principalmente devido à evidente e significativa carência de meios da atual EB1 nº1 de Vila Flor, que para além de desajustada às atuais exigências educativas e normativos de segurança, encontra-se em estado de desqualificação física, ambiental e funcional. Trata-se de um edifício de tipo “Plano Centenário”, construído em alvenaria de granito, de dois pisos, 4 salas de aula, recreio



descoberto e ausência de espaços verdes, desprovido de equipamentos de recreio e lazer, em parte devido ao insuficiente tamanho do logradouro, frequentado por cerca de 100 alunos.

Quadro nº 41 - Escola EB Nº 1 de Vila Flor

Ano de Escolaridade	Nº Alunos/Turma
1º ano	20
2º ano	28
3º ano	23*
4º ano	24*
Total	99

*turma que inclui alunos com NEE

Fonte: Agrupamento de Escolas

Não obstante o número de alunos por turma já estar ultrapassado no 2º, 3º e 4º anos de escolaridade, de acordo com o Despacho Normativo 10-A/2015, de 19 de junho, respeitante à organização do ano letivo 2015/2016, acrescenta-se a agravante de existirem, nestas turmas, alunos com Necessidades Educativas Especiais, mais propriamente alunos com défice cognitivo, integrados nas turmas do 3º e 4º anos, o que significa que, na mesma sala de aula, existem crianças com diferentes ritmos de atenção, dedicação, motivação e aprendizagem para o mesmo professor.

Além disso, esta escola não possui refeitório, espaço de convívio, recreio suficiente ou qualquer outro espaço que permita atividades diferenciadas, tornando-se desajustado às atuais exigências educativas, além do seu estado de desqualificação física, ambiental e funcional. Em dias chuvosos ou mais frios, a ausência de espaços cobertos invalida o recreio das crianças. Em dias quentes e de sol, a ausência de espaços verdes e sombras representam também um constrangimento ao tempo de pausa e recreio.

Assim, é urgente criar um espaço devidamente equipado, com capacidade para receber as cerca de 100 crianças da EB 1 de Vila Flor e, numa ótica de rentabilização do espaço e dos recursos, agregar as cerca de 40 crianças do Pré-Escolar da rede pública da sede de freguesia de Vila Flor (Jardim de Infância nº 1 e Jardim de Infância nº 2). A requalificação do espaço em questão, permitiria também às cerca de 50 crianças que frequentam o Pré-Escolar do ensino



privado do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, virem a integrar futuramente as turmas do ensino público.

Relativamente aos Jardins-de-infância da Sede de Concelho, torna-se urgente uma solução, já que o Jardim nº 1 de Vila Flor é uma construção em alvenaria, de apenas uma sala para 21 crianças, e o Jardim nº 2, um Pré-Fabricado, também de apenas uma sala para 18 crianças, ambos os estabelecimentos sem recreio coberto, salas de apoio e refeitório, o que, segundo a alínea d) do Programa de Requalificação da Rede Escolar, *seria passível de ser eliminado por não contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos*. Impõe-se, pois, uma forte intervenção na rede educativa da sede do Concelho, já contemplada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado entre a CIM-TTM e as Autoridades de Gestão Operacionais Financiadoras e respetivo mapeamento (educação), que consiste precisamente na intervenção da Escola EB1 e Pré Escolas de Vila Flor, que acolhem alunos não só da sede de Concelho mas também das aldeias do Arco, Nabo, Roios e de algumas quintas dispersas. Impõe-se uma intervenção ancorada em rigorosos critérios de desenvolvimento e reordenamento da Rede Escolar e inevitavelmente consubstanciada na Carta Educativa, que vão ao encontro de uma amplificação/requalificação por referência às exigências decorrentes dos novos paradigmas educativos e ambientais e uma dinamização de respostas inovadoras para a eficiência e reutilização das infraestruturas e dos equipamentos escolares existentes, neste caso, o edifício do antigo ciclo preparatório.

Neste pressuposto, através da requalificação do parque escolar da Sede de Concelho e em conformidade com os 6 objetivos de reordenamento da rede educativa propostos na Carta Educativa de Vila Flor⁴, homologada em 2006 pelo Ministério da Educação, torna-se possível concretizar o reordenamento da rede proporcionando às comunidades locais em geral e aos respetivos alunos em particular, um conjunto de equipamentos educativos integrados que se possam assumir como equipamentos aglutinadores ou geradores de desenvolvimento local e

⁴ 1. Requalificação do Parque Escolar, com vista à melhoria das condições de vivência escolar; 2. Rentabilização dos meios e recursos disponíveis, tendo em consideração a necessidade de assegurar articulação e complementaridade; 3. Diminuição do isolamento, garantindo a sociabilização e a interação de professores e alunos; 4. Melhoria da oferta educativa, qualificando aprendizagem e diversificando oferta; 5. Racionalização dos meios e dos recursos evitando a dispersão e gastos desnecessários; 6. Potencialização de instalação de novos equipamentos educativos como pólos geradores de atividades económicas, contribuindo para a fixação de população.



que contribuam para o sucesso educativo e formação pessoal das crianças e jovens inseridos nesta comunidade.

A crescente abertura da escola à comunidade tem feito sobressair e valorizar a relação de complementaridade entre a escola e os demais equipamentos urbanos, pelas vantagens e benefícios, tanto de natureza educativa como cultural, social e financeira, que advêm da colaboração e da partilha de recursos entre instituições. Neste sentido, a localização geográfica do edifício a intervencionar, no plano espacial, privilegia uma efetiva relação de proximidade e de complementaridade entre a escola e outros equipamentos existentes, a saber as Piscinas de Aprendizagem, o Centro Cultural, o Parque de Feiras e Exposições, o Lar de terceira idade, as valências para a infância da Santa Casa da Misericórdia, o Centro Paroquial, o Centro Histórico, a GNR, redes de ATL, etc.

Quadro nº 42 – Requalificar os Equipamentos de EPE e do Ensino Básico

Nome do projeto	Freguesia	Nº de Alunos (2016/2017)
Escola Básica de Vila Flor	Vila Flor	Pré-escolar – 72 1º CEB – 155

A intervenção a efetuar, de acordo com o anteriormente exposto, será num edifício já existente. As duas tipologias de ensino, pré-escolar e 1ºCEB serão instaladas em edifícios autónomos, mas integradas no mesmo recinto escolar, partilhando os espaços interiores e equipamentos de atividades físicas e de lazer, logradouros, jardins e espaços verdes, zona de estacionamento, passeios, escadarias e áreas de paragem de veículos para entrada e saída de crianças.

A Escola Básica de Vila Flor (com integração do EPE da sede) será instalada num edifício existente com espaços exteriores adequados. O edifício, composto por 3 pisos (RC+1+2), tem uma área de construção de 1450m², prevendo-se um aumento de 500m² de construção nova e prevê a recuperação total do imóvel (paredes exteriores e interiores, pavimentos, cobertura, melhoramentos térmicos e acústicos, fenestração com corte térmico, AVAC, e todas as infraestruturas prediais, elétricas e informáticas). Prevê-se ainda que integre 7 salas de aulas, atividades complementares (música e artes) e ensino especial, 1 sala polivalente/refeitório, instalações sanitárias, espaços de apoio, biblioteca e gabinetes, logradouros exteriores, campo de jogos, zonas exteriores protegidas, parque infantil e de aventura.



A Escola Básica de Vila Flor integra, também, uma unidade de acolhimento destinada ao Ensino Pré-Escolar, localizado no lado nascente da área de intervenção (no terreno adjacente ao edifício da escola EB1). O edifício será uma construção nova, em piso térreo, com uma estrutura modular, totalizando uma área bruta de construção de 500m². O edifício proposto contempla 2 salas de atividades, 1 sala polivalente/refeitório, Instalações Sanitárias, Espaços de Apoio e Gabinetes. Inclui ainda, um espaço exterior protegido, anexo à Sala Polivalente. Prevê-se ainda, a instalação de equipamentos de parque infantil, em zonas exteriores, revestidas com pavimentos em borracha.

✓ **Remodelação/Requalificação da Escola EB 2,3/S de Vila Flor**

Está prevista, como referido no ponto 6.8 (estado de conservação dos estabelecimentos de ensino), a intervenção a realizar na Escola EB 2,3/S de Vila Flor, também ela contemplada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado entre a CIM-TTM e as Autoridades de Gestão Operacionais Financiadoras e respetivo mapeamento (educação), que consiste precisamente:

- Substituição das coberturas;
- Substituição dos vãos em alumínio;
- Melhoramento nos sistemas de águas e esgotos.

Quadro nº 43 – Requalificar os Equipamentos da EB2,3/S de Vila Flor

Nome do projeto	Freguesia	Nº de Alunos (2016/2017)
Remodelação/Requalificação da Escola EB 2,3/S de Vila Flor	Vila Flor	2º CEB - 95 3º CEB - 182 Secundário - 132



EIXO 2: PROMOVER A QUALIDADE E O SUCESSO EDUCATIVO/FORMATIVO

A promoção da qualidade e do sucesso educativo e o desenvolvimento de um plano de formação que dê respostas à população do Concelho, continua a ser uma preocupação da Câmara Municipal, do Agrupamento de Escolas e de todas as instituições que trabalham em parceria no contexto da educação e formação.

O Plano Estratégico do Agrupamento de Escolas tem em conta a realidade socioeconómica do Concelho e procura dar as melhores respostas às necessidades dos alunos nos diferentes níveis de ensino. Este documento faz um diagnóstico das dificuldades existentes e procura, através do melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos existentes, encontrar respostas adequadas às necessidades da população escolar e promoção do sucesso escolar, conforme enunciado no ponto “(In)Sucesso Escolar”, atrás trabalhado .

Consciente dos constrangimentos motivados pela interioridade do território, por vezes bastante penalizadores para os alunos: a distância de algumas freguesias, ficando os alunos sujeitos a viagens muito demoradas e a horários pouco adequados para crianças em idade escolar, principalmente nos escalões etários da educação pré-escolar e do 1º ciclo; a baixa densidade de população escolar que implica um menor leque de ofertas educativas; o baixo nível de escolaridade do contexto familiar que, por vezes, é pouco estimulante para as crianças valorizarem mais a escola, manifestando interesses divergentes e fraca motivação num contexto de educação escolar, o Projeto Educativo procura potenciar os fatores positivos existentes no Concelho de Vila Flor, encontrando na Câmara Municipal um parceiro preocupado e disponível, sempre aberto à melhor colaboração com o Agrupamento de Escolas, visando um objetivo comum que é o melhor sucesso escolar das crianças e dos jovens do Concelho.

A Câmara Municipal de Vila Flor, consciente do valor do investimento em projetos e medidas educativas, assume a educação como área de atuação privilegiada, promovendo iniciativas e estabelecendo parcerias para que todas as crianças do Concelho tenham acesso a uma educação condigna, por um lado e, por outro, para ajudar as famílias nos encargos com a educação.



✓ **Contratação de Recursos Humanos (EPE e 1º CEB)**

Para garantir a execução desta missão, a Câmara Municipal contratou, para o ano letivo 2014/2015, por tempo determinado, 23 Assistentes Operacionais (13 a tempo parcial para acompanhamento de crianças durante a hora de almoço, prolongamento de horário no final do dia e serviços de limpeza das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; 8 a tempo parcial para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, durante as aulas, nas refeições e tempos livres e apoio à cozinha e limpeza das salas e áreas envolventes das escolas e jardins do Concelho e, ao abrigo do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, no âmbito do Acordo de Cooperação do Contrato de Execução, assinado entre a Câmara Municipal e o Ministério de Educação e em vigor desde 01/01/2009, o município assume a colocação de 2 Auxiliares de Ação Educativa nos Jardins-de-infância de Vila Flor nº 2 e Benlhevai e prolongamento de horário até às 17:30 horas em todas as escolas e Jardins-de-infância do Concelho. De salientar que, por decisão da Município, os custos com o prolongamento de horário são assumidos na íntegra sendo, desta forma, de frequência gratuita para os alunos.

✓ **Atividades de Enriquecimento Curricular (1º CEB)**

Sem prejuízo da responsabilidade que cabe ao Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores, o Município assume a competência de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB. Para o efeito, a Câmara Municipal contratou, por tempo determinado, 8 Professores, sendo que 3 destinados ao Ensino do Inglês, 3 ao ensino de Atividade Física e Desportiva e 2 ao Ensino da Música aos alunos, prolongando desta forma, o horário dos estabelecimentos de ensino e proporcionando às crianças novas aprendizagens lúdico-pedagógicas. Esta medida estende-se, por decisão do Município, às crianças do Pré-Escolar, igualmente com o objetivo de alargar o leque de atividades diferenciadas, promotoras de bem-estar.



✓ **Material didático e manuais escolares (EPE e 1º CEB)**

Com a intenção de regular as condições relativas à participação do Município de Vila Flor no que diz respeito ao fornecimento de material didático aos Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB, tem sido apanágio celebrar, anualmente, um protocolo de transferência de verbas, no valor de 2 mil euros, para o Agrupamento de Escolas, de acordo com os princípios consagrados no Decreto-Regulamentar nº 12/2000, de 19 de Agosto. Foi ainda deliberado, à semelhança de outros anos, o reembolso, na totalidade, dos manuais escolares aos alunos do 1º CEB.

✓ **Refeições Escolares (EPE e 1º CEB)**

De acordo com a legislação em vigor, a Câmara Municipal procede, todos os anos, ao procedimento concursal para fornecimento de refeições escolares, o qual se rege por um caderno de encargos rigoroso e de acordo com os normativos da saúde e da educação, para as cerca de 180 refeições diárias a serem servidas e/ou transportadas aos alunos do Pré-Escolar e 1º CEB do Concelho. Por decisão da autarquia, a refeição do almoço é gratuita para todas as crianças do Pré-Escolar 1º CEB do Concelho.

✓ **Constituição de Parcerias (EPE e 1º CEB)**

Através de celebração de protocolo entre o Município e o Centro Social e Paroquial S. Bartolomeu, as atividades de ATL no âmbito do “Criar Laços” são planeadas numa perspetiva de formação e desenvolvimento da personalidade, criando situações que permitam superar as desigualdades de partida, proporcionado a todas as crianças e jovens ocasiões de bem-estar e segurança, recorrendo a ateliers diversificados (música, plástica, movimento e drama) e ainda as novas tecnologias. São ainda parceiros deste projeto as Freguesias de Vila Flor, Candoso e Mourão; Samões; Santa Comba da Vilarça e Assares, assim como a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, o Agrupamento de Escolas, o Agrupamento de Escuteiros 1055 de Vila Flor; o Centro de Saúde e o Destacamento da GNR de Vila Flor.

O Município de Vila Flor compromete-se a apoiar este projeto através da cedência de instalações, nomeadamente do pavilhão Gimnodesportivo, Estádio Municipal, Piscina e Parque de Campismo e Piscina coberta e ainda a suportar a comparticipação atribuindo ao Centro Social e Paroquial S Bartolomeu uma verba de 10 mil euros.



✓ **Regime da Fruta Escolar (1º CEB)**

Este programa visa contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Instituído pela Comissão Europeia, o Regime da Fruta escolar, implementado por intermédio da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, consiste na distribuição de frutas e produtos hortícolas nas escolas do 1º CEB dos municípios da sua área de abrangência. Neste âmbito, são distribuídas, gratuitamente, 1 peça de fruta, duas vezes por semana e durante 30 semanas letivas, às cerca de 200 crianças que frequentam as escolas do 1º CEB do Concelho de Vila Flor.

✓ **Transportes Escolares**

É objetivo da Câmara Municipal facultar transporte gratuito a todos os alunos que frequentem os estabelecimentos de ensino no Concelho, desde o ensino Pré-Escolar ao ensino Secundário, inclusive para outros Concelhos, perante inexistência de áreas solicitadas pelos alunos, através da realização de circuitos efetuados em transportes coletivos e circuitos especiais de transporte, nos termos da legislação em vigor.

✓ **Protocolo de transferência de verbas (2º, 3º CEB e Secundário)**

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, é transferida, anualmente, para o Município, uma verba de 20 mil euros destinada à manutenção e apetrechamento das Escolas. Por via de celebração de protocolo, a autarquia atribuí metade daquele valor - 10 mil euros, ao Agrupamento de Escolas, para fazer face à manutenção e apetrechamento da EB 2,3/S de Vila Flor, para além de realizar, durante o ano e sempre que necessário, obras de melhoramento, intervenções diversas nos espaços (interior e exterior) e ainda aquisição e manutenção de equipamentos afetos àquele estabelecimento, o que ultrapassa, a maior parte dos anos, os 10 mil euros que o Município reserva.



✓ **SASE 2º, 3ºCEB e Secundário**

A Escola EB 2,3/S de Vila Flor conta com um espaço de apoio a alunos carenciados, os Serviços de Ação Social Escolar (SASE). São serviços de ação social escolar os serviços da cantina, do bufete, da papelaria/reprografia e a bolsa de manuais escolares. Este serviço permite colmatar as necessidades económicas da família do aluno, pela atribuição de um subsídio, variando este consoante o escalão de abono de família dos elementos do agregado familiar e o despacho anual do Ministério da Educação.

Assim, o escalão A é recebido pelos alunos mais necessitados de apoio económico. Engloba material escolar e alimentação gratuita. O escalão B permite às famílias do educando em causa, suportar em cerca de 50%, as despesas com a educação (material escolar e alimentação). O número de alunos subsidiados, bem como o escalão atribuído variam consoante as verbas disponíveis e seguem critérios rigorosos como a caracterização socioeconómica do agregado familiar.

Segundo o Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas, este dispõe, há cerca de 3 anos, de uma bolsa de manuais escolares destinada a apoiar os alunos que, mediante os termos do artigo 7ºA do Despacho n.º 11886 A/2012, de 6 de Setembro, sejam considerados carenciados. A bolsa é constituída por manuais escolares devolvidos pelos alunos ao abrigo do artigo 7ºB do Despacho n.º 11886 -A/2012, de 6 de Setembro; ofertados pelos alunos; ofertados por editoras; ofertados por empresas locais e/ou trocados com outros agrupamentos de escolas.

A bolsa de manuais é gerida de forma a emprestar a cada aluno subsidiado (escalão A e B) um ou mais manuais escolares da bolsa, de forma equitativa, até esgotar o stock dos manuais existentes.

✓ **Outras Medidas de Promoção**

Ainda no âmbito da Educação, a Câmara Municipal enceta atividades, promove, propõe e colabora com o Agrupamento de Escolas na programação de dias comemorativos e especiais, tais como o Dia da Criança, Desfile de Carnaval, Caminhada do Coração, Dias do livro e da árvore, Saraus Culturais, teatros, visitas de estudo, atividades temáticas no âmbito da Unidade Móvel de Saúde, da CPCJ, entre outras.



A título informativo, mas que comprovam o empenho do Município em promover atividades complementares com o objetivo de proporcionar uma experiência diferente às crianças e jovens do Concelho, o Município assegura o transporte e outros custos associados às várias visitas de estudo realizadas. É exemplo recente a cedência de transporte a 5 alunos eleitos para representar o Agrupamento de Escolas na sessão distrital do Programa da Assembleia da República, “Parlamento Jovem”, realizada em Bragança, sede do Distrito e da deslocação de 23 alunos do 11º ano à Futurália – Parque das Nações em Lisboa.

No âmbito da Unidade Móvel de Saúde, resultante da parceria entre a Câmara, o Centro de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia, são trabalhadas nos Jardins e Escolas do 1º CEB, pelo Serviço de Psicologia da Câmara Municipal, temáticas como a violência, o bullying, a amizade, o género e a educação sexual. Nos outros ciclos de ensino, temáticas como a sida e outras doenças sexualmente transmissíveis, são algumas das problemáticas abrangidas.

Ao abrigo de protocolos com Companhias de Teatro, a Câmara Municipal de Vila Flor promove, ainda, ao longo do ano letivo, Peças de Teatro, no âmbito dos conteúdos pedagógicos. São exemplos o Frei Luís de Sousa, de Almeida Garrett, Auto da Índia, de Gil Vicente, Os músicos da aldeia, dos irmãos Grimm, Poemários de Torga, Pessoa e Camões, entre outros.

Apoio ao Desporto – A par da oferta de equipamentos culturais e de lazer, já anteriormente referidos (Biblioteca Municipal, Museu, Centro Cultural, Espaço Internet) o Município de Vila Flor tem enfatizado a prática de desporto. Como tal, em paralelo com algumas associações e grupos desportivos que promovem hábitos de vida saudáveis desde tenra idade (Clube de Ciclismo, o Agrupamento de Escuteiros, o Vila Flor Sport Clube, a Associação Desportiva D. Dinis, a Mil Odisseias, o Clube Desportivo do Centro Paroquial), a Câmara Municipal realiza, ao longo do ano, provas desportivas de relevo distrital e até nacional, como a prova de atletismo, realizada em Abril, aberta às escolas, que reúne, entre os cerca de 500 participantes, nomes consagrados do atletismo em Portugal, e em que existe um enfoque para crianças e jovens, com escalões benjamins, infantis e juvenis, no sentido de promoção da prática desportiva nestas idades. Outros equipamentos complementam a oferta de desporto em Vila Flor (Ver Mapa nº 5), sendo que a maior concentração se localiza na sede.

O elevado número de campos de futebol existentes no Concelho, bem como, o grande número de associações desportivas que centram a sua atividade no futebol e no futsal é, de certa



forma, o reflexo de uma tendência nítida para a prática destas modalidades no Concelho. Para este efeito, foi construído e inaugurado em Dezembro de 2010, o Estádio Municipal de Vila Flor, que representa hoje uma importante infraestrutura ao serviço do desporto e da atividade física. Nestas instalações decorreram, ao longo do ano, competições federadas relativas ao futebol, como o campeonato distrital dos vários escalões de formação, envolvendo também os mais velhos - veteranos e séniores. Este estádio integra pista de atletismo, tendo decorrido, até à data, competições importantes a nível distrital, com destaque para a final do desporto escolar do distrito de Bragança, que envolveu 400 atletas num só dia.

No verão, as atividades desportivas de verão constituem uma oferta apelativa, bem como a abertura das piscinas ao ar livre.

O Pavilhão Municipal de Vila Flor, nas imediações do edifício da EB 2,3/S de Vila Flor, sofreu obras e, para além do apoio à população estudante, que acolhe durante o horário da Escola, abre as portas a todas as associações e grupos de pessoas que o queiram utilizar.

As Piscinas Municipais cobertas de Vila Flor, outra importante do Município, permitem uma multiplicidade de utilizações, tanto do ponto de vista desportivo e lúdico, como do ponto de vista cultural e educativo. Estão abertas a todos os alunos do Agrupamento de Escolas, que de forma organizada e calendarizada, as utilizam, dentro ou fora do contexto escolar.

Por decisão do Município, foi criado o projeto “Nadar – Crescer e Aprender” com o objetivo de proporcionar a todas as crianças do Concelho, o contacto regular com o meio aquático. Para a promoção e sucesso deste projeto, o Município disponibiliza os meios técnicos e humanos necessários. Inserido no âmbito da disciplina de atividade física e desportiva (AEC), as turmas do 1º CEB e do Pré-Escolar podem frequentar a piscina, de forma organizada, calendarizada e regular, pois entende a Câmara Municipal que a prática desta atividade promove o desenvolvimento da criança a nível biológico, bem como na formação da sua personalidade.

Este equipamento encontra-se igualmente aberto a várias iniciativas e eventos. É exemplo o 2º encontro de Natação Regional do Desporto Escolar, realizado no início do ano de 2016, onde 4 escolas (Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vinhais e Bragança) marcaram presença com aproximadamente 150 crianças e jovens, num evento de apuramento para o campeonato regional e nacional de natação.



No entanto, outras modalidades se perspetivam em Vila Flor. Com o principal objetivo da realização de um Plano de Desenvolvimento do Andebol no Concelho, foi assinado um protocolo, entre o Município e a Federação de Andebol de Portugal, no âmbito do qual se comprometem a cooperar para a realização de um conjunto de ações que possibilitem a promoção e prática do Andebol aos alunos do 1º CEB do Concelho de Vila Flor e, posteriormente, a estender a outros graus de ensino.

Considerando que Vila Flor reúne todas as condições ao nível das instalações desportivas para a prática da modalidade de Voleibol, e sendo a prática do Voleibol um instrumento que estimula a interação e a sociabilidade, melhorando a coordenação motora, a flexibilidade, a força e a resistência, entendeu a Câmara Municipal colaborar com a Federação Portuguesa de Voleibol na realização de algumas atividades e provas de importância nacional.

✓ **Formação Profissional**

A Formação Profissional continuar a ser uma prioridade na estratégia educativa da Câmara Municipal, entidade que tem recebido os alunos dos cursos profissionais em contexto de trabalho, pese embora exista algum constrangimento pela aplicabilidade de uma lei nacional que não tem em conta a especificidade dos territórios de baixa densidade, ou seja, Concelhos com menos de 10 mil habitantes, que sofrem com a emigração, o envelhecimento demográfico e a quebra de natalidade. Parece-nos ser este um aspeto importante a considerar, sendo fundamental que se torne possível a abertura de cursos de formação profissional, em territórios com esta especificidade, para um menor número de alunos, uma vez que, atualmente, não existem alunos suficientes para ser criada uma turma, mas existe a vontade expressa de os frequentar por quem pretenda seguir esta via, evitando assim deslocações para fora do Concelho na procura desta vertente.

Esta estratégia de apoio à melhor educação e formação das crianças e jovens do Concelho deverá continuar a ser seguida pela Câmara Municipal. O mesmo se pede ao Ministério da Educação, que deverá observar com sensibilidade os constrangimentos próprios dos Concelhos afastados da capital, em regiões com menos recursos e demograficamente mais frágeis, adotando uma estratégia muito específica que proporcione as melhores respostas às necessidades de educação e formação das crianças e jovens destes territórios, numa lógica de



justiça pela equidade e igualdade no acesso à educação e à formação, previstas na Constituição da República Portuguesa.



EIXO 3: INCENTIVAR A OFERTA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE, PERSEGUINDO AS ÁREAS PRIORITÁRIAS

✓ **Ensino Profissional**

O Município de Vila Flor e o Agrupamento de Escolas de Vila Flor, em articulação com o IIEP- Instituto de Emprego e Formação Profissional de Bragança, são entidades promotoras do ensino profissional no Concelho. A oferta educativa de Vila Flor, pela via do ensino profissional, é divulgada pelo Gabinete de Inserção Profissional do Município e pelo Agrupamento de Escolas de Vila Flor, em parceria com entidades formadoras e outras entidades de interesse local.

A atuação destas entidades é importante, pelo seu contributo para o incremento da oferta educativa de nível profissionalizante e consequentemente pelo contributo no funcionamento dos níveis de escolarização concelhios. Contudo, atualmente, existem constrangimentos legais que inviabilizam o início das propostas formativas, nomeadamente a exigência do número mínimo de 15 a 25 formandos nos grupos de formação, conforme definido no artigo 19.º da Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro.

Considerando que Vila Flor é um Concelho com baixa densidade populacional, este requisito é de difícil cumprimento, sendo, por vezes, impossível iniciar as ofertas formativas, apesar do manifesto interesse dos jovens, inviabilizando muitas vezes a possibilidade de conclusão da escolaridade obrigatória no Concelho. Num contexto de igualdade de oportunidades, urge uma reflexão sobre o número mínimo de formandos nos grupos de formação profissional a desenvolver em Concelhos desta especificidade.

✓ **Educação e Formação**

A oferta de formação do Concelho é divulgada pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP) do Município, em articulação com outras entidades de interesse local.

O GIP, através do IIEP, cria uma estrutura credenciada para apoiar os desempregados no seu percurso de inserção no mercado de trabalho, revelando-se como uma necessidade para auxiliar o encaminhamento para a formação e a empregabilidade. Esta estrutura irá permitir otimizar e estruturar uma rede de oferta para a população adulta, com mais de 20 anos, em articulação com o IIEP e os CQEP-Centros para a Qualificação e Ensino Profissional.



As ações de formação promovidas pelo Município visam a qualificação, atualização, aperfeiçoamento e reconversão de adultos e jovens, através de cursos de curta ou média duração.

No âmbito da formação, o Município intervém nos seguintes domínios:

- Diagnóstico de necessidades de formação;
- Planeamento de intervenções ou atividades formativas;
- Divulgação do plano de formação;
- Organização e promoção de intervenções ou atividades formativas;
- Desenvolvimento de intervenções ou atividades formativas;
- Acompanhamento e avaliação de intervenções ou atividades formativas;
- Outras formas de intervenção sociocultural ou pedagógica, preparatórias ou complementares da atividade formativa ou facilitadoras do processo de socialização profissional.

Dada a escassez de entidades no Concelho que disponibilizem ofertas formativas em contexto de trabalho, o Município incrementa projetos para a integração de jovens no mercado de trabalho e a melhoria das suas qualificações, através da concretização de estágios profissionais.

Os programas de estágios profissionais na Administração Pública (PEPAL) enquadram-se no âmbito das políticas ativas de emprego previstas no Programa do Governo Constitucional e visam cumprir os objetivos e medidas do Plano Nacional de Implementação de uma garantia Jovem, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de dezembro (PNI-GJ) e pelo Decreto-Lei nº 166/2014, de 6 de Fevereiro. Esta medida permite dar resposta a direitos básicos de cidadania, de carácter social, iniciativas essas que vão gerar coesão social e propiciar, naturalmente, uma maior igualdade de oportunidades.

Como combate ao desemprego, o Município intervém no sentido de proporcionar condições de integração e proximidade com o contexto laboral, facilitando o estabelecimento de contatos com outros profissionais, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização.



9. CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS

Neste ponto pretende-se evidenciar de que forma se organizam, em termos temporais, as medidas de intervenção preconizadas.

Quadro nº 44 – Cronograma das Intervenções Propostas

Eixos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Eixo 1: Requalificar os Equipamentos de EPE e dos Ensinos Básico e Secundário											
Eixo 2: Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do Concelho de Vila Flor											
Eixo 3: Incentivar a oferta do ensino profissionalizante no Concelho, perseguindo áreas prioritárias											



10. PLANO DE FINANCIAMENTO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 7/2003, a Carta Educativa deve ser instruída com um plano de financiamento, com a estimativa de custos das realizações propostas, com a menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução.

“No sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população através da valorização dos seus equipamentos de utilização coletiva e, assim, revitalizar o tecido urbano e económico da área consolidada e envolvente ao Centro Histórico de Vila Flor”, estes projetos integram, tal como pode verificar-se no quadro abaixo apresentado, as ações previstas no Programa Estratégico da ARU (Área de Reabilitação Urbana) | ORU (Operação Sistemática de Reabilitação Urbana) de Vila Flor, delimitada e aprovada pela Assembleia Municipal de Vila Flor em 30 de Setembro de 2015 e publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 237 de 3 de Dezembro de 2015.

Quadro nº 45 – Definição das Tipologias e das Ações previstas na ORU

Tipologia de Intervenções	Projetos/Ações Previstas	Calendarização
Equipamentos de Utilização Coletiva		
-Beneficiação/Reabilitação de Edifícios destinados a Equipamentos de Utilização Coletiva	Remodelação/Requalificação da Escola EB 2,3/S de Vila Flor	2016-2020
	Escola Básica de Vila Flor (intervenções na Escola Pré + EB1 de Acolhimento de Vila Flor)	2016-2020

Fonte: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana | ORU de Vila Flor

O valor de investimento para as ações previstas no âmbito da ORU de Vila Flor encontram-se abaixo discriminadas:

Quadro nº 46 – Estimativa de Custos das Intervenções Propostas

Tipologia de Intervenções	Projetos/Ações Previstas	Investimento Global Previsto
Equipamentos de Utilização Coletiva		
-Beneficiação/Reabilitação de Edifícios destinados a Equipamentos de Utilização Coletiva	Remodelação/Requalificação da Escola EB 2,3/S de Vila Flor	500.000,00€
	Escola Básica de Vila Flor (intervenções na Escola Pré + EB1 de Acolhimento de Vila Flor)	1.400.000,00€

Fonte: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana | ORU de Vila Flor



No que se refere ao financiamento da ORU, as fontes previstas são o Portugal 2020, nomeadamente o Programa Operacional Regional do Norte 2014/2020 – Norte 2020 e demais programas operacionais temáticos no Continente, tais como o POSEUR – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

À participação dos Fundos Comunitários, juntar-se-á a Contrapartida Nacional assegurada pelo Orçamento Municipal e Orçamento de Estado.

O modelo de execução da ORU a adotar consiste, no que se refere às ações no Espaço Urbano, nos Espaços Verdes, nas Infraestruturas e Equipamentos de Utilização Coletiva, à iniciativa da entidade gestora, ou seja, do Município de Vila Flor.



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Educativa de Vila Flor, aprovada em 2006, aproxima-se do final do seu período de vigência. A sua elaboração projetou um conjunto de alterações a executar, num período de dez anos, adequando a rede educativa à realidade social e económica do Concelho.

Neste processo de monitorização foi possível constatar que o reordenamento da rede educativa previsto na Carta Educativa inicial incidiu, essencialmente, sobre a Educação Pré-Escolar e o 1º CEB. Apesar da não concordância do Município em encerrar estabelecimentos escolares, de acordo com as regras impostas pelo Ministério da Educação quanto ao número de alunos/turma/escola, foram encerradas, durante estes dez anos, 17 escolas do 1º CEB⁵ (cerca de 80%) e 2 Jardins-de-infância⁶, concentrando as crianças em escolas de acolhimento, que o Município pretende manter em funcionamento, nas aldeias. Em paralelo, têm sido realizadas intervenções regulares de conservação, requalificação, beneficiação, restauros e melhoramentos em todos os Jardins-de-infância e Escolas do Concelho, por parte da autarquia, procurando, com este investimento, dar mais qualidade de ensino e aprendizagem às crianças.

Aos alunos deslocados, a adequação da rede de transportes escolares e o desdobramento em vários circuitos especiais de transporte permite uma resposta competente e eficiente. Fruto de esforço e investimento da autarquia que elege como prioridade o superior interesse dos alunos, são promovidas medidas de ação social escolar no domínio das refeições e da contratação de pessoal não docente para assegurar o prolongamento de horário, de forma a assegurar que todas as crianças do Concelho tenham as mesmas condições de acesso à educação. O Município, ao assumir a educação como área de atuação privilegiada, promove iniciativas e estabelece parcerias para que todas as crianças do Concelho tenham acesso a uma educação condigna, por um lado e, por outro, para ajudar as famílias nos encargos com a educação. A oferta das AECs, estendidas ao EPE, a implementação do regime da fruta escolar, o reembolso integral dos manuais escolares para o 1º CEB, as parcerias com o Agrupamento de Escolas e com o Centro Paroquial, a transferência de verbas para apetrechamento e manutenção da EB 2,3/S de Vila Flor, a cedência de instalações, de transportes, a aposta nas oferta de várias modalidades desportivas, as intervenções regulares no Parque Escolar do EPE, 1º CEB e na EB2,3/S de Vila

⁵ Em 2006 fecharam a EB1 das localidades de Assares, Candoso, Carvalho de Egas, Folgares, Vieiro, Lodões, Sampaio, Trindade, Valtorno, Vilarinho das Azenhas, Ribeirinha, Meireles e Benlhevai; em 2007 fechou a EB de Vale Frechoso; em 2012 fechou a EB nº 2 de Vila Flor; em 2014 fechou a EB de Freixiel.

⁶ Em 2012 fechou o JI de Vale Frechoso; em 2013 fechou o JI de Candoso.



Flor, a comemoração de dias festivos e a promoção de atividades como o Bulliyng, são alguns exemplos desse investimento.

Quanto à sede de Concelho, devido à evidente e significativa carência de meios da atual EB nº1 de Vila Flor, que para além de desajustada às atuais exigências educativas, peca pelo excesso de alunos por sala (alguns com NEE), pela ausência de refeitório e espaços de recreio cobertos, a estratégia municipal passa pela criação da Escola Básica de Vila Flor, que integre o Ensino Pré-Escolar da sede (Jardim de Infância nº1 de Vila Flor e Jardim de Infância nº2 de Vila Flor), cujos edifícios não cumprem a componente educativa por não possuírem espaços cobertos, não integrarem refeitório, sendo um deles ainda um Pré-Fabricado. Impõe-se uma intervenção ancorada em rigorosos critérios, que vão ao encontro de uma amplificação/requalificação por referência às exigências decorrentes dos novos paradigmas educativos e ambientais e uma dinamização de respostas inovadoras para a eficiência e reutilização das infraestruturas e dos equipamentos escolares existentes, neste caso, o edifício do antigo ciclo preparatório.

Assim, é urgente criar um espaço multidisciplinar, bem equipado e com capacidade para receber as cerca de 100 crianças da EB 1 de Vila Flor e, numa ótica de rentabilização do espaço e dos recursos, agregar as cerca de 40 crianças do Pré-Escolar da rede pública da sede de freguesia de Vila Flor, permitindo também às cerca de 50 crianças que frequentam o Pré-Escolar do ensino privado e às 28 crianças, ainda na creche do Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia, virem a integrar futuramente as turmas do ensino público.

Também contemplada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrado entre a CIM-TTM e as Autoridades de Gestão Operacionais Financiadoras e respetivo mapeamento (educação), encontra-se a Remodelação/Requalificação da Escola EB 2,3/S de Vila Flor.

Consciente dos constrangimentos motivados pela interioridade do território, por vezes bastante penalizadores para os alunos: a distância de algumas freguesias, viagens muito demoradas e horários pouco adequados para crianças em idade escolar; a baixa densidade de população escolar que implica um menor leque de ofertas educativas; o baixo nível de escolaridade do contexto familiar, o Projeto Educativo procura potenciar os fatores positivos existentes no Concelho de Vila Flor, encontrando na Câmara Municipal um parceiro preocupado e disponível, sempre aberto à melhor colaboração com o Agrupamento de Escolas, visando um objetivo comum que é o melhor sucesso escolar das crianças e dos jovens do Concelho.



Este esforço conjunto tem permitido a concretização dos objetivos prioritários desta Carta Educativa, destacando a qualidade do processo de educação e formação e a obtenção de resultados escolares convergentes à média nacional, indo ao encontro das premissas do “Programa Nacional Educação 2015”, nomeadamente *melhorar as competências básicas dos alunos portugueses e assegurar a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.*

No entanto, para que este trabalho continue a ser de sucesso, é condição **Sine qua non** que o Ministério da Educação desenvolva uma estratégia adequada aos territórios com menor população escolar, ou seja, em Concelhos que sofrem com a emigração, o envelhecimento demográfico e a quebra de natalidade, como os que integram a CIM – Terras de Trás-Os-Montes. É fundamental que as políticas educativas sejam sensíveis a estes constrangimentos e adotem uma estratégia específica que proporcione as melhores respostas às necessidades de educação e formação das crianças e jovens destes territórios, numa lógica de justiça, equidade e igualdade no acesso à educação e à formação, para que se torne possível a abertura de cursos de formação profissional, para um menor número de alunos, evitando assim deslocações para fora do Concelho na procura desta vertente.

Com as intervenções propostas nos Eixos de Intervenção, nomeadamente a execução do projeto da Escola Básica de Vila Flor (intervenções na Escola Pré + EB1 de Acolhimento de Vila Flor) e a Remodelação/Requalificação da Escola EB 2,3/S de Vila Flor, contempladas no Pacto da CIM-TTM e programadas também no âmbito do ORU de Vila Flor, a aposta contínua na promoção da ação social escolar do Município e a oferta de ensino profissionalizante, fruto do esforço a encetar pelo Agrupamento de Escolas, a autarquia e o Ministério da Educação, o Concelho deverá atingir, num futuro próximo, um nível de qualidade de oferta, que permita responder de forma positiva aos desafios lançados no Programa do Governo Constitucional, nomeadamente quando afirma que o seu grande objetivo em matéria de Educação é: *a mobilização da sociedade portuguesa para um combate sem tréguas ao insucesso escolar, que constitui um entrave à qualidade do ensino, à equidade, à aprendizagem e ao cumprimento da escolaridade obrigatória por todas as crianças e jovens. Esse combate deve envolver toda a sociedade, os diferentes departamentos governamentais, os pais, as escolas e as autarquias, num esforço continuado de aposta na resolução de um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades.*



BIBLIOGRAFIA

- A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. In *Cadernos de Geografia nº 30/31 - 2011/12 | Coimbra, FLUC - pp. 339-356*
- Adão, Luís Cabral; “Paisagens do Norte”; Edição do Autor, 1954
- Costa, Diogo Manuel Gomes; “Levantamento das Infra-Estruturas Desportivas do Concelho de Vila Flor” – Monografia de Licenciatura em Educação Física e Desporto; UTAD, Vila Real, 2003
- Fernandes, A.A.; “Velhice e Sociedade – Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal”; Oeiras, Celta Editora, 1997
- Instituto Nacional de Estatística, Estimativas Inter Censitárias
- Instituto Nacional de Estatística, Resultados Definitivos, 2001; 2011
- Plano Nacional Educação 2015
- Plano Diretor Municipal de Vila Flor

DADOS FORNECIDOS POR:

- Câmara Municipal de Vila Flor;
- Agrupamento de Escolas de Vila Flor;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional.

MAPAS ELABORADOS POR:

- Equipa de Sistemas de Informação Geográfica – SIG da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana

PÁGINAS DE INTERNET CONSULTADAS:

www.ine.pt;

www.pordata.pt ;

www.ccdrn.pt ;

<http://escolasvilafior.net>

<http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/>

LEGISLAÇÃO

Referenciada ao longo do texto.